

O LUGAR DE JOVENS TRANS NA ESCOLA

Os percursos e experiências Trans na escola

Viviane Costa Silva

M

2021





Viviane Costa Silva

O LUGAR DE JOVENS TRANS NA ESCOLA

Os percursos e experiências Trans na escola

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Professora. Doutora Maria José Magalhães.

Porto
2021

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender a temática pertinente e complexa sobre o percurso educativo e experiências de jovens Trans na escola indagando qual é o lugar deles/as e dando vozes a eles/elas. Tem como perguntas de investigação: Como é o relacionamento das pessoas Trans com os seus pares e com os/as profissionais de educação? Quais são os constrangimentos e limitações que porventura sofrem na escola e quais são as possibilidades de resistência de estudantes Trans diante do sistema heteronormativo da escola?

O percurso metodológico assenta numa perspetiva de histórias de vida como metodologia fundamental, que dá relevo às experiências, permitindo a construção e a reconstrução dos significados através do discurso, empoderando as vozes dos/as seus/suas narradores/as por meio das análises. Foram ouvidos/as 4 homens Trans e 2 mulheres Trans, com idades entre 17 e 30 anos, de dois estados brasileiros.

Dentre as conclusões que chegamos, entendemos que a escola é ainda um lugar inseguro para a maioria dos Jovens Trans porque ela carrega em si as determinações que a sociedade estabelece e rejeita novas identidades que não seguem as normas heterossexuais. Porém, através dos relatos dos participantes, percebemos que a escola é também um lugar de possibilidades, que pode forjar ferramentas para que eles/as possam se sentir pertencentes à comunidade, uma vez que detém o poder de dialogar, esclarecer, empoderar e que pode promover o resgate da dignidade das pessoas Trans.

Palavras-chave: Trans, género, escola, patriarcado, interseccionalidade, histórias de vida.

Abstract

This research aims to understand the pertinent and complex theme about the educational path and experiences of transsexual young people at school, inquiring what their place is and giving them voices. It has as research questions: How is the relationship of Trans people with their classmates and education professionals? What are the constraints and limitations that they may suffer at school and what are the possibilities of resistance of Trans students in face of the heteronormative system of the school?

The methodological path is based on a perspective of life stories as a fundamental methodology, which emphasizes experiences, allowing the construction and reconstruction of meanings through language, empowering the voices of its narrator through analysis. 4 Trans men and 2 Trans women, aged between 17 and 30 years, from two Brazilian states were interviewed.

Among the conclusions we reached, we understand that school is still an unsafe place for most Trans Young People because it brings within itself the determinations that society establishes and rejects new identities that do not follow heterosexual norms. However, through the participants' reports, we realized that the school is also a place of possibilities, which can forge tools so that they can feel that they belong to the community, as it has the power to dialogue, clarify, empower and could promote the rescue of the dignity of Trans people.

Keywords: trans, gender, school, patriarchy, intersectionality, life stories

Resumé

Cette recherche vise à comprendre un enjeu complexe et pertinent qu'est la trajectoire éducative et les expériences des jeunes transsexuels à l'école, en leur demandant quelle est leur place et en leur donnant la parole. Avoir comme questions de recherche: Quelle est la relation des personnes transsexuelles avec leurs pairs et les professionnels de l'éducation? Quelles sont les contraintes et limitations qu'ils peuvent subir à l'école et quelles sont les possibilités de résistance des élèves transsexuels face au système hétéronormatif de l'école ?

Le parcours méthodologique est basé sur une perspective d'histoires de vie en tant que méthodologie fondamentale, qui met l'accent sur les expériences, permettant la construction et la reconstruction de sens à travers le langage, responsabilisant les voix de ses comptables à travers l'analyse. 4 hommes trans et 2 femmes trans, âgés de 17 à 30 ans, originaires de deux États brésiliens ont été interrogés.

Parmi les conclusions que nous avons trouvées, nous comprenons que l'école est toujours un endroit dangereux pour la plupart des jeunes transsexuels car elle porte en elle les déterminations que la société établit et rejette les nouvelles identités qui ne suivent pas les normes hétérosexuelles. Cependant, à travers les témoignages des participants, nous nous sommes rendu compte que l'école est aussi un lieu de possibles, qui peut forger des outils pour qu'ils se sentent appartenir à la communauté, car elle a le pouvoir de dialoguer, de clarifier, promouvoir le sauvetage de la dignité des personnes trans.

Mots-clés : trans, transsexuel, genre, école, patriarcat, intersectionnalité, récits de vie.

Agradecimentos

Há pouco tempo atrás eu não poderia me imaginar estudando de novo. Naquele momento, com depressão profunda, meus sonhos e esperanças haviam cessado. Voltar a estudar após 19 anos foi desafiador e após uma depressão de 4 anos foi, para mim, uma superação. Eu não poderia conseguir esta façanha sozinha e por isso, quero agradecer:

Primeiro a Deus, autor da minha fé, expressão de amor, sem Ele eu não estaria aqui. Na minha caminhada Cristã aprendi que o amor de Deus é para todos, sem distinção de raça e gênero porque Ele nos ama do jeito que nós somos. Foi com este profundo amor de Deus que eu olhei para cada jovem Trans, para cada história, com o respeito que lhes é devido.

A minha pequena família, meu marido Misael que me incentivou a sair do Brasil e buscar novos horizontes, que foi um suporte de oração, de amor, de cuidado, de revisão da escrita, que nos momentos mais intensos de estudo fez de tudo para que eu pudesse ter tranquilidade para estudar, obrigada por sempre acreditar em mim. A minha filha Maria Cândida, que sofreu ao deixar sua vida no Brasil, suas amigas, seus livros, sua gatinha, sempre compreensiva, sempre oferecendo ajuda, sempre amorosa.

Ao meu pai Saulo e minha mãe Noêmia que sempre nos incentivou a estudar e é o meu suporte incansável de oração. Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos que sempre torceram por mim e sempre me incentivaram.

As minhas professoras de domínio, Doutora Manuela Ferreira e Doutora Cristina Rocha pelos desafios, pela atenção a mim dedicada e por todo o conhecimento que me proporcionaram e, em especial a Doutora Cristina Rocha por me mostrar possibilidades e me incentivar quando eu queria desistir deste tema.

Aos colegas de caminhada do Mestrado que nos permitiram boas vivências. Aos colegas da sexta ética que se tornaram amigos, que trouxeram momentos de encontro cheios de alegria.

A minha querida orientadora, Doutora Maria José Magalhães, que me compreendeu, me acalmou, acreditou em mim, me ensinou, me incentivou e esteve ao meu lado em todo o processo de escrita. A sua forma de me orientar me marcou de uma forma muito positiva e nunca esquecerei.

Aos/as jovens Trans participantes deste estudo: André, Andreia, Daniel, Fábio, Fernanda e Pedro que, mesmo sem me conhecer, me contaram suas histórias de vida, lembrando momentos difíceis e dolorosos. Eu aprendi muito com vocês e os/as admiro muito, pela coragem, pela força, pela resiliência, vocês são um exemplo para mim.

Descodificação de abreviaturas

Sigla	Expansão
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
CID	Manual de Classificação Internacional de Doenças
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
DSM	Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais
ENCCEJA	Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ILGA	Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo de Portugal
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual
MEC	Ministério da Educação do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
SECAD	Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade
SUS	Sistema Único de Saúde do Brasil

ÍNDICE

Introdução	11
 Capítulo I – Anormalidade tecida nos fios do patriarcado e resisitida nos feminismos e movimentos queer.....	16
1.1 O Patriarcado e a Luta dos Feminismos.....	18
1.2 Feminismo Negro e Interseccionalidade.....	25
1.3 Movimentos Sociais <i>Queer</i> e Trans	30
1.4 Construção das Identidades <i>Queer</i>	36
 Capítulo II - Escola, Diversidade e Possibilidades.....	49
 Capítulo III - O Percurso Metodológico.....	60
3.1 A escolha do método.....	63
3.2 Técnica de Recolha de Dados	66
3.3 Escolha dos/as participantes.....	68
3.4 Análise de Conteúdo	72
 Capítulo IV – Os marcos, as marcas e as vozes: a análise de narrativas de pessoas Trans	75
4.1. <i>Construção da identidade de género</i>	<i>77</i>
4.1.1 O significado do “T”.....	77
4.1.2 Os Corpos Trans	80

4.1.3 Mudança de documentos	88
4.1.4 Consequências na saúde mental	91
4.2. <i>Trajetórias de vida</i>	94
4.2.1 O descortinar da identidade	94
4.2.2 A relação com a família	99
4.3. <i>Em busca de um lugar: a experiência Trans na escola</i>	104
4.3.1 A escola na infância	108
4.3.2 O Nome social.....	108
4.3.3 O uso do banheiro na escola	111
4.3.4 As aulas de Educação Física.....	115
4.3.5 Preconceito na escola	117
4.3.6 É possível falar sobre diversidade de gênero na escola?.....	123
4.4 <i>Com quem contar?</i>	126
4.4.1 Influência das mídias sociais e redes de apoio.	126
4.4.2 Apoio da rede de saúde	128
4.5 <i>Recomendações nas vozes das/os participantes</i>	130
Conclusões	134
Referências Bibliográficas	142
Apêndices	154

Introdução

O meu interesse neste tema veio da minha prática profissional como Orientadora Educacional da Rede Pública Educacional do Distrito Federal onde convivi com alunos/as Trans que continuamente buscavam o Serviço de Orientação Educacional, representado por mim, para tentar resolver questões como: não saber a que banheiro se dirigir, sofrimento de chacotas e humilhação por parte dos colegas, falar com professores/as sobre o nome social e outras muitas questões.

A minha falta de informação era grande e, ao pedir ajuda, percebi que a ignorância era de todos/as, na minha comunidade escolar. Ao conversar com os/as estudantes sobre respeito pelas diferenças, muitos/as faziam gozação da aparência, principalmente de mulheres Trans, e muitos diziam não entender porque eles/as queriam ficar com uma aparência estranha, indefinida, me fazendo perceber que tinha um grande problema na minha escola e que eu precisava aprender sobre pessoas Trans para que pudesse intervir corretamente.

Para que eu pudesse compreender melhor a identidade Trans busquei informações e achei muitas reportagens sobre pessoas Trans e sua relação com a escola, estudos que enfatizam bastante a transfobia e percebi que a maioria eram advindos da Psicologia, das Ciências Médicas, da Antropologia, da Sociologia, porém, especificamente sobre pessoas Trans na escola na perspectiva das Ciências da Educação, ainda são poucos os estudos, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Nunca tinha refletido sobre pessoas Trans, nunca tinha percebido o quanto são invisíveis e o quanto é necessário olhá-los/as a partir de suas subjetividades, quando a maioria está à margem, com histórico de reprovações e de abandono escolar, mas que, como as estatísticas não são desagregadas, são considerados/as somente mais um caso de absenteísmo.

Ao buscar informações sobre estes estudantes na minha escola, percebi que a percentagem dos/as que param de estudar é grande e, segundo a ANTRA (2020),

estima-se que cerca de 70% das pessoas Trans não concluíram o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior. Embora eu tivesse alguma ideia dos motivos que levam esses/as jovens a abandonar a escola, não compreendia a profundidade do problema e a minha grande parcela de culpa impulsionou-me a pesquisar nesta área.

A escola não transmite apenas conhecimentos ou somente os produz, mas também desenvolve as identidades étnicas, de género, de classe (Louro, 1997) e esse desenvolvimento é para a continuação dos modelos sociais vigentes, para a perpetuação da heteronormatividade, por isso, ela também trabalha na vigilância de comportamentos e no adestramento dos corpos.

A escola tem um grande poder agregador ou segregador e pode mudar as realidades de preconceito com quem é diferente; só depende do quanto ela se empenha em reproduzir os papéis de género normativos. Se a escola se preocupa em proporcionar um ambiente propício para a aprendizagem de seus estudantes, ela precisa combater qualquer tipo de discriminação, promovendo um olhar respeitador para quem é diferente, demonstrando que, na escola, cabe toda a diversidade de sexo, género, classe e raça, etc., incluindo pessoas Trans. Entretanto, o que ainda tem sido muito comum como instituição é a omissão no combate às diferenças dentro da escola, especificamente de identidade de género Trans.

Vários/as estudiosos/as (hooks, 2013; Louro, 1997; Bento, 2011) têm alertado para o papel que a escola desempenha na manutenção do sistema heteronormativo e na perpetuação das discriminações. As pessoas Trans são as principais vítimas deste sistema escolar, pois, na maioria das vezes, a comunidade escolar não percebe ou até não considera importante as grandes dificuldades e sofrimentos que lhes são infligidos dentro da escola. Somente o facto de não poder usar o banheiro com o qual se identifica, já é um contexto de discriminação, exclusão e é desmotivador para quem, além disso, sofre outros preconceitos e ainda é vulnerável a vários tipos de violência, passando por muitos momentos de conflito consigo mesmo/a, com sua família e com seu corpo.

O preconceito é a face mais visível dos problemas e discriminações enfrentados na escola pelas crianças e jovens em termos de género. Vários estudos reconhecem que o preconceito acrescentado de ‘zombarias’ e ‘brincadeiras’ que visam diminuir e

prejudicar, e que se abatem sobre a maioria das crianças e jovens percebidas como LGBTQIA+, afetam a aquisição de conhecimentos e impedem o direito à educação sem discriminação e alertam que, combater a intimidação homofóbica e transfóbica requer uma atenção contínua e focada das escolas e das autoridades escolares.

Boaventura Sousa Santos (1990) reflete que estamos vivendo um tempo de transição assim como no tempo de Rousseau e que também “estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (p. 16); por isso, precisamos levantar questionamentos sobre o valor do conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas. Assim sendo, foi importante refletir sobre qual seria a minha contribuição como investigadora em Educação para o meu objeto de estudo e que impacto positivo ou negativo ele teria (Santos, 1990).

Pensando nisto, este estudo tem por objetivo compreender a temática pertinente e complexa sobre o percurso educativo de jovens Trans na escola indagando qual é seu lugar, a partir das suas vozes e nos seus próprios termos. Tem ainda como objetivos específicos: Conhecer como é o relacionamento das pessoas Trans com os seus pares e com os/as profissionais de educação; reconhecer os constrangimentos e limitações que porventura sofram na escola e compreender quais são as possibilidades de resistência de estudantes Trans diante do sistema heteronormativo da escola.

De entre as várias possibilidades de se dar voz as pessoas Trans e alcançar o objetivo deste estudo escolhi o método qualitativo de histórias de vida, em que as subjetividades e experiências dos/as atores/as passam a ser o foco central da investigação. O objeto de análise contou com a participação de seis jovens Trans que rememoraram suas histórias de vida, desde a infância na família e na escola até a juventude, enfatizando suas transições e suas convivências na escola.

Este estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Anormalidade tecida nos fios do patriarcado e resistida nos feminismos e movimentos queer*, é composto por quatro secções. Para se compreender melhor a complexidade da identidade Trans faz-se necessário primeiramente conhecer as raízes das opressões e as formas de resistência. Desta forma, entendemos que a principal fonte de opressão provém do poder patriarcal, por isso, na primeira secção realizamos uma

contextualização histórica sobre o patriarcado e a resistência promovida pelos movimentos feministas e *queer* (Saffioti, 2004; Beauvoir, 1970; Magalhães, 1998, 2003, 2018; Louro, 1997).

Na segunda secção, tratamos sobre a inserção de outras opressões como raça, classe, género e sexo trazidos pelo feminismo negro e a importância de ter um olhar interseccional para compreender de forma mais completa as opressões (hooks, 2014, 2015; Akotirene, 2019). Na secção 3, aproximamo-nos dos movimentos *queer* e Trans, ressaltando a importância que trouxeram para as pessoas Trans, dando mais visibilidade e lutando por particularidades desta categoria (Miskolci, 2012; Louro, 2001, 2004b; Bento, 2004, 2008, 2014; Jesus, 2010, 2012). Concluimos o capítulo com a quarta secção, que se aproxima das construções das identidades *queer*, abordando os conceitos de género e suas contribuições para a compreensão destas identidades, que são performativas e rejeitam a binaridade masculino e feminino, desafiando o que é tido como normal (hooks, 1995, 2014, 2015, 2018; Bento, 2003, 2008, 2011, 2017; Butler, 2000, 2003, 2017 e Louro, 1997, 2000, 2004).

No segundo capítulo, *Escola, Diversidade e Possibilidades*, dialogamos com as/os autores/as Bento 2011; Louro, 1997, 1998, 2000; hooks, 2013; Freire, 1987, 1987b, 1992, 2011 e Magalhães, 1998, trazendo uma abordagem sobre a escola como um lugar de opressão, de diversidade e também de muitas possibilidades.

No terceiro capítulo, tratamos do *Percurso Metodológico*, explicando o desenho da investigação, desde o método e instrumentos adotados, a escolha dos participantes, até a forma como foi realizada a análise. Partindo da abordagem qualitativa de histórias de vida, usamos a entrevista semiestruturada (Amado, 2014; Nogueira, 2017; Magalhães, 2012). Para a análise dos dados provindos das histórias de vida dos/as seis participantes, tivemos o auxílio do software N-vivo e tivemos como parâmetro a análise de conteúdo de Bardin (2011) e Esteves (2006).

No quarto capítulo, procedemos a análise das histórias de vida de André, Andreia, Daniel, Fábio, Fernanda e Pedro, destacando as categorias essenciais para a compreensão do percurso educativo destes/as jovens. Esta análise foi efetivada em torno de cinco temas distintos que são: 1) *Construção da identidade de género*; 2)

Trajetórias de vida; 3) Em busca de um lugar: a experiência Trans na escola; 4) Com quem contar? 5) Recomendações para a escola nas vozes dos/as participantes.

Capítulo I
Anormalidade tecida nos fios do patriarcado e resistida nos feminismos e
movimentos *queer*

Neste primeiro capítulo, com a finalidade de compreendermos melhor a opressão vivida por pessoas Trans, começamos com a dicotomia natureza e cultura e sua influência na determinação do que é ser natural e normal e com alguns estudos da biologia que atestaram que a mulher era um ser inferior, o que fortaleceu, na época, o sistema patriarcal de poder. Esse sistema estrutura as relações sociais de forma desigual, impondo um poder centrado no *homem* heterossexual e oprimindo mulheres e todos/as que fogem à norma, sendo uma das principais fontes de opressão de mulheres e pessoas LGBTIQA+.

Mesmo que de forma breve, não poderíamos deixar de aludir a grande contribuição dos movimentos feministas para o combate a todas as formas de opressão, pois esses movimentos surgiram para reivindicar os direitos sociais usurpados pelo poder patriarcal, contribuindo para a redução das diferenças entre homens e mulheres e promovendo uma sociedade mais inclusiva. Tais movimentos foram também responsáveis pelo início dos estudos de gênero, que mais tarde, principalmente com Judith Butler (2003), trouxeram novas perspectivas sobre o gênero, desconstruindo a dicotomia masculino e feminino, percebendo o gênero como performativo e fluido e permitindo compreender melhor a identidade Trans.

A identidade Trans infringe os padrões de normalidade que são socialmente aceites, sendo constantemente alvo de olhares julgadores e de menosprezo; de comentários maldosos e sorrisos maliciosos; e de violência explícita e velada. São desprezados pela sociedade e nela não encontram um lugar. Por isso, as contribuições que o movimento feminista negro trouxe são muito valiosas para se compreender a amplitude das opressões sofridas pelas pessoas Trans, na medida em que alargaram a nossa compreensão sobre a imbricação das diferentes opressões. Vale ressaltar a singularidade da identidade Trans e, por isso, é salutar compreendermos também os ganhos que os movimentos *queer* e Trans trouxeram para a dignidade da pessoa Trans.

1.1 O Patriarcado e a Luta dos Feminismos

Por muitos séculos, a evolução, a mudança da espécie, não era provável, aceitável, o *homem* era tido como um ser estático, defendido pelo determinismo biológico e pelo Criacionismo, que difundia a ideia de que não há escolha ou livre-arbítrio, as situações são pré-determinadas e não há espaço ou chance de mudança. Germano da Fonseca Sacarrão (1989) complementa dizendo que:

Durante mais de vinte séculos as espécies foram consideradas como unidades efêmeras, incertas, suscetíveis de variarem, testemunhando uma capacidade de alteração extremamente limitada, que não atingia o seu fundo transcendente (a sua essência), o qual garantia a imutabilidade de todas as coisas da natureza (p.59).

Tal como Sacarrão, Claude Lévi Strauss vem confrontar aquele biologismo e afirma que “[o] *homem* é um ser biológico ao mesmo tempo que um indivíduo social” (2012, p. 17) influencia a cultura da sociedade e é um ser mutável, em pleno progresso, tal como a sociedade também o é, e comprovadamente tem sido ao longo de gerações.

A dicotomia entre natureza e cultura tem sido alvo de muitos questionamentos. Assistiu-se, até recentemente, a um pensamento hegemônico que apregoa a existência de uma separação inexorável entre eles. Ao pensarmos nessa noção de oposição absoluta, percebemos como é controversa. Por exemplo, a gravidez é algo tido como natural, porém existe hoje um conjunto de técnicas reprodutivas artificiais que vão permitir que pessoas possam engravidar de forma não natural, demonstrando que não há uma clareza na cisão natural e cultural, mas sim, comprovando o facto de que a natureza influencia a cultura e a cultura humaniza a natureza. Segundo Sacarrão (1989):

O *homem*[sic] é o produto simultâneo do biológico e do social. A cultura subordina o biológico, dirige a reprodução, as relações entre os homens, fomenta neles ideias sobre si e o mundo que os rodeia. Em toda a vida do *homem* o biológico e o cultural são, de facto, indissociáveis (p.21).

Isto significa que tudo o que entendemos como natural, toda operação racional que fazemos para compreender aquilo que é tido como natural não é outra coisa senão o produto da cultura; a cultura produz os instrumentos que nos farão ver e

distinguir natureza de cultura de maneira que a natureza é, em si mesma, um produto do meio.

Além da biologia, também a moral influenciou na construção da identidade social, na formação da família e, até hoje, dita o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim. Strauss (2012) aborda a questão da tensão entre a natureza e a cultura ao falar sobre a proibição do incesto. Segundo ele, os factos da natureza são universais e os factos da cultura obedecem a normas, mas proibição do incesto é o único fenómeno que escapa dessa classificação: pois ela aparece em todas as sociedades, sem exceção, e, ao mesmo tempo, é uma regra, denotando que a natureza é, em si mesma, um produto da interpretação cultural. Simone Beauvoir (2007) ao analisar o livro de Strauss - [a]s estruturas elementares do parentesco- diz que: “[é] o processo pelo qual a natureza ultrapassa a ela mesma. Podemos extrair daqui a maneira pela qual o *homem*, assumindo sua condição natural, define sua humanidade” (p. 184). Enfim, é a instauração da cultura no seio da natureza.

Ao sermos socializados em uma cultura, aprendemos sempre e gradativamente como utilizar o corpo, o intelecto, a emoção e as regras de convívio social. A cultura patriarcal vigente há alguns séculos dita padrões de comportamento coletivo, especificando o papel da *mulher*, do *homem*, da *criança* e ainda reforça somente a aceitabilidade de género ‘natural’ binário: masculino e feminino.

Simone Beauvoir (1970) faz uma interessante retrospectiva histórica e revisita a Idade da Pedra constatando que já existiam tarefas determinadas à *mulher* e ao *homem*, nessa época. Cabia à *mulher* cultivar a horta, fabricar vasilhames e cuidar da habitação e dos/as filhos/as. Já o *homem* se ocupava da caça e da pesca. Porém, ambos desempenhavam um papel importante na vida econômica não havendo diferenciação no valor do trabalho de cada um, nem nenhuma forma de demérito. Com a evolução, na Idade dos Metais, a propriedade privada aparece, o *homem* agora é senhor de escravos e da terra e também da *mulher*, a partir daí, percebe-se que, progressivamente, as mulheres foram subjugadas, exploradas, cerceadas. O conhecimento evoluiu e foi usado como instrumento de opressão masculino:

Com o advento do patriarcado, o macho reivindica acremente sua posteridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à *mulher* na procriação, mas admite-se que ela não faz senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador (Beauvoir, 1970. p. 29).

A ciência médica do século XVIII representava o corpo feminino como inferior, incompleto, instável. Laqueur (2001) afirma que a *mulher* era o representante inferior do *homem*, sendo descrita como um *homem* invertido, uma versão incompleta, imperfeita do genital masculino. A *mulher* era vista como ser passivo, inferior anatomicamente e com a função exclusiva de procriar. No século XIX, a *mulher* era considerada tão inferior que estudar poderia ser perigoso para o seu desenvolvimento. Segundo Fausto (1846), a *mulher*, ao realizar esforço mental excessivo, corre o risco de provocar uma modificação na natureza de seu temperamento, pois é feita para a família e não pode se envolver em estudos intensivos, como faz o *homem*.

Estas concepções foram sendo alteradas nos dois últimos séculos, fundamentalmente através dos esforços dos movimentos feministas históricos. Estas alterações estenderam-se, também, ao abandono da noção de *mulher*, para pensar a pluralidade do grupo social *mulheres*.

Embora *mulheres* constituam um grupo social heterogêneo, são alvo de uma opressão patriarcal com algumas características em comum, pelo que se faz necessário explicar o conceito de patriarcado para compreendê-lo melhor. O patriarcado é uma formação social hegemônica que se caracteriza pela dominação masculina e que tornou a submissão da *mulher* e dos/as jovens uma prática comum e fortemente enraizada na sociedade há muitos séculos, sobretudo na sociedade ocidental, tendo sido estendido a outros continentes através dos processos históricos do colonialismo. Segundo Helena Saffioti (2004), “[o] patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (p. 50). Esta autora assinala que o patriarcado não é apenas um sistema ideológico, na medida em que o grupo social homens beneficia e tira proveito económico, sexual e político da sua posição de privilégio.

O patriarcado foi se solidificando ao ponto de a humanidade ser considerada “masculina e o *homem* define a *mulher* não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autónomo” (Beauvoir, 1970, p.10). As mulheres, se não eram escravas dos homens, eram completamente submissas e subordinadas a eles, não possuindo qualquer autonomia, não tendo poder sobre o seu próprio corpo, nem direito de escolha. Como afirma Claude Dubar (2006) “[n]o início, desde há muito

tempo e em todas as formas de comunidades, a subordinação generalizada das mulheres a um *homem* ou a um grupo de homens (pai, marido, anciãos, padres) é incontestável” (p. 56).

A expansão da economia resultante da revolução industrial, que introduziu o capitalismo, onde o consumo de bens e serviços são características inerentes, trouxe mudanças significativas nas famílias e sociedade. O *homem*, considerado exclusivamente o único provedor, não conseguia mais cuidar da família com dignidade, e a *mulher*, exclusivamente passiva, procriadora, responsável pelo lar, foi obrigada a buscar o trabalho assalariado para ajudar a família, assumindo, assim, dupla jornada de trabalho.

Apesar disso, a subjugação da *mulher* não mudou, fazia o mesmo trabalho dos homens, mas com um salário muito inferior e ainda era definida pelas suas obrigações domésticas:

A separação espaço-temporal do trabalho-produção e da família-reprodução introduz um novo tipo de vínculo social e de divisão do trabalho entre os homens e mulheres. Os homens definem-se pelo trabalho, enquanto as mulheres, mesmo quando tem de trabalhar, definem-se pelas suas tarefas domésticas (Dubar, 2006, p. 58).

No início do século XX, as manifestações contra as desigualdades sofridas pelas mulheres adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Esse movimento mais tarde se passou a chamar de 'primeira onda' do feminismo (Louro, 1997). Segundo Maria José Magalhães (1998) feminismo é:

um movimento social heterogêneo, englobando uma ideologia de transformação social que tem em conta os problemas específicos das mulheres e uma (auto) consciência da sua situação de subordinação, no sentido de conduzir à acção política por uma sociedade sem horizonte definido, mas onde o masculino e o feminino tenham valor de paridade (p. 63).

Graças a esse movimento social chamado feminismo, a década de 1960 foi marcada por inúmeras conquistas que começaram a mudar a história das mulheres. Com a descoberta da pílula contraceptiva, a *mulher* obteve o controle de sua função principal: procriar, tendo poder sobre o seu próprio corpo e podendo escolher ter ou não filhos e ainda ter relações sexuais livres da obrigatoriedade reprodutiva.

Há muito tempo que as mulheres de classes trabalhadoras exercem atividades fora do lar, em fábricas, lavouras, escolas, hospitais, mas “[s]uas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens” (Louro, 1997, p.16), que ainda não aceitavam que a *mulher* desenvolvesse atividades consideradas mais intelectuais ou atividades consideradas masculinas, e onde elas podiam atuar, seu salário era menor que o dos homens.

Foi no final da década de 1960 que o movimento feminista conhecido como “segunda onda”, trouxe um novo direcionamento e uma nova visão sobre as mulheres. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, segundo Guacira Louro (1997), esse movimento se voltou para as “construções propriamente teóricas” onde foi “engendrado e problematizado o conceito de gênero” (p. 14) e emergiram os estudos sobre a *mulher*.

A segunda onda do feminismo trouxe inúmeras conquistas ao contestar o poder patriarcal e absoluto do *homem*, questionando o facto de as mulheres serem oprimidas e subalternizadas pelo simples facto de serem da categoria social *mulher*, pautado somente na distinção biológica para trazer desigualdade. Esse movimento feminista internacional dos anos 1960 e 70, trouxe a educação para debate, focando “sobretudo no que se refere à transmissão e reprodução dos papéis sociais de gênero, através da família, do mass media e da escola” (Magalhães, 1998, p. 35).

As mulheres foram conquistando seu lugar no mercado de trabalho formal, conquistando direitos, com contrato de trabalho, salário digno, uma luta que ainda não terminou e ainda segue pela equiparação de salário com os homens porque “[m]esmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta” (Beauvoir, 1970, p.14). As mudanças têm acontecido de forma lenta e complexa, principalmente quando envolvem a divisão sexual de trabalho doméstico, na qual a *mulher* segue tendo atuação principal quando comparada ao *homem*. Segundo François de Singly, “[o] doméstico feminino tem o primado sobre o doméstico masculino, o doméstico feminino tem o primado sobre o profissional feminino, o profissional masculino tem o primado sobre o profissional feminino.” (Singly, 2011, p. 59)

A *mulher* assume, hoje e habitualmente, o papel profissional e ainda continuam conciliando o papel de mãe e de companheira, promovendo uma mudança na sua identidade pessoal que, enfim, não é vista apenas pelas tarefas domésticas e sim igualmente por sua identidade profissional. Como resultado de lutas libertárias, especialmente do feminismo, surgiram os estudos de gênero e “também no campo da educação se desenvolveram várias perspectivas educativas feministas, desde as diferentes tendências do feminismo liberal, ao feminismo radical, socialista e das mulheres negras” (Magalhães, 1998, p.36) fazendo com que a *mulher* seja vista e compreendida de forma multidimensional, passando a ter maior reconhecimento e independência social.

A *mulher* vem alcançando, em quase toda a parte, uma igualdade de direitos, pelo menos em termos legais, com os homens. Com a facilidade do divórcio, as formas de relação tradicional deram lugar a uma união muito mais livre do *homem* e da *mulher* sob a forma de um companheirismo. Observa-se também uma demanda de normatização e normalização de uma relação diferente da heterossexual, uma união não binária que busca seus direitos de serem livres para se relacionarem com diferentes gêneros. Numa nova forma relacional, a igualdade entre o *homem* e a *mulher* passa a assentar mais nos sentimentos do que num contrato e graças a muitas lutas reivindicatórias no mundo ocidental, essa união estende-se aos casamentos/uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Embora as conquistas femininas tenham vindo a ser significativas, o patriarcado “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (Saffioti, 2004, p. 58) e, por isso, o patriarcado moderno continua ainda tão forte, à medida que se impõe através de violências: violência contra *mulher*, violência familiar, violência quando do tratamento do corpo feminino como objeto, violência quando se olha para a *mulher* como a que serve ou não para casar (Magalhães, Pinto e Tavares, 2003).

Maria José Magalhães e Manuela Tavares (2018) explicam que “[a] cultura patriarcal preparou as mulheres durante séculos para a aceitação do domínio masculino e da violência. O confinamento das mulheres ao espaço doméstico reforçou essa submissão” (p.159). Essa cultura dominante se perpetua na forte banalização da violência de forma que há uma tolerância e até um certo incentivo da

sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação. Por isso é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência” (Saffioti, 2004, p.74). Essa força motriz cultural faz com que as mulheres sejam subalternas e reféns de uma cultura hegemônica, que propaga a ideia da *mulher* ideal, com um corpo ideal e com um trabalho ideal. É uma luta contra séculos de estrutura de pensamento e de comportamento onde “[a] *mulher* foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador” (Saffioti, 2004, p. 26).

O patriarcado se apresenta de forma multifacetada, não somente ao exercer o seu poder sobre as mulheres, mas também, para além da relação *homem* e *mulher*, ao ditar um sistema heteronormativo, não aceitando outras relações de gênero, impondo seu poder na trama de relações sociais, disseminando a desigualdade e a opressão. Como afirma Simone de Beauvoir, “[u]m dos benefícios que a opressão assegura aos opressores é de o mais humilde destes se sentir superior” (Beauvoir, 1970, p. 18), por isso, é importante continuar a lutar contra a dominação patriarcal que segundo hooks (2018) “não porque seja a base de todas as outras estruturas opressivas, mas porque é essa a forma de dominação que mais provavelmente encontraremos de maneira contínua na vida quotidiana” (p. 170) e somente com uma luta contra hegemônica, com uma análise interseccional, empoderando as multipluralidades de gênero e principalmente de famílias (homoparentais, pluriparentais, transparentais..), será possível uma desconstrução dessa cultura patriarcal e promoção do direito de todos, independente de gênero.

1.2 Feminismo Negro e Interseccionalidade

O movimento feminista, em sua origem, era formado por mulheres brancas, de classe média e média alta. No início desse movimento, a recém abolição da escravidão não garantia ainda a plena liberdade de pessoas negras. Enquanto as mulheres sufragistas brancas lutavam principalmente pelo direito ao voto, as mulheres negras lutavam por liberdade e pelo direito à alfabetização. bell hooks (2014) em seu livro *Eu sou uma Mulher* explica que “as mulheres negras do século XIX acreditavam que quando lhes dessem o direito ao voto, que elas podiam mudar o sistema educacional para que as mulheres pudessem ter o direito em perseguir totalmente os seus objetivos educacionais” (p. 121), por isso as mulheres negras se juntaram a essa luta, porém verificaram que o voto teve pouco impacto no seu estatuto social.

Mesmo após muitas lutas e muitas conquistas, as mulheres negras se sentiam excluídas do movimento feminista porque as questões de racismo não eram contempladas e ainda, muitas vezes, sofriam discriminação por causa da cor por parte das mulheres brancas. Mais tarde, ao se inserirem no movimento negro que defendia o fim do racismo, as mulheres negras não eram totalmente favorecidas pois esse movimento tinha caráter machista, reproduzindo o sexismo, conforme explica hooks (2014): “[o]s homens negros líderes do movimento fizeram a libertação do povo negro da opressão racista sinónimo com os seus ganhos de poder de assumirem o papel de patriarcas, de opressores sexistas” (p. 130).

Desde a década de 1970, militantes negras estadunidenses denunciavam a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento feminista. “Desde o começo do movimento de libertação das mulheres, as negras foram participar de grupos. Muitas nunca mais voltavam depois da primeira reunião” (hooks, 2015, p. 207) pois acabavam sendo vítimas de racismo.

Segundo Dayane Assis (2019), a agenda dos movimentos feministas, majoritariamente liderados por mulheres brancas de classe média, refletiam as pretensões de seus lugares sociais e, durante muito tempo, foram entendidos como reivindicações que diziam respeito a todas as mulheres. A autora acrescenta, “[c]om

isso, o que vivemos durante um longo tempo foi a ideia da existência da *mulher* como um sujeito único independente de suas experiências e lugares de fala na sociedade” (idem, p. 11).

Esse movimento do feminismo negro começou questionando a categoria *mulher* como unicidade, tendo como foco a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como *mulher* negra em uma sociedade que, com forte enraizamento patriarcal, considera gêneros e raças numa hierarquia entre superiores e inferiores uns aos outros em determinados assuntos e áreas.

Embora a importância dos feminismos como movimento social seja inegável na luta pela igualdade das mulheres, para a redução das diferenças que separam homens e mulheres e para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e mais respeitadora, é preciso pensar nos diversos marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade, entre outros) que nos diferenciam e nos extraí da coletividade e orientam as nossas reivindicações. Por isso, o feminismo abriu caminho para novos movimentos sociais que trouxeram novas questões (sexo, raça, sexualidade, etnia, etc.) como relações importantes para entender o social a partir das suas reivindicações identitárias e de reconhecimento (Collins, 2016; Davis, 2016; hooks, 2015).

As mulheres negras suportam o fardo da opressão machista, racista e classista (hooks, 2015) e por não se enxergarem no feminismo dominante, foram à luta em prol daquilo que as especificava. Segundo Carla Akotirene (2019), o “projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis heteronormatividades articuladas em nível global” (p. 16). O feminismo negro é um movimento que enriquece a luta pelos direitos das mulheres, expondo que nem todas vivem sob condições iguais, tendo como ponto em comum a luta contra o sexismo, que ainda é um tipo de dominação que “molda e determina diretamente as relações de poder nas nossas vidas privadas, em espaço sociais familiares” (hooks, 2018, p. 170), mas também nos espaços públicos, incluindo no trabalho.

A problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos pelo legado do Black Feminism ou feminismo negro, cuja crítica coletiva se

voltou de maneira radical contra o feminismo branco, ou seja, mulheres brancas de classe média que, embora tenham colaborado enormemente com as diversas lutas contra formas de opressão, não puderam ou não souberam compreender, na totalidade, as especificidades e complexidades da situação das mulheres negras e trabalhadoras (Davis, 2016).

Segundo Djamila Ribeiro (2018), “[p]ensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual (p.11), onde há a opressão sexual patriarcal, as opressões de classe, raça e de identidade, e que é “muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente” (Akotirene, 2019, p. 19). A interseccionalidade compreende a subjetividade das identidades subjugadas, que sofrem preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, ao perceber que, em determinadas situações, há um cruzamento entre diferentes marcadores sociais, e quando isso ocorre, é preciso considerar suas particularidades. Crenshaw (1989) formulou o conceito após conhecer a história de uma *mulher* americana que não conseguiu processar uma empresa por dois tipos de discriminação: ser *mulher* e negra, constatando que as leis costumavam examinar questões de raça e gênero separadamente, ignorando que mulheres de diversas etnias costumam sofrer discriminação baseada na colisão de diversas estruturas, em que elas se sobrepõem, tornando o sistema judiciário incapaz de combinar esses dois fatores de opressão, impossibilitando que a justiça seja feita para essas mulheres.

O sistema estrutural patriarcal assegura a perpetuação de certos grupos no poder em detrimento da marginalização de outros. De entre eles, incluem-se as discriminações por gênero, raça, etnia, classe social, casta, religião, origem nacional, deficiência e orientação sexual. Essas estruturas interagem entre si, por isso é relevante o conceito de interseccionalidade adotado por Crenshaw (2002), que torna “aparente a realidade de diversos grupos sociais que estão numa posição vulnerável, na medida em que sofrem múltiplas e simultâneas formas de opressão, por se encaixarem em mais de um tipo de identidade historicamente subordinada” (p. 177).

Helena Hirata (2014) acrescenta que a interseccionalidade é vista como uma das formas de analisar e/ou combater as opressões múltiplas, interligadas e sobrepostas e, portanto, também como um instrumento de luta política. Este conceito de interseccionalidade permite pensar a opressão a partir das relações sociais, sem hierarquização das formas das mesmas. “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 29), por isso, a partir desse conceito, é possível pensar que racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, transfobia, etc., não são dimensões independentes umas das outras mas que se inter-relacionam, criando um sistema de opressão que reflete o cruzamento de múltiplas formas de discriminação/exploração.

Ao analisarmos a estrutura social de um jovem Trans, é necessário se pensar nos tipos de constrangimentos que sofre, levando-se em consideração a diferença de tratamento recebida por ser trans, as limitações impostas somente pelo facto de sua identidade de género não ser biológica e binária. Segundo Maria José Magalhães (2012)

(...) uma grelha teórica, epistemológica e metodológica multivariada e interseccional, que possibilite uma análise da influência do cruzamento de vários processos como a “raça”, o género, a classe, a sexualidade e a idade na vida das *mulheres e dos transgéneros* (...) evita o reduto biológico em que assenta o essencialismo, bem como a estereotipia das identidades (...) propondo uma leitura do género para além do género (p. 2).

Liliana Rodrigues, Nuno Santos Carneiro & Conceição Nogueira (2018) contribuem para este campo ao referirem que já não nos fixamos apenas no facto de a pessoa ser Trans, mas na sua relação de classe social, raça, orientação sexual. Partindo do conceito de interseccionalidade aqui já mencionado, podemos ter uma maior compreensão acerca das desigualdades existentes, Akotirene (2018) afirma que, “racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica” (p.56).

Esse olhar interseccional nos trará uma dimensão mais completa, por exemplo, ao pensarmos na história de vida de uma pessoa trans, feminina, negra e pobre, assertivamente ela sofrerá opressões diferentes do que uma pessoa trans, masculino, branco e rico. Em suma, “a teoria da interseccionalidade pressupõe que

as opressões estão inter-relacionadas e que seu impacto é multiplicativo e não é somativo ou aditivo” (Rodrigues et al, 2018, p.42), portanto, não há uma hierarquização nas formas de opressão. Dependendo do lugar social que se ocupa, o gênero é vivenciado de maneira diferente, isso porque a situação das pessoas trans, em especial negros/as e de classes populares possuem desafios adicionais para o acesso aos direitos em que “a análise interseccional faz-se por via do reconhecimento da pluralidade dos processos que condicionam a discriminação, sendo o gênero apenas um desses processos” (Magalhães, 2012, p. 2). Ao apontar sobre as críticas feitas ao conceito de interseccionalidade, Akotirene (2018) explica que “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores” (p. 92).

1.3 Movimentos Sociais *Queer* e Trans

É comum ouvirmos que não existia homossexual antigamente, que todas as pessoas eram heterossexuais. Segundo Louro (2001), a categoria homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções recentes da segunda metade do século XIX porque, antes, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram chamadas de sodomia, que não passava de um pecado que qualquer um poderia cometer. Ainda segundo a autora, a partir daí, esse sujeito foi caracterizado como um sujeito desviante da norma e começou a ocupar o lugar do segregado, do marginalizado, do oprimido. Na década de 1970, alguns movimentos homossexuais começaram a surgir em busca de igualdade e liberdade.

Segundo as pesquisas e as organizações no campo LGBTQIA+, o movimento *queer* tem sua origem a partir de um evento chamado ‘revolta de Stonewall’, nos Estados Unidos, em que travestis e transexuais, cansados/as da política de opressão contra não heterossexuais e negros/as vigente na época, reagiram e enfrentaram os policiais que entraram no bar Stonewall Inn, em Nova York, com a finalidade de espancar e prender travestis e transexuais. Segundo Richard Miskolci (2012), a teoria *queer*, como a conhecemos hoje, se fixa na segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, quando a epidemia de HIV/SIDA gerou uma onda de conservadorismo e os/as portadores/as do vírus foram marginalizados/as por serem considerados/as sexualmente promíscuos/as e merecedores/as de receberem como castigo essa doença, pois não eram heterossexuais e normativos/as. Segundo o autor:

A epidemia é tanto um facto biológico como uma construção social. A Aids foi construída culturalmente e houve uma decisão de delimitá-la como DST. (...) No mundo todo, essa reação teve consequências políticas jamais superadas e também na forma como as pessoas aprenderam sobre si próprias, sobre a sexualidade, e na maneira como vivenciam seus afetos e suas vidas sexuais até hoje (Miskolci, 2012, p. 23).

Queer, em inglês, é um palavrão, um xingamento, significa estranho, excêntrico e era um insulto, uma forma pejorativa de chamar os/as não heterossexuais. O movimento *queer* surge, então, como uma forma de reação e resistência ao que é considerado abjeto. Segundo Miskolci (2012), o termo abjeção se refere “ao espaço

a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política” (idem, p. 23).

Miskolci (2012) acrescenta, ainda, que os movimentos sociais gays e lésbicos que antecederam à teoria *queer* emergiram dos valores de uma classe média, letrada e branca, e pautavam-se em produzir uma identidade homossexual comportada, que passasse despercebida, para que fosse aceite e integrada na sociedade, excluindo os gays afeminados, os travestis e transexuais. Já o movimento *queer* se conduziu “menos pela demanda de aceitação ou incorporação coletiva e focaram mais na crítica às exigências sociais, aos valores, às convenções culturais como forças autoritárias e preconceituosas” (Miskolci, 2012, p. 25).

Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação “*queer theory*” para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos (Miskolci, 2009). O livro de Judith Butler, *Gender Trouble* e *A História da Sexualidade*, de Michael Foucault, se tornaram importantes alicerces para a teoria *queer* (Miskolci, 2009; Louro, 2004b).

Segundo Miguel Vale de Almeida, o termo *queer* “pode ser usado para descrever uma população aberta, cujas características partilhadas não são a identidade, mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade” (2004, p. 97)

A proposta *queer* evidencia uma crítica à tentativa da sociedade em rotular e segregar, na base do princípio balizador da heterossexualidade compulsória. Há sempre a necessidade de saber: - é homem ou mulher? E é exatamente isso que a proposta *queer* quer evitar, essa classificação, essa tendência em “criar um escaninho das espécies sexuais alocando cada uma em uma caixa ou identidade” (Miskolci, 2012, p.18).

Para Louro (2001), *queer* significa se posicionar contra a norma, representando a diferença na sua forma mais transgressiva e perturbadora. Segundo a autora, *queer* é, “também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’” (Louro, 2004b, p. 7). Complementando, segundo Jaqueline de Jesus (2010) são seres humanos que outrora eram inimagináveis: “1) mulheres

com pênis; 2) homens com vagina; 3) homens femininos; 4) mulheres masculinas; 5) pessoas assexuadas; 6) pessoas intersexuais não cirurgiadas; 7) ...” (Jesus, 2010, p. 83).

A teoria *queer* promoveu a ampliação do conceito de gênero, que era visto apenas como sinônimo de mulheres e a desconstrução de um sujeito que era limitado pela dicotomia masculino/feminino, hetero/homo, para uma noção de gênero visto como plural e fluido (Louro, 2001; Miskolci, 2012). Essa teoria traz perceptibilidade às identidades sexuais não-hegemônicas que subvertem as normas sociais e busca “tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (Miskolci, 2012, p.26). Segundo o autor, a teoria *queer* torna evidente a intimidação, a opressão, a exclusão que pessoas homossexuais, bissexuais, intersexo e Trans sofrem constantemente e que não eram consideradas nos outros movimentos porque os mesmos estavam e alguns continuam presos ao referencial heterossexual e à definição estática de gênero.

Louro (2001) acrescenta que a “teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (idem, p.550). Segundo a autora, *queer* convida a pensar o impensável, a problematizar, a contestar a heterossexualidade compulsória e todos os seus efeitos.

Sandra Saleiro (2013) complementa e ressalta também a contribuição que a esta teoria traz para as pessoas Trans pois, segundo ela, a “teoria *queer* acaba por se focar nas relações e implicações supostamente naturalizadas entre sexo, gênero e sexualidade, dirigindo-se diretamente aos fenômenos trans-gênero” (idem, p. 58)

A teoria *queer* promove uma ampla discussão teórica sobre identidade e sobre a performatividade de gênero. Para este estudo, é importante dedicar algumas páginas para compreender melhor as questões que envolvem a construção das identidades *queer* sob o embasamento teórico de bell hooks (1995, 2014, 2015,

2018), Berenice Bento (2003, 2008, 2011, 2017), Judith Butler (2000, 2003, 2017) e Guacira Louro (1997, 2000, 2004).

Embora o movimento *queer* tenha dado visibilidade a outros gêneros que fogem à binaridade, incluindo os transgêneros, foi necessário um movimento mais específico, focando em questões importantes da vivência Trans. No final do século XX, surgiu o movimento Trans e, nesta reflexão e ação, entendemos como Trans qualquer pessoa que “reivindica um pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto” (Bento, 2008, p.12).

O movimento Trans ocidental se pautou principalmente na luta pela despatologização da identidade trans, tida como doença mental (Bento, 2008) e, além disso, no Brasil, também reivindicam o:

[d]ireito ao uso do nome social e do tratamento pelo gênero identificado mesmo quando não há mudança do registro civil; Direito à adequação do registro civil ao nome social e ao gênero identificado; Direito às mulheres transexuais e travestis ao atendimento nas Delegacias da Mulher; Direito de pleno acesso a sanitários femininos, sem restrições ou criação de espaços guetificados como banheiros “específicos”; Direito a acompanhamento completo, psicológico, endocrinológico, psiquiátrico, entre outros, quando atendidas em serviços públicos voltados à transgenitalização; Direito à aparência e ao uso de vestimentas adequadas ao seu gênero nos diferentes ambientes de trabalho; Direito a uma escola que, mesmo tendo preconceitos, respeite e busque entender e valorizar a diversidade (Jesus, 2010, p. 88)

A luta para despatologização da identidade Trans foi reconhecida em 18 de junho de 2018, quando a Organização Mundial de Saúde anunciou a retirada dos “transtornos de identidade de gênero” do capítulo de doenças mentais do CID. Para se nominar mais adequadamente e de forma mais verossímil foi criado o termo “Incongruência de Gênero”, inserido no capítulo sobre saúde sexual. Essa grande vitória se deu 28 anos após a retirada do termo “homossexualidade” da lista de doenças. Citando Unaiids,

[s]egundo a OMS, existem evidências de que a *incongruência de gênero* não se trata de um transtorno mental, mas que ainda “há a necessidade de garantir atendimento às demandas específicas de saúde da população trans”, o que explica o facto de o termo não ter sido retirado totalmente do CID. Além disso, a Organização destaca que este é um passo importante para a redução do estigma e da discriminação em relação à essa população e para a garantia de acesso à saúde (Unaiids, 2018).

Com os avanços dos estudos *queer*, com as campanhas feitas pela internet, redes sociais, TV, as lutas *queer* e Trans têm avançado em todo o mundo ocidental. Em Portugal, desde 2011, é reconhecida a identidade de gênero trans, o que

possibilitou a maiores de idade a mudança do nome e do sexo de nascimento para o que a pessoa se reconhece, sem muitas burocracias. No Brasil, a Identidade de Género é reconhecida desde 2013 e o uso do nome social também, porém, para conseguir mudar o nome e sexo no registro civil era muito burocrático, tendo que acessar o judiciário e pagar um advogado, era necessário ainda ter frequentado por muitos anos um psiquiatra e apresentar à justiça um laudo médico atestando a incongruência de género, o que resultava em um processo dispendioso e moroso.

Somente em 2016 foi promulgada uma lei que facilitou e simplificou a mudança de nome no registro civil. Nas escolas de alguns estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, o uso do nome social por parte de estudantes travestis e transexuais é permitido desde 2010 e, em 2018, se tornou obrigatório em todo país.

No Brasil, nome social pode ser entendido como o nome escolhido pelo próprio sujeito trans, de acordo com a sua identidade de género, que pode divergir do seu registro civil. O *nome social* foi um ‘jeitinho brasileiro’ de preencher uma lacuna legal. Berenice Bento (2014) esclarece que “são normas que regulam o respeito à identidade de género em esferas micro: nas repartições públicas, em algumas universidades, em bancos” (Bento, 2014, p. 166). Dessa forma, pela autoidentificação de género, a pessoa Trans podia transitar em alguns espaços sem passar por constrangimentos, porém era apenas uma ‘maquiagem’, pois não resolvia a questão de forma concreta, e mesmo com o uso do nome social, a validade legal é o nome do registro civil.

Atualmente no Brasil, o uso do nome social possibilita ao/à estudante menor de idade, que ainda não mudou os registros civis, ser respeitado/a quanto ao pronome e ao nome ao qual se identifica, sem burocracia. Embora seja um direito, ainda existem relatos de desrespeito, como demonstra Berenice Bento (2004) ao dizer que “pelo relato de pessoas Trans em encontros nacionais, nota-se que há um segundo momento de luta: a implementação nas chamadas e em outros documentos” (Bento, 2014, p. 178).

O nome é a forma pela qual nos reconhecemos e nos fazemos conhecer, o nome legitima a nossa existência e promove o exercício da nossa cidadania. Um dos maiores motivos de constrangimento, mal-estar, opressão é não ser aceito pelo que se é. Ser reconhecido pelo nome a que corresponde sua identidade traz dignidade.

A mudança de nome faz parte da construção da identidade trans, é um processo natural para a pessoa trans. Segundo Paul Beatriz Preciado (2014):

Toda pessoa Trans tem (ou teve) dois ou mais nomes próprios. Aquele que foi designado na hora do nascimento, cujo nome a cultura dominante buscou normalizá-lo e o nome que assina no início do processo de subjetivação dissidente. Os nomes Trans não indicam o pertencimento a outro sexo, mas denotam um processo de identificação (...) o segundo nome utilizado pelas transexuais, a peruca *drag*, o bigode, enfim, são signos intencionais e hiperbólicos de uma travestilidade político sexual. E isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma. (Preciado, 2014, parágrafo 2).

Um dos motivos pelos quais o movimento Trans lutou pelo direito à mudança de nome no registro civil e ao uso do nome social se deve ao facto de muitas pessoas Trans sofrerem constrangimentos a todo momento quando circulam em espaços sociais. Um dos espaços sociais que promove bastante preconceito e sofrimento para as pessoas Trans é a escola. Inclusive, Bento (2004) levanta essa questão e afirma que muitas pessoas Trans acabavam por abandonar à escola, porque não se identificavam mais com o nome de nascimento e a todo momento eram constrangidos/as ao serem chamados/as por algo com que não se reconhecem mais.

Essa luta pela identificação ao género com o qual você se reconhece foi muito necessária e possibilita o rompimento de padrões, a abertura da vivência de identidades que quebram as tradições que foram constituídas sob dinâmicas heteronormativas e binárias.

1.4 Construção das Identidades *Queer*

Para se compreender a construção da identidade *queer* é significativo revisitar o conceito de gênero utilizado pela teoria feminista e pela teoria *queer*.

Como já mencionado no início do primeiro capítulo, os estudos de gênero são uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968, incluindo os feministas. O conceito de gênero começou a ser usado pelas “pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria “gender” para falar das “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (Grossi, 1998, p. 4).

Para fugir do determinismo biológico fortemente enraizado no pensamento ocidental, o feminismo traz novas discussões acerca de sexo e gênero. O pensamento hegemônico conceptualizava sexo e gênero como destino natural, como a inscrição natural do sexo, sexo biológico e que, segundo Adrienne Rich (2010), trazia um conjunto de correlações arbitrárias, significando que um indivíduo, ao nascer com uma vagina, imediatamente significa mulher - feminilidade - heterossexualidade, e, ao nascer com pênis, já se subentendia homem, masculino e heterossexual. O binarismo de gênero com enfoque em masculino e feminino é produzido pela diferenciação dos corpos a partir de seus órgãos sexuais, generalizando esse padrão e tornando-o uma norma.

De acordo com esse pensamento hegemônico, a heterossexualidade é entendida como essencial para a reprodução da espécie, estabelecendo assim um padrão de sexualidade vista como “normal” e rejeitando tudo o que foge a esse paradigma.

Em entrevista concedida à Judith Butler em 2003, Gayle Rubin analisa o movimento feminista e critica o forte enraizamento do movimento com o marxismo. A autora relata que “o marxismo, independentemente do grau em que foi modificado, parecia incapaz de entender os temas da diferença de gênero e da opressão das mulheres [...] e tinha limitações intrínsecas como estrutura teórica para o feminismo” (idem, 2003, p. 162).

A diferença entre “sexo” e “gênero” é sempre posta em discussão e, entre as muitas teóricas feministas, há pontos de convergência e de divergência, porém começaremos pelo conceito do ‘Constructo Social’ então amplamente utilizado pelo feminismo, no que concerne ao gênero, que entende que gênero se refere à construção social do sexo biológico, com os atributos e as expectativas associados ao sexo feminino e masculino.

Guacira Louro (1997) diz que esse conceito foi criado para distinguir a dimensão biológica (determinismo biológico) da dimensão social, enfatizando “a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (idem, p. 18), isto é, de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a particularidade de ser *homem* e de ser *mulher* será singularizada pelo contexto sociocultural em que a pessoa está inserida. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos, “[a] pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (Louro, 1997, p. 20).

Já Linda Nicholson (2000), em seu artigo “Interpretando o Gênero”, traz uma visão crítica do conceito de gênero como construção social pois, apesar do movimento feminista rejeitar a ideia do determinismo biológico, não abandona o biológico pois “permite que os dados da biologia coexistam com aspectos de personalidade e comportamento” (p. 12). Portanto, para a autora, esse conceito difunde uma dicotomia entre sexo e gênero na medida que o sexo está para natureza assim como o gênero está para a cultura, reforçando também a dicotomia natureza e cultura. Ora, como já discutido no início da seção 1, não há uma delimitação clara entre natureza e cultura, pois o conceito de natural é uma interpretação cultural. Judith Butler (2003), uma das precursoras da teoria *queer*, problematiza ao afirmar que o conceito de gênero não pode ser engendrado como uma epígrafe em um corpo sexuado, mas precisa considerar nos processos subjetivos do próprio sexo. Assim, a autora desestabiliza essa relação sexo/natureza, gênero/cultura:

[r]esulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (Butler, 2003, p. 25) Grifos no original.

Judith Butler (2003) afirma que tanto o sexo quanto o gênero são construídos socialmente, portanto não é possível conceber o sexo como biológico/natural:

a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (idem, p. 24).

Sendo assim, o sexo será também uma composição dedutiva/cultural produzida a partir de uma suposta natureza sexuada. Para a autora, essa distinção sexo/gênero é arbitrária, e provoca dizendo que sexo sempre foi gênero: “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p.34).

Butler (2003) afirma que os conceitos de sexo e gênero surgem do que ela denomina como heterossexualidade compulsória, considerando que a nossa sociedade tende a se pautar nas perspectivas dicotômicas de significação de sujeitos e de suas relações intersubjetivas. Para a autora, tanto o sexo como o gênero são atos normativos afirmados pela repetição de valores heterossexuais, sendo uma criação performática do sistema patriarcal vigente, portanto “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (idem, p. 37) ou seja, o gênero está intrinsecamente atrelado aos modos como o *homem* ou a *mulher* devem se portar diante da sociedade, evidenciando assim o binarismo sexista, ou seja, ao depender do sexo do nascimento, os comportamentos serão diferentes.

Adrienne Rich (2010) desenvolveu o conceito de heterossexualidade compulsória que propõe pensar a heterossexualidade como uma instituição que mitiga o poder das mulheres, como imposição naturalizada que assegura modos de exploração, constituindo a feminilidade como subalterna, “como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas” (idem, p.34). Essa heterossexualidade compulsória parte do princípio de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” (Rich, 2010, p.35), Butler (2003) chama de “matriz heterossexual”, isto é, a “[...] grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (idem, p.216), o que contribui

para aumentar a opressão àqueles que fogem à norma, pois serão consideradas pessoas “desviantes, patológicas e descompensadas em termos emocionais” (Rich, 2010, p. 39).

Há uma forte imposição sociocultural patriarcal que estabelece os comportamentos inerentes a cada gênero, são os papéis esperados de cada gênero. Segundo Butler (2003), “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (p.27), não há espaço para uma escolha de gênero pois esta é feita no contexto de uma cultura e de um regime de poder que impõe uma norma sexista binária. Somos disciplinados a reproduzir esses comportamentos e eles se embasam em um conceito biológico de que a fêmea é naturalmente frágil e de que o macho é forte, é viril. Segundo Louro (1997):

[é] necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (idem, p. 21).

Berenice Bento (2011) contribui para esse pensamento ao dizer que: “[q]uando se diz ‘é um menino!’ não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como ‘menino’” (idem, p. 551). Isso significa que, quando a criança nasce já encontra numa rede de padrões, desejos e expectativas para o seu futuro, sempre na lógica binária. Desde o nascimento, já somos condicionados/as a viver em sociedade de maneira distinta. Por exemplo: quando criança, as meninas brincam de boneca, de casinha, brincam de mamãe e filhinha, e assim vão se familiarizando com o espaço doméstico, sendo conduzidas a pensar que a melhor alternativa para as mulheres é o cuidado do lar e de filhos/as, quando muito, a única brincadeira que envolve uma profissão e que é frequente é a de professora.

Já os meninos brincam com espadas, armas, roupas de luta, adereços de guerra, carros, jogos eletrônicos, e, já desde cedo, aprendem que têm que ser fortes, não podem chorar, que precisam se defender, guiando-os para um caminho de agressividade, usando o corpo como instrumento de luta, valorizando a competitividade, exaltando os fortes. E mesmo ao promover brincadeiras com bola, bicicleta e skate, por exemplo, já são educados a sentir que o espaço público é deles.

Quando adultos, se espera que a *mulher* se case, que tenha filhos, que se vista de determinada forma, que os homens tenham uma forma de dirigir, de se relacionar, de se vestir. São práticas e relações “que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas)” (Louro, 1997, p.41, grifos no original). A família, a igreja, a escola, as ruas usam desse controle padronizado para definir quem está dentro ou fora desses papéis sociais, e estando fora é considerado desviante e como tal é julgado. Se a menina gosta de jogar futebol e o menino gosta de brincar de boneca, já são tomados como abjetos, já são alvo de piadinhas humilhantes, de agressão.

É preciso compreender que esses papéis de gênero nos ajudam a ter um olhar mais vigilante para determinados sistemas que fortalecem diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando desigualdades. Assim, mulheres e “homens que se afastam da forma de *masculinidade* e *feminilidade* hegemônica são considerados/as diferentes, são representados/as como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação *ou subordinação*” (Louro, 1997, p.48, grifo no original).

Segundo Butler (2003), “o gênero é performativo, isto é, conforma a identidade que supõe ser” (idem, p. 84); dizer que um gênero é performativo significa dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre, a forma como desempenha seus papéis de gênero consolidam a impressão de ser *homem* ou *mulher*. Como afirma a autora, “[o] facto de que o corpo com gênero seja performativo mostra que não tem uma posição ontológica distinta dos diversos atos que conformam sua realidade” (Butler, 2003, p. 266), portanto, a performatividade colabora para pensar o gênero como um processo de construção e reconstrução de identidade. Nesse mesmo entendimento, Louro (2000) salienta que o sexo e as identidades de gênero são produzidos através de múltiplas aprendizagens e práticas que se sugestionam nas mais diversas situações, tanto de forma visível quanto furtiva. Para Louro (1997) é preciso compreender gênero como uma constituição da identidade do sujeito, isto é, “algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o” (idem, p.25, grifos no original)

Segundo Butler (2003), o gênero constrói-se através de performatividades contínuas, isto é:

[o] fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003, p. 201).

Infere-se, portanto, que não há identidades que precedam ao cumprimento das normas de gênero, é a repetição dessas normas que fabrica o gênero, por isso, ao mesmo tempo em que podem ser consolidadas podem também ser resistidas. Uma forma de resistência a essas normas é a “existência lésbica, *gay*, *transsexual*, *intersexual* que inclui tanto a rutura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (Rich, 2010, p. 36), são expressões que “subvertem inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zombam efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero” (Butler, 2003, p.195).

Segundo Tadeu da Silva (2007), a identidade é construída na relação com o outro e na convivência com a cultura que estamos inseridos. Para o autor, a identidade

não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. (Silva, 2007, p. 95).

A sociedade tende a olhar para a identidade a partir da diferença, diferença entre nós e eles, entre ‘eu’ e ‘outro’, onde se estabelece uma relação de poder. ‘Nós’ é mais importante que ‘eles’, a maioria subjuga a minoria e faz com que os atributos da maioria sejam considerados normais, aceitáveis e necessários. Silva (2007) explica que “[n]ormalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única” (idem, p. 82).

Para compreender as sexualidades desviantes da norma, sobretudo pessoas Trans, é imperativo que se desconstrua a estereotipia da binaridade de sexo e gênero. Segundo Louro (1997), um dos efeitos disso é a abertura para a compreensão e

inclusão de distintas e variadas formas de masculinidade e feminilidade que temos em nossa sociedade. Para a autora:

[a] concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia *singular* de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se "enquadram" em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito "gênero" (Louro, 1997, p.25, grifos no original).

Nesse mesmo entendimento, Butler (2003) diz que é preciso descaracterizarmos essa forma dicotômica de enxergarmos o mundo, suprimindo as fronteiras homem/mulher, sexo/gênero, natureza/cultura e dando abertura para novas performances e resignificando os corpos. Berenice Bento (2008) complementa dizendo que os corpos e gêneros da experiência Trans questionam os padrões heteronormativos, limitando as possibilidades de interpretação do gênero. Segundo a autora:

[o]s gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova de que a humanidade é necessariamente heterossexual e que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo. [...] Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma (Bento, 2008, p. 35).

A subversão da normatividade surge em forma de "lésbicas", "gays", "bissexuais", "transexuais", são performatividades de gênero que fogem às regras e conceitos prévios, se opondo à binaridade e à heterossexualidade compulsória. Quando o corpo sobrepuja o limítrofe que tentam restringi-lo e controlá-lo, acaba por dismantelar o sistema de poder que tentava enclausurá-lo, pois desorganiza sua lógica e denuncia sua impotência explicativa, esses corpos incoerentes desafiam a norma. Segundo Butler (2003):

[...] o travesti também revela a distinção dos aspetos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual. Ao *imitar* o gênero, o drag *revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência*. (idem, p. 196, grifo no original).

Assim, a existência de “pessoas” que desregulam o paradigma hegemónico entre sexo anatómico e género aponta a descontinuidade da identidade e do entendimento do que seria sexo e género, pois o sexo não necessariamente determina o género e, assim como a drag ou o(a) transexual, a mulher dita “original”, “autêntica” precisou tornar-se mulher, em um processo que nada tem de natural ou instintivo. Nesse sentido, a transexualidade e “outras experiências de trânsito entre géneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos das nossas estruturas corpóreas” (Bento, 2011, p. 551).

O conceito de Trans (transexual, transgénero, travesti) ainda está em construção. Liliana Rodrigues (2016) explica que desde 1960, existe dificuldade em definir o conceito de transexualidade e “tal dificuldade persiste atualmente, não havendo consenso nem na comunidade científica, nem entre as pessoas que, de modos diversos, vivenciam experiências e/ ou identidades Trans” (p.41). Travestis são definidas como “pessoas que vivenciam papéis de género femininos” (Jesus 2012, p.17). Alguns/algumas teóricos/as diferenciam o conceito de transexual e transgénero. Segundo Jaqueline Jesus (2012):

“[p]essoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de género que têm de si” (idem, p. 15) e transgénero é definido como um “conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do género que lhes foi determinado quando de seu nascimento”(idem, p.25).

Em suma, travestis, transexuais e transgéneros são pessoas que não se reconhecem como Cis¹. Complementando, Rodrigues (2016) elucida que “[h]á muitas maneiras de falar de transexualidades, porque há muitas maneiras de conceber as experiências que temos sobre as normas de género e as suas ruturas” (p. 40). No que concerne a este estudo, o que é relevante é a forma como cada pessoa participante se auto nomeia, partindo da sua subjetividade. São pessoas que não se identificam com a norma e se reconstroem de acordo com o que sentem, por isso, neste estudo, utilizamos o termo “Trans” de forma mais ampla para abarcar todas as identidades ‘transexuais’, ‘travestis’ e ‘transgéneras’.

¹ Pessoas Cis são aquelas que se identificam com o género do nascimento (Jesus, 2012)

Berenice Bento (2008) ao abordar a transexualidade sempre a define como uma experiência e não como uma identidade, pois a identidade já é pré-definida por conceitos hegemônicos que impedem novas formas e possibilidades de se estar no mundo, restando novas configurações identitárias. Segundo a autora:

[p]refiro referir-me à ‘experiência transexual’, pois a transexualidade não é a pessoa. Quem vive esta experiência tem outras identidades que povoam suas subjetividades: trabalha, namora, pode ter religião, é membro de comunidades sociais múltiplas (família, grupos de interesse), como todo ser social (Bento, 2008, p. 145, grifo da autora).

Ainda segundo a autora, a “transexualidade é uma experiência identitária que está relacionada à capacidade dos sujeitos construir novos sentidos para o masculino e o feminino” (idem, p. 22). Isto é, uma experiência de subversão das normas, de resignificação existencial, de composição e modificação histórica de si mesmo, do seu corpo e da sua subjetividade.

Os corpos Trans questionam a norma heteronormativa pois não são explicáveis, porque fogem aos padrões pré-definidos, portanto “[a] transexualidade seria então a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (Bento, 2008, p. 41).

Pessoas Trans vivenciam um sentimento de não-pertença, pois são diferentes dos modelos identitários de referência. Esse modelo identitário é assegurado “por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade” (Butler, 2003, p.38) e ao se esquivarem disso

a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (idem).

Isto é, percebemos que a inscrição corpórea é entendida como “*definidora* de gênero e de sexualidade” (Louro, 2004, p. 80, grifo no original) e por conseguinte é também entendida como “*definidora* dos sujeitos (idem).

Para Silva (2007), a sociedade ignora e reprime o ‘outro’, aquele que foge da normalidade, porém a existência do ‘outro’ é inevitável e acaba “explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende a voltar - reforçado e multiplicado” (Silva, 2007, p. 96). Por isso, a existência Trans traz à tona

a intolerância e violência da sociedade ao que é diferente, promovendo atos repulsivos e de abjeção da/na sociedade, uma vez que estes sujeitos riscam a concepção de gênero concebida como única e inviolável. São indivíduos que “escapam ou atravessam os limites da normalidade e ficam marcados como corpos-sujeitos-ilegítimos, imorais ou patológicos” (Louro, 2004, p.82). Ao refletir sobre o indivíduo Trans vemos que seu corpo não apresenta as características identitárias socialmente construídas dentro da normalidade, uma *mulher* de barba, um *homem* de batom, e esse apeto Trans possui marcadores que legitimam as possibilidades e os limites desse sujeito dentro da cultura (Louro, 2004).

Louro (2004) explora esse conceito de marcadores ao dizer que as “características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder” (idem, p.76) e ainda que “a marcação pode ser simbólica ou física, [...] ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material”, além disso, a marcação “poderá permitir que o sujeito seja reconhecido [...] que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado” (idem, p. 83-84). Nesse mesmo entendimento, Butler (2003) diz que é necessário “compreender as fronteiras do corpo como os limites do socialmente *hegemônico* [...] o corpo não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada” (Butler, 2003, p. 189, grifo no original).

A construção da subjetividade é marcada pela relação de poder exercida sobre nossos corpos. Michel Foucault (2004) fala da regulação dos corpos para manutenção do poder, segundo ele: “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (idem, p. 126). Os corpos adequados são aqueles que seguem as normas, são os corpos dóceis, sendo que é dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Ibidem, p. 126).

Um corpo Trans perturba o sistema de poder pois ele é subversivo, não respeita os limites, as regras da normalidade e, por isso, “[a]queles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade [...] são marcados como sujeitos diferentes e desviantes” (Louro, 2004, p. 87). Esses comportamentos desviantes os tornam em abjetos, que Butler (2003) define do seguinte modo:

[abjeto] designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (idem, p. 230).

Esses corpos abjetos têm sua própria humanidade questionada (Butler, 2000), abjetos aqui é caracterizado como “aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo de “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja subscrito” (Butler, 2000 p. 153). Esse sujeito Trans se constrói repudiando a norma, “como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas” (idem). Para a sociedade, a pessoa Trans é indesejada assim como os “migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer” e por isso “devem sofrer penalidades” (Louro, 2004, p. 87). São punidos/as e experimentam o desprezo e a humilhação, “provavelmente serão rotulados (e isolados) como minorias. Já que não se ajustaram e desobedeceram às normas que regulam os gêneros e as sexualidades, são considerados transgressores e, então, desvalorizados e desacreditados” (idem, p.87).

Homens e mulheres Trans são doutrinados/as, assim como todos os indivíduos ocidentais, a seguir esse modelo identitário hegemônico, o que traz muitos sofrimentos e constrangimentos ao longo da vida, pois esse pensamento fundante faz com que se sintam incompletos/as. Ao desafiar o modelo identitário hegemônico, a pessoa Trans luta para sobreviver e se afirmar dentro de uma sociedade excludente e intolerante, tendo que se transformar e buscar se parecer ‘normal’. Todos/as nós necessitamos do sentimento de pertencimento e de reconhecimento social e nas mulheres e homens Trans a principal forma é através da hormonização². Bento (2003) explica que

[o]s hormônios estão para as/os mulheres/homens transexuais assim como a forma de caminhar, de sentar-se, a estética está para as/os mulheres/biológicas. Para ambos, ser de um gênero passa, necessariamente, pelo reconhecimento social desse pertencimento, o que se efetiva através de múltiplos efeitos protéticos (idem, p. 7).

² Mudança corporal obtida através da ingestão de hormonas (ou hormônios no português do Brasil).

Aqueles que conseguem ser aceites geralmente o alcançam porque se subtraem de alguma forma. Os gays que não são afeminados, as lésbicas que são muito femininas já enfrentam menos discriminação, mas só se consegue esse reconhecimento social e essa pertença ao “‘limpar’ suas marcas de diferença para ser aceito” (Bento, 2017, p. 55), isto é, a marca corpórea tem que ser inexistente, extinta para ser aceite.

As mulheres e homens Trans já são diferentes de gays e lésbicas pois não conseguem excluir completamente essa marca corpórea distinta e essa apresentação corporal é insuportável “para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos Trans seriam a própria materialidade da impossibilidade de assimilação” (Bento, 2017, p. 59). Mesmo assim, na busca de sentirem mais seguros no procedimento de introdução, “no mundo do outro gênero, alguns/umas tentam reproduzir o modelo da *mulher* submissa e do *homem* viril, pondo em destaque traços hegemônicos dos gêneros” (Bento, 2003, p.8).

Para concluir, é importante compreendermos que existe uma infinidade de visões e de auto compreensão acerca de gênero. Muitas delas não se enquadram na dicotomia fundante dominante do mundo ocidental, escapam à heterossexualidade compulsória, porém não deixam de existir. O cerne aqui é que, muitas vezes, esquecemos que todos/as somos seres humanos, todos/as nós ansiamos por reconhecimento, somos seres sociais e é imperativo respeitar o/a outro/a, não importa a marca corporal que ele/a traga, não importa a sua singularidade, os direitos de todos/as sempre devem ser reconhecidos. Uma vida não vale mais que outra, concordo com Butler (2017) quando diz que “quando certas vidas são consideradas descartáveis como resultado do racismo ou do militarismo, devemos todos/as lutar contra esse esforço de nos separarem uns/mas dos/as outros/as, para estabelecer apenas algumas vidas como passíveis de luto e valiosas e outras não” (idem, p.39, 40).

Desenvolver a empatia faz com que sejamos mais respeitadores/as, menos egoístas e nos aproxima mais de uma sociedade mais justa e inclusiva. Todos/as são cidadãos/ãs e têm o direito a não ser perseguido/a, tem “o direito de sair à rua sem

medo, o direito de assembleia, de se associar livremente com aqueles/as com quem se escolhe, sem intervenção e sem patologização” (Butler, 2017, p. 40).

Capítulo II

Escola, Diversidade e Possibilidades

No capítulo anterior, compreendemos como é construída a identidade Trans e pudemos observar que a cultura patriarcal, vigente na nossa sociedade, é a principal fonte de opressão desta identidade. Compreendemos também que a identidade Trans é fluida e performativa e apresenta muitas singularidades que devem ser respeitadas. Neste capítulo, discutiremos como a escola se relaciona com as identidades Trans e as possibilidades que a escola tem de promover um debate saudável e ampliar o conhecimento dos/as seus/suas estudantes, propiciando um ambiente que respeita as diferenças.

O primeiro contacto com a escola se dá ainda na infância e perdura até a fase adulta; é na escola que passamos a maior parte do nosso tempo, quando ainda estamos formando a nossa identidade. Embora a escola não seja o único espaço onde a educação acontece, é um espaço marcante e importante, que faz parte da vida de praticamente todos/as e que exerce uma grande influência na aquisição de saberes, na transmissão cultural, na interação social e na formação cidadã.

A escola ocidental foi uma invenção histórica, fruto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. No início do século XX, a sua função era ensinar os conhecimentos básicos para que os trabalhadores realizassem suas atividades nas fábricas: ler, escrever e contar. Após a segunda guerra mundial, houve um crescimento vertiginoso da escola por meio da alfabetização em massa e da democratização da escola pública, a que todos e todas deveriam ter acesso. Nos países desenvolvidos e mais tardiamente também nos países designados como ‘subdesenvolvidos’ ou em ‘desenvolvimento’, a escola passou, também, a ser obrigatória, com um importante papel no desenvolvimento socioeconómico, na preparação para o exercício da cidadania, formando um/a cidadão/ã mais consciente (Cambi, 1999; Manacorda, 2001).

A escola, com suas especificidades, pode ser, por vezes, uma representação refratada da sociedade. Vivemos em uma sociedade patriarcal, capitalista, heteronormativa, em que, geralmente, só existe aceitação e integração social se houver conformidade com a norma e a escola muitas vezes acaba repetindo este

padrão hegemônico normatizante. A escola reforça e reproduz a desigualdade, a diferença, a segregação porque divide as/os que lá estão “através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização” (Louro, 1997, p. 57). A escola foi firmada tendo como base a distinção, a rotulação e Guacira Louro (1997) corrobora ao argumentar que “[a] escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (idem, p.57).

Além disso, a escola disciplina os corpos, pois na escola se aprende o momento certo de falar e de calar, se aprende a respeitar a norma, se aprende a agir de acordo com a norma (Foucault, 2004; Louro, 1997). Embora atualmente a escola tenha o nome de escola democrática, ainda assim privilegia determinada forma de se comportar, privilegia ‘os bons’, ‘os decentes’, os que sabem como e quando falar; na verdade, a escola ainda é um meio para a ‘fabricação’ de sujeitos disciplinados e dóceis, nas identidades e sexualidade hegemônicas. Louro (1997) explica melhor sobre a produção de corpos adestrados, segundo a autora:

[u]m corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala (...) mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais (Louro, 1997, p. 17).

Ainda segundo a autora, “currículos, normas, procedimentos de ensino, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (Louro, 1997, p. 64). bell hooks, em seu livro *Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade*, nos faz refletir e reconhecer que “a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal (hooks, 2013, p. 51). Esse único modelo que deve ser seguido, provém de uma sociedade branca, Cis, hétero, que determina um único caminho, olhando somente para si mesmos.

A sala de aula é um espaço rico de diversidade, experiências e aprendizagens. A aprendizagem se dá na troca de uns/mas com os/as outros/as, partindo de sua

própria vivência. Paulo Freire (1992) alerta que não há prática de ensino integralmente neutra, que esteja completamente empenhada somente em ideias abstratas e intocáveis. hooks (2013) nos aponta para a necessidade de romper esse paradigma hegemônico, em que o modelo pedagógico ainda é “autoritário, coercitivamente hierárquico e frequentemente dominador. Nele, a voz do/a professor/a é, sem dúvida, a transmissora ‘privilegiada’ do conhecimento” (hooks, 2013, p.115). Também Paulo Freire (2011) critica esse estilo de ensino que segue uma norma sem questioná-la, pois, segundo ele:

[...] a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão. Mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele. É que, como seres da práxis e só enquanto tais, ao assumir a situação concreta em que estamos, como condição desafiante, somos capazes de mudar-lhe a significação por meio de nossa ação (Freire, 2011, p. 134).

A educação bancária, conceito que Freire (1987) nos traz para falar desse tipo de escola/ensino que sufoca, aliena, segrega, ainda está muito presente. Essa educação tem produzido marcas profundas em quem se atreve a desafiá-la e essas marcas não se referem apenas aos conteúdos programáticos que, por vezes, são formas de violência – epistêmica, de gênero, racista, homofóbica, mas sobretudo

a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (Louro, 2000, p. 14)

Muitas escolas tem sido um espaço perseverante de (re)produção e progressão dos paradigmas da heteronormatividade e se empenha em garantir o êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero (Butler, 2003). Os movimentos feministas vêm há anos advertindo sobre a influência sexista da escola “sobretudo no que se refere a transmissão e reprodução dos papéis sociais de gênero” (Magalhães, 1998, p. 35) atribuindo a desigualdade na escola

às forças patriarcais e às relações de poder dominadas pelos homens, nas quais a heterossexualidade e a hierarquia se combinam para criar um dualismo de um masculino dominante e de um feminino subordinado, que se manifestam a todos os níveis da sociedade. (Magalhães, 1998, p.38)

O predomínio da heterossexualidade se revela antagónico a outras formas de vivência sexual e de género, por isso, “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade e da *transexualidade*. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia e *transfobia*” (Louro, 1997, p.21). O que se aprende na escola sobre sexualidade é, muitas vezes, apenas algo muito formal e limitado às ciências biológicas e anatómicas. De acordo com Louro (1997, p. 40), a escola “que negou seu interesse na sexualidade, dela se ocupou”, pois se mantém vigilante quanto aos dissidentes de sexo e de género, e, “pela afirmação ou pelo silenciamento, (...) é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (Louro, 2000, p. 24). Isto é, a escola e seus mecanismos internos reforçam o racismo, sexismo, homofobia e a discriminação cultural.

Luma Andrade, professora universitária, primeira doutora travesti do Brasil, a partir de sua vivência Trans, afirma:

[d]esde criança sofro com a imposição e segregação dos comportamentos de determinados alunos(as) dos sexos masculino e feminino. Na escola, fui violentamente castigada física e verbalmente quando buscava qualquer tentativa de cruzamento da linha de fronteira que separa o sexo masculino do feminino. A vigília era constante, nos brinquedos utilizados, nos gestos (Andrade, 2015, p. 20).

Infelizmente, o relato de Luna de Andrade não é uma exceção, a escola para quem não se encaixa no padrão, é hostil. Segundo Louro (1999):

[a] escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual ou *transexual*. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade e a *transexualidade* (provavelmente nega porque ignora) (...). O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (p. 24).

Aqueles e aquelas que se identificam com afeição ou desejos diferentes das normas heterossexuais sofrem muito, “[a] esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação” (Louro, 2000, p. 21). Meninos e meninas aprendem, desde cedo, a reproduzir as normas e a rejeitar quem está fora delas, “aprendem, também, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e

àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem” (idem, p. 22”).

Essa rejeição acaba desencadeando várias ações discriminatórias, em que há um exercício de poder e dominação de um grupo sobre outro, negando direitos e transformando a escola em um grande palco para a transfobia. Segundo Conceição Nogueira, Nuno Carneiro e Liliana Rodrigues (2017):

As manifestações da transfobia assumem formas múltiplas, como a violência física, o discurso de ódio, os insultos, a violência psicológica, a exclusão ou a rejeição. Cabe realçar, de resto, que tais manifestações decorrem de uma ordem de discurso que estereotipifica vivências, significados e expressões relativas aos gêneros e que, ao fazê-lo, estabelece as condições estruturantes de emergência da transfobia (p. 263).

Um relatório da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT sobre o ambiente educacional no Brasil, em 2016, revelou que cerca de 60,2% das/os estudantes LGBTIA+ se sentem inseguras/os na escola em razão de sua orientação sexual, 42,8% se sentem inseguras/os em razão de sua expressão de gênero, 68,0% foram agredidos/as verbalmente na instituição educacional por causa de sua identidade / expressão de gênero e 23,5% relatou ter sido agredido/a por este motivo com frequência ou quase sempre. Em Portugal, também foi realizada uma pesquisa pela ILGA, em 2017, que constatou que cerca de um terço dos jovens LGBTIA+ sentem insegurança na escola por causa da sua orientação sexual, e 27,9% por causa da sua expressão de gênero.

Pessoas divergentes da norma sofrem na escola desde a infância. Quando chegam à adolescência, em que a opção sexual se torna mais clara e já se compreende a sua identidade de gênero, a situação se torna mais complicada, pois são completamente rejeitados/as, na forma mais cruel de preconceito. Louro (1999) corrobora ao afirmar que:

[c]onsentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade e a *transexualidade* fossem "contagiosas", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais e *transexuais*: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (p.23).

O resultado disto é que muitas pessoas dissidentes da norma, incluindo os/as jovens Trans, acabam tendo um histórico de reprovações e até de evasão escolar, e que, segundo Bento (2011), se revela mais para “expulsão” do que ‘evasão’:

Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos de “evasão” [...]. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (p. 555).

Entre os motivos que se ocasionam essa expulsão, temos o silenciamento dos/as profissionais de educação. Todo esse xingamento, preconceito, segregação que se traduz em sofrimento para as pessoas Trans, é realizado às vistas destes/as profissionais, que não sabem e/ou não querem, e/ou não tem coragem de agir. Cabe ressaltar que, de acordo com a ANTRA (2020)³, estima-se que cerca de 70% das pessoas Trans, não concluíram o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior.

Ao longo da vida, pessoas Trans sofrem preconceito e rejeição, na maioria das vezes, na família, na igreja, na escola e em todos os espaços sociais em que circulam. Grande parte da vida de todos/as nós é passada na escola e as formas como são tratados/as causam profundas feridas, fazendo com que suas bases emocionais fiquem fragilizadas. Além disso, existem vários outros fatores na escola que causam sofrimento às pessoas trans: Não reconhecimento do nome Trans no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; Impedimento de acesso ao banheiro ao qual se identifica; Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades dos Trans na escola; Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às pessoas Trans (Andrade, 2012; Oliveira Júnior & Maio, 2016).

A escola tem sido retrógrada na forma como tem lidado com a diversidade de seus/suas estudantes e, com o emergir de identidades sexuais e de gênero plurais, há uma nova demanda de políticas inclusivas que fazem com que a escola tenha que se adequar e se revitalizar, pois a escola pode fazer muito pelas pessoas que fogem às normas. hooks (2003) e Freire (1987) defendem uma educação num contexto multicultural que promove o debate em sala de aula, que demonstra respeito pelas vozes individuais, que humaniza, que ensina “(...) de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão (...)” (hooks, 2003 p. 63).

³ <https://antrabrasil.org/noticias/>

Paulo Freire nos inspira ao dizer que “[a] educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate” (Freire, 1983b, p. 104). É necessário trazer para a sala de aula o debate sobre a diversidade sexual e de gênero, sobre discriminação e preconceito contra as minorias, pois a escola é o espaço ideal para isto, à medida que se conhece, tem-se a possibilidade de formar opiniões e, no debate de opiniões, nasce uma consciência crítica e possibilidades de mudança.

Concordo com hooks (2013) quando diz que a sala de aula é um ambiente de muitas possibilidades e de grande potencial para novas aprendizagens. Para a autora:

[n]esse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (p.273).

Quando a escola se abre para o diferente, refletindo e analisando as práticas advindas da relação de poder patriarcal e heteronormativa, ela possibilita a desconstrução desses padrões naturalizados e abre as portas para a compreensão e aceitação dos que fogem à norma. Para Magalhães (1998):

Uma intervenção pedagógica na desconstrução dos estereótipos e das práticas violentas, paralelamente à promoção e produção de novas práticas sociais e novas atitudes, assentes no respeito mútuo e na igualdade, constitui-se como mecanismo de mudança social fundamental para a construção de uma sociedade sem violência (p.20).

Um dos grandes entraves de se promover o debate na escola é o facto de muitos profissionais de educação não saberem como fazê-lo e ainda a dificuldade de se desprender de seus próprios preconceitos. Porém, ao se calarem, se tornam cúmplices na aceitação e perpetuação do preconceito e da discriminação. Esse processo de mudar a forma de pensar pode ser doloroso, tanto para os profissionais de educação quanto para os alunos, porém traz muitos benefícios. Segundo hooks (2013):

[q]uando nós, como educadores/as, deixarmos que a nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora (p. 63).

Uma práxis que se pauta no respeito às vozes de seus/suas educandos/as promove um clima empolgante na sala de aula porque as/os estudantes se sentem livres para expressar o que pensam e se sentem valorizados/as e integrados/as. Portanto, é fundamental que a temática sobre preconceito de gênero seja debatida na escola, a fim de que as performances de gênero sejam compreendidas e o ambiente escolar seja promotor de alteridade e respeito das diversidades, criando um espaço verdadeiramente democrático.

No Brasil, a partir da ascensão de um governo que se preocupa com as minorias, o movimento LGBTQIA+ incorporou, em sua agenda, a reivindicação pela inclusão da temática sobre gênero e diversidade sexual nos currículos escolares. Dessa forma, foram lançados, de entre outros, o *Programa Brasil sem Homofobia*⁴ (Ministério da Saúde, 2004) e o documento *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Recuperar Preconceitos*⁵ (SECAD/MEC, 2007). Com esses programas, as/os profissionais de educação começaram a ser formados/as para lidar com essas questões. No entanto, o documento *Gênero e diversidade sexual na escola*, e o lançamento do “Kit escola sem homofobia” acabaram por provocar uma grande discordância na população, que o apelidaram de “Kit Gay” e junto, com um grupo de deputados/as conservadores/as, apoiados/as pelas igrejas cristãs, conseguiram retirá-lo de circulação. Esse Kit era um conjunto de materiais com referências teóricas, conceitos e sugestões de atividades e oficinas para trabalhar a diferença de gênero e a orientação sexual nas escolas, promovendo o debate, a consciência crítica e a prevenção da discriminação de pessoas dissidentes de gênero e sexo. O documento foi mal interpretado pois quem se opunha, dizia que essas expressões valorizam uma “ideologia de gênero”, e que deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família.

Apesar desse fracasso, o tempo em que o governo em questão atuou foi marcado pelo respeito às minorias e apoio às Associações. Em mais uma tentativa de mudar a triste realidade de pessoas Trans no Brasil, o Plano Nacional de Educação

4 Programa Brasil sem Homofobia:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

5 SECAD/MEC: [https://prceu.usp.br/wp-](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_NA_ESCOLA.pdf)

[content/uploads/2020/05/GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_NA_ESCOLA.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_NA_ESCOLA.pdf)

(MEC, 2015) sofreu uma perda, pois em abril de 2015, durante a tramitação no Congresso Nacional, as discussões de gênero causaram polêmica e foram retiradas do texto. O trecho suprimido dizia que as escolas deveriam promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual (UOL, 2015).

Em 2018, através da campanha para a Presidência, ganhou força um movimento que defendia uma “escola sem partido” que, de entre outras questões, buscava proibir que as questões de gênero fossem pronunciadas em sala de aula. Com a ascensão do governo, a violência contra pessoas homossexuais, lésbicas e Trans aumentou significativamente, e o Brasil “passou do 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBTQIA+”. E apenas nos dois primeiros meses do ano, “entre 1/01 e 28/02/2020, o Brasil apresentou aumento de 90% no número de casos de assassinatos de travestis e transexuais, em relação ao mesmo período de 2019” (ANTRA, 2020).

A escola não precisa esperar pelos governantes para defender os seus e as suas estudantes, para promover um ambiente seguro para todas as multiculturas. Portanto, ela não pode continuar se omitindo diante de tanta opressão, de tanto preconceito, não pode continuar fechando os olhos para o sofrimento dos/as seus/suas estudantes. Um/a verdadeiro/a professor/a, que ama a educação, pode promover um diálogo que respeita as vozes de todos/as, pode parar para ouvir as histórias de vida de cada um/a. Quando conhecemos a história individual, compreendemos muito melhor os comportamentos expressados, e essa prática pode resultar na conscientização dos/as oprimidos/as e opressores/as, na mudança de comportamentos, numa escola mais igualitária e acolhedora, e que, com certeza, vai modificar a vida de muitos/as homens e mulheres Trans.

Capítulo III

O Percurso Metodológico

Ao chegar em Portugal em setembro de 2019, havia uma polêmica por causa do uso das casas de banhos nas escolas por pessoas Trans, onde a comunidade mais conservadora se mostrava indignada e havia inúmeros debates nas redes de televisão. Esta polêmica decorria a seguir à publicação Despacho n.º 7247/2019 para implementação na Educação da lei n.º 38/2018: Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Este facto chamou-me a chamou a atenção e, dada a minha experiência profissional com Jovens Trans, já estava pensando em abordar o tema jovens Trans e escola. Embora já tenha explicado com detalhes o motivo de ter decidido estudar este tema, aproveito para mencionar um facto de constrangimento que sofri na Universidade, relativo à escolha deste tema.

Estava na sala de estudos para alunos/as do Mestrado e Doutoramento e ao finalizar meu estudo, outros/as que lá estavam começaram a conversar sobre o tema de seus estudos. Ao falar sobre o meu, uma pessoa disse-me que não havia nada que falar sobre este tipo de aberração, que o que estava acontecendo aqui em Portugal, de permitir que pessoas Trans frequentem a casa de banho com que se identificam era um absurdo. ⁶Ao tentar argumentar, a referida pessoa alegou que eu havia sofrido uma lavagem cerebral e que essas pessoas Trans enganavam a todos com essa história de não se identificarem com o corpo em que nasceu, que era uma mentira, além de outras muitas barbaridades.

Fiquei tão estarecida e me senti muito mal com aquilo, um sentimento de rejeição e impotência, nunca em toda minha vida tinha presenciado tamanho ódio e discriminação. Saí de lá pensando que se eu, apenas uma pessoa que quer estudar sobre pessoas Trans, estava passando por aquilo, imagine homens e mulheres Trans; o que eles/as enfrentam no dia a dia deve ser muito pior.

⁶ A pessoa referia-se ao Despacho n.º 7247/2019, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece as medidas administrativas que as escolas devem tomar para a implementação do n.º1 do Artigo 12º da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto.

Este comportamento que me pegou de surpresa me fez perceber a importância e a urgência em se discutir mais e estudar mais sobre identidade Trans e suas opressões pois é um tema ainda polémico, que traz desconforto, é controverso e complexo. Percebi ainda o quanto a escola poderia mudar esta realidade, pois certamente se esta pessoa que cometeu este ato tivesse estudado, desde a sua infância, sobre as diferenças de género e o respeito às diversidades poderia ter agido de outra forma. A partir deste dia, decidi lutar por este tema e estudar sobre jovens Trans na escola.

Então, descrevo agora o desenho metodológico deste estudo. Na primeira secção, explica-se o método e os instrumentos adotados e, na segunda secção, descrevemos a técnica de recolha dos dados. Na terceira secção, tratamos sobre a forma como foi realizada a seleção dos/as participantes e a sua caracterização e concluímos com a quarta secção onde fazemos a descrição da recolha e tratamento dos dados e de que forma foi feita a sua análise.

3.1 A escolha do método

Para se compreender melhor os percursos e experiências de Jovens Trans na escola, escolhi a abordagem qualitativa pois o seu foco está no caráter subjetivo das experiências e perspectivas das/os participantes. Segundo João Amado (2014), o ponto central na investigação qualitativa “é a compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, percepções, representações, perspectivas, concepções, etc. – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos *em que* e *com que* interagem” (p.40).

Toda investigação precisa de métodos de recolha de dados para validar a pesquisa e dentro da qualitativa há uma variedade. A princípio, pensei em realizar uma etnografia e me inserir em campo, ou seja, em uma escola, o que me permitiria o aprofundamento que eu desejava. Todavia, em meio da pandemia vivida neste tempo atual, não seria uma pesquisa viável e, por isso, optei pelo método qualitativo de histórias de vida, onde os significados que os/as atores/as atribuem às suas experiências passam a ser o foco central da investigação. Trata-se de compreender a experiência vivida e expressa por meio das histórias das pessoas.

Segundo Maria Luísa Magalhães Nogueira e colegas (2017) “[o] método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta” (p. 468). Através deste método, entramos em contacto com a subjetividade de cada pessoa e, por meio da escuta, percebemos a maneira como cada um/a está sendo marcado/a pelas formas de reprodução social (Nogueira et al, 2017).

O que pretendo com este estudo está estreitamente ligado ao objetivo das histórias de vida que é “a compreensão profunda do modo como as pessoas constroem e reconstróem determinados trajetos de vida e a respectiva influência dos contextos familiares, educacionais e sociais em geral, que as envolvem nas mais distintas fases da vida” (Amado, 2014, p.185).

Segundo Maria José Magalhães (2012), nessa abordagem biográfica de histórias de vida, “o enfoque coloca-se no papel do sujeito e das subjetividades” (p. 27) e interpretar uma história de vida é, neste entendimento, compreender um

fenômeno social. Histórias de vida são as percepções e análises do percurso de vida do/a autor/a, relatadas como forma de lembrança e “[n]esse sentido, as narrativas de vida traduzem um modo narrativo próprio do autor (de seus saberes, influências, inspirações, determinações) em seu tempo e espaço vividos” (Nogueira et al, 2017, p. 470).

Através dos movimentos feministas que estimularam os estudos sobre as mulheres e seu contexto social, houve um crescente avanço nos estudos acadêmicos de uma epistemologia respeitadora das diferenças, e, ao dar voz aos/as Trans, através das suas histórias de vida, se traz “para o conhecimento científico os percursos e trajetórias dos oprimidos e silenciados da história” (Magalhães, 2012, p. 29).

Sandra Harding (1986) diz que é difícil ser imparcial, quase impossível manter a distanciação, a neutralidade, uma vez que o conhecimento produzido cientificamente é situado através do que acontece à nossa volta e do contexto em que estamos colocados/as, sendo influenciados/as por variados fatores, pois o ser humano é um ser biosociocultural que tem um papel ativo na apropriação da realidade e na produção de significados. A metodologia de histórias de vida “exige uma profunda relação com o(a) narrador(a) da história, relação essa que supõe o interconhecimento, num processo em que já se sabe, de antemão, que as pessoas só se dão a conhecer se nós mesmas nos dermos a conhecer, também” (Magalhães, 2012, p. 32).

É importante considerarmos que, à medida que convivemos, construímos nossa identidade, por isso, em nossos relacionamentos sempre há uma troca, nós estamos em constante aprendizado. Segundo Miguel Vale de Almeida (1996) “[e]stas formas de identidade são inseparáveis das relações sociais que são também formas de alteridade. Não existe identidade sem alteridade, isto é, sem relações entre o si próprio e o outro” (p. 52). Na investigação, a relação entre sujeito e participantes, ou seja, “pessoa observadora e pessoa observada estão no mesmo plano científico - todo o conhecimento científico é socialmente situado” (Harding, 1991, p. 10), e complementando com Boaventura Sousa Santos (1990), “todo o conhecimento científico é autoconhecimento” (p. 81). As histórias de vida aqui apresentadas são o resultado do momento do encontro, sendo também perpassadas de subjetividade e

sujeitas ao humor do momento, ao clima, a empatia com a entrevistadora e a própria vontade e tranquilidade do momento.

3.2 Técnica de Recolha de Dados

A técnica de recolha de dados dentro da concepção metodológica de histórias de vida é a entrevista não-diretiva. Segundo Amado (2014, p. 207) a

entrevista é o método adequado para a análise do sentido que os atores dão as suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências.

Antes da entrevista, porém, foi importante elaborar um Guião, observando os objetivos do estudo, para garantir que as questões essenciais fossem abordadas, embora tenha sido dada, no momento da entrevista, uma liberdade de resposta ao/à entrevistado/a e também a liberdade em não responder, se acaso desejasse. Para que o Guião fosse eficaz, foi necessário primeiro um aprofundamento teórico, a fim de compreender melhor as questões que envolvem a vida de uma pessoa Trans.

Segundo Liliana Rodrigues (2016), quando estudamos grupos socialmente oprimidos, como é o caso, “a criação de um bom Guião tem particular importância, porque evitará a construção de ‘más questões’, que possam ser constrangedoras para as pessoas entrevistadas, podendo acrescentar um novo contexto de opressão, colocando, deste modo, em causa a investigação” (p. 120)

Tendo observado todas estas questões, o Guião incluiu 5 eixos. Começando com os dados biográficos, com perguntas sobre a idade, a auto identificação de género, cidade de nascimento, local onde mora e o sexo atribuído ao nascer, deixando claro que não precisava responder se causasse algum tipo de desconforto.

O segundo eixo abordava a questão da identidade e expressão de género e tencionava conhecer o que pensam sobre os vários termos Trans; quando começaram a perceber que não se identificavam com o género de nascimento e se já haviam recorrido a um/a profissional de saúde por causa da sua identidade de género.

O terceiro eixo ocupa-se das práticas de manipulação do corpo e fala sobre mudanças físicas, hormonização pelo/a profissional de saúde ou por conta própria, cirurgias e mudança dos documentos civis.

O quarto eixo é o maior, com 12 perguntas sobre o percurso escolar, desde a infância até à juventude, especificando o relacionamento com colegas,

professores/as, demais profissionais da escola, constrangimentos e discriminações que porventura tenham sofrido, uso dos banheiros, aulas de Educação Física, possibilidade de se falar sobre diversidade de gênero na escola e as sugestões que pudessem ter para evitar discriminações.

O quinto eixo refere-se às relações familiares, com perguntas sobre o convívio e a aceitação da família. Antes de realizar as entrevistas, as/os participantes foram informados/as do objetivo do estudo e do direito à privacidade e ao anonimato e assinaram o consentimento informado.

3.3 Escolha dos/as participantes

O objeto deste estudo consiste no conhecimento de trajetórias biográficas de pessoas que se auto identificam como travesti, transexual e/ou transgênero e usamos apenas o termo Trans para designá-los/as, como um termo ‘guarda-chuva’ (Jesus, 2012), representando todos os ‘Ts’. Este estudo contou com a participação de 6 jovens Trans, de idades compreendidas entre os 17 e os 30 anos, sendo 2 mulheres Trans e 4 homens Trans.

A princípio, pensei realizar as entrevistas com portugueses/as e brasileiros/as distribuídos de forma igual, porém não foi possível. Aqui, em Portugal, tive muita dificuldade em acessar jovens Trans no meio da pandemia. Entrei em contacto com algumas associações, que a princípio tentaram ajudar-me, porém, não houve sucesso. No Brasil, comecei a tentativa pelo meu último local de trabalho, uma escola de EJA, que, por causa da pandemia, estava com aulas online.

A primeira pessoa Trans que tentei contactar foi uma ex-aluna desta escola e, como tinha o contacto guardado, liguei, porém o número não existia mais. Entrei em contacto com a escola em questão e me forneceram outros números de telemóvel que também não eram mais dessa pessoa. Após mobilizar uma grande rede de pessoas, consegui localizá-la e ela prontamente se dispôs a participar da pesquisa e me indicou outros/as três jovens para participarem; entretanto, por dificuldades com a internet dos/as participantes, esta ex-aluna e dois de seus amigos não participaram, ficando apenas com uma entrevista.

Um dos fatores que dificultam muito o contacto com jovens de classe desprivilegiada no Brasil é a constante mudança de número de telemóvel. Isso se dá, por existirem operadoras que oferecem números pré-pagos com baixo preço e com uma quantidade limitada de dados para internet, assim, quando acaba o crédito, fica mais barato comprar outro chip do que recarregá-lo.

Uma grande preocupação que tive com o distanciamento social imposto pela pandemia foi a capacidade de aproximação de forma que gerasse uma confiança, então, como alternativa, optei pelo aplicativo WhatsApp, que é muito popular no Brasil, tornando as conversas mais informais. Entre 1 e 2 meses antes das entrevistas, foram realizadas várias conversas informais até perceber que os/as

participantes se sentiam mais seguros/as e com mais liberdade para falarem de suas vidas pessoais e exporem seus sentimentos

A primeira entrevista realizada foi com Daniel, de 17 anos, que mora em Brasília -DF, é amigo da ex-aluna mencionada anteriormente e foi de forma escrita e por áudios. A internet não era satisfatória para uma entrevista por vídeo e Daniel alegou que a sua dicção não era boa para gravar áudio, preferindo escrever. Numa segunda fase, ele já sentiu mais à vontade para gravar áudios e, dessa forma, foi concluída a entrevista.

Paralelamente, estava tentando falar com uma mulher Trans, Fernanda, 22 anos, de Teresina – Pi, morando em Brasília há 1 ano, conhecida de um conhecido dos meus pais, mas ela morava em um lugar muito periférico, não tinha telefone em casa nem próximo, e também não tinha internet. Com a ajuda dos meus pais, eles pediram ao conhecido que fosse a casa e, se ela concordasse, me ligasse do telefone dele para começarmos uma conversa e assim aconteceu. Para assinar o consentimento informado, meus pais o imprimiram, deram ao conhecido e ele o levou à Fernanda, que assinou e devolveu a ele e combinamos o dia de fazermos a entrevista. Entretanto, a pessoa que se disponibilizou a ir lá foi infetado por Covid e ficou 45 dias se recuperando. Após este período, a própria Fernanda o procurou e informou que havia adquirido um celular e perguntou se eu ainda queria fazer a entrevista. Então eu liguei para ela e começamos a conversar para ficarmos mais próximas. Após algumas conversas, realizamos a entrevista, porém a internet estava ruim e a casa onde ela mora não tem privacidade, então, a todo momento era interrompida. Ela sugeriu que tentássemos terminar em outro horário, quando havia menos pessoas em casa, marcamos, mas, no dia combinado, ela não compareceu. Fernanda estava com depressão e tinha dias que dormia o tempo todo, foi o que ocorreu neste dia e em outras duas tentativas. Depois de um tempo, ela me procurou e disse que estava melhor e finalmente conseguimos concluir a entrevista. No término da entrevista, ela me falou de sua prima Andreia, que também é Trans, e como já havia falado com a prima, me deu o número do celular para que eu pudesse contactá-la. Percebi que, mesmo a Fernanda dizendo que se sentia melhor, a entrevista não fluiu como poderia, em muitos momentos ela estava muito aérea, em outros as

lembranças do passado foram fortes demais, então a deixei bem tranquila para responder somente o que ela realmente quisesse.

Após a entrevista com Daniel, fiquei sem nenhum participante pois foi no período que perdi o contacto com a Fernanda e usei a minha rede de conhecidos/as para tentar encontrar pessoas Trans dispostas a me ajudar. Através de um conhecido Gay, pastor de uma igreja LGBTQIA+, fui apresentada a dois homens Trans, André e Pedro, que eram deste círculo social.

A entrevista com Pedro, 30 anos, de Brasília e residindo atualmente em Balsa – Ma, aconteceu uma semana antes de sua cirurgia de mastectomia masculinizadora. Foi realizada por vídeo e transcorreu de forma muito tranquila. Pedro me indicou um conhecido virtual de um grupo de homens Trans, o Fábio.

Fábio, 23 anos, de Brasília-DF, teve seu primeiro contacto comigo alguns dias após sua cirurgia de mastectomia. Depois de um período de recuperação, realizamos a entrevista por vídeo, Fábio ainda estava sentindo algumas dores, mas quis conversar mesmo assim. Estava animado para se recuperar bem e se sentir melhor com o seu corpo porque ele disse que os seus seios eram grandes e o deixavam desconfortável. Não via a hora de usar camisetas de time de futebol, que era o que mais gostava. A entrevista foi muito tranquila e Fábio se expressa muito bem.

André, 25 anos, de Brasília, trabalha muito e até tarde e demoramos um pouco a conseguir um horário para entrevista. Quando conseguimos, foi já na madrugada de Portugal, por causa do fuso horário em relação ao Brasil. André é muito comunicativo e muito detalhista em toda a sua fala e a entrevista foi realizada por vídeo e foi a mais longa, quase duas horas.

Andreia, 18 anos, de Teresina – Pi, foi muito solícita quanto à entrevista, porém tivemos muitas dificuldades em relação à sua internet e grande parte da entrevista teve que ser realizada por áudio, utilizando o WhatsApp, e de forma espaçada, quando a internet permitia.

No meu papel de entrevistadora, dirigi as entrevistas orientada pelo guião e evitei interrupções e perguntas do tipo por quê? Em outro momento, após a transcrição, pedi para falarmos sobre alguns pontos que eu gostaria de compreender

melhor e, nesse momento sim, perguntas por quê foram feitas e todos/as os/as participantes responderam, pois já se sentiam bem seguros e confiantes.

Em vários momentos das entrevistas foi necessário um controle emocional por parte da pesquisadora pois muitas histórias são carregadas de dor e sofrimento, porém, na fase da análise foi impossível conter as lágrimas em alguns momentos, fazendo com que a análise fosse interrompida para buscar um equilíbrio e a interpretação não ser toda emocional.

Os nomes das/os participantes do estudo são fictícios para preservar suas privacidades e anonimato conforme orienta o Código de Ética da Universidade do Porto e de acordo com as Leis de Proteção de Dados de Portugal (Lei no 67/98 de 26 de outubro). Após as transcrições das entrevistas, foram feitas algumas adequações, retirando vícios de linguagem em excesso, corrigindo algumas concordâncias, sem, contudo, mudar o significado do discurso e mantendo sua fidelidade. Feito isto, a entrevista foi encaminhada aos/às autores/as para aceitação ou não e após a conclusão deste estudo, cada participante o receberá por email.

3.4 Análise de Conteúdo

Depois de todo o processo de recolha de dados, realizou-se o processo de análise de conteúdo, representado por um conjunto de procedimentos, extremamente importantes porque é através deles que se “extrai um conhecimento que a simples leitura ou audição cumulativas não permitiriam formar” (Esteves, 2006, p, 107). É através deste processo que analisamos o que foi dito nas entrevistas e observado pela pesquisadora.

Através deste conjunto de procedimentos, as análises das entrevistas dos/as participantes deste estudo possibilitam obter “indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p. 42).

Cristiane Rocha Silva e colegas (2005) corroboram, expondo que a aplicação da técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais apresenta-se como uma ferramenta útil à interpretação das percepções dos/as atores/as sociais. Nesta análise, a pesquisadora busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração (Bardin, 2011), isto é, procura mais profundamente os significados das palavras.

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

Seguindo a orientação de Bardin (2011), na primeira fase foi feita a leitura das entrevistas transcritas, chamada de leitura flutuante, levantando as ideias iniciais e estabelecendo padrões para a interpretação das informações obtidas.

Concluída esta etapa, foi feita uma exploração do material, suscitando dados, e, com a ajuda do software N-vivo, foi feita uma codificação, com recortes das entrevistas, classificando e agregando as informações em categorias temáticas. Nos recortes, foram identificadas as palavras-chaves que se tornaram a primeira categoria.

De acordo com Manuela Esteves (2006), esses dados são “classificados e reduzidos, após terem sido identificados como pertinentes, de forma a reconfigurar o material ao serviço de determinados objetivos de investigação” (p, 109). Por isso,

após o término do levantamento das primeiras categorias, foi feito um agrupamento de acordo com os temas correspondentes.

Segundo Bardin (2011), esse procedimento “consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial” (p. 39).

Seguindo, foram ainda agrupadas as subcategorias, que são os subtemas que se relacionavam com os temas mais gerais. Este procedimento seguiu os seguintes princípios: (i) exclusão mútua (entre categorias); (ii) homogeneidade (dentro das categorias); (iii) pertinência na mensagem transmitida (não distorção); (iv) fertilidade (para as inferências) e (v) objetividade (compreensão e clareza) (Bardin, 2011).

Na terceira fase que compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, ocorreu o destaque das informações para análise, feita de forma inferencial, amparada pelo referencial teórico; consiste no momento que conjuga três dimensões - intuição, análise reflexiva e análise crítica (Bardin, 2011).

Cabe ressaltar que a análise de conteúdo não é um modelo exato e rígido pois oscila entre o rigor da cientificidade e a riqueza da subjetividade (Bardin, 2011). Os resultados dos processos de categorização e de subcategorização podem ser observados no Apêndice 3.

Capítulo IV

Os marcos, as marcas e as vozes: a análise de narrativas de pessoas Trans

Neste capítulo se desenvolvem as análises das narrativas de André, Andreia, Daniel, Fábio, Fernanda e Pedro, valorizando suas subjetividades e o anonimato de cada um/a e destacando as categorias essenciais para a compreensão do percurso educativo destes/as jovens.

Conforme descrito no terceiro capítulo, as categorias emergentes foram reorganizadas em temas e subtemas, com 5 pilares distintos.

A primeira secção é dedicada à *Construção da identidade de género* e tem como finalidade conhecer como se auto identificam, de que forma entendem o significado de travesti, transexual e/ou transgénero e como ocorreu o processo de fabricação de seus corpos Trans, incluindo a mudança dos documentos civis e as possíveis consequências na saúde mental que poderão advir.

Na secção 2, falamos sobre as *Trajetórias de vida* para compreender como era a atuação de cada um/a de acordo com o género atribuído no nascimento e as performances evidenciadas desde a infância e a relação com a família.

A secção 3, *Em busca de um lugar: a experiência Trans na escola*, aborda o percurso educativo da pessoa Trans, partindo da infância e evidenciando a questão do uso do nome social, o uso do banheiro, as experiências nas aulas de Educação Física, as discriminações sofridas na escola e ainda as experiências e opiniões de cada um/a sobre a possibilidade de se falar de diversidade de género na escola.

A secção 4, que tem como título: *Com quem Contar?*, discorre acerca da influência dos órgãos de comunicação social e das redes sociais na informação e apoio na construção das identidades Trans, a rede de apoio de amigos/as e/ou família e o apoio da rede de saúde pública.

A última secção tem por objetivo ouvir as *Recomendações para a escola nas vozes dos/as participantes*, com o foco na diversidade de género.

4.1. Construção da identidade de gênero

4.1.1 O significado do “T”.

Berenice Bento (2006) explica que:

Não existe uma identidade transexual, mas sim posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um homem e uma mulher de verdade (p. 201).

Em harmonia com a afirmação acima, Daniel, que se auto identifica como homem Trans, afirma que as palavras travesti, transgênero e transexual “são muito importantes, pois as pessoas se reconhecem através delas” e, neste estudo, queremos ressaltar as vozes dos/as nossas/os participantes, partindo de suas visões, de seus conhecimentos, de seus pertencimentos e de suas subjetividades. Cada um e cada uma ressignifica sua identidade e constrói o sentido de cada designação.

Para Andreia, que se reconhece como mulher transgênero,

travesti é só um menino que gosta de se vestir de mulher, ele se veste de mulher o tempo todo, mas tipo, uma menina Trans, transgênero, é aquela que não se aceita no corpo, algumas aceitam o órgão genital, mas outras não.

Como as identidades são fluidas e em constante construção, os “TTT”, também. Cada pessoa tem sua própria vivência, sua experiência, que se adequa mais a um dos 'Ts'. Essa identificação não invalida os outros termos, somente é mais significativa para cada um/a. Fernanda, que se auto identifica como mulher transexual, entende que:

Trans pra mim é tudo a mesma coisa, tipo assim, porque algumas se diferenciam pelo modo de se vestir, de comportar às vezes, pra mim, Trans é quando nasce já mulher né, já nasce com aquela coisa de ser menina, tudo no feminino, uma coisa que mexe com o psicológico, né.

Fernanda nos relembra a importância de se ouvir uma pessoa Trans, o profundo significado que a palavra Trans tem para ela, que já nasceu mulher. Embora o seu corpo tenha uma genitália masculina, não é como ela se sente, isso traz confusão, sofrimento, e nas suas palavras: “mexe com o psicológico”.

Fábio entende que todos os 'Ts' são significativos e “fazem sentido”, ele afirma: “eu me identifico como transgênero, homem Trans”. Para ele, existe alguma diferença no significado:

Eu só vejo diferença no travesti mesmo. No caso, travesti é usada para mulheres Trans que não querem ser como transexuais, querem mudar algumas coisas, mas não tudo. Eu já parei para conversar com algumas mulheres Trans e elas falaram assim, que travesti se encaixa melhor nelas porque elas não querem mudar tudo. É mais só a aparência, continua com a genitália.

Essas designações às vezes são controversas, mas é importante respeitar a visão de quem vivencia isso no dia a dia. Na visão de Pedro, os termos

têm diferenças, porque a pessoa travesti, ela normalmente, durante um certo momento do dia, ela é de um gênero, depois ela se transforma em outro gênero, como se diz, é só uma atuação né. Ser transexual não, é diferente, é como a pessoa realmente se sente o tempo inteiro, então é a vida real ali da pessoa.

André traz uma visão que resume bem todas estas experiências identitárias:

Essas designações para mim precisam ser estudadas, porque o termo Trans, transgênero, transexual, carrega vários significados, às vezes, alguns são muito diferentes, mas acabam se tornando iguais, depende da maneira que a pessoa se vê. Para mim, pessoalmente, eu tenho dificuldade em me colocar nessas caixinhas, eu me considero um homem Trans, transexual ou transgênero, para mim não tem importância, e explicar essa questão é muito mais delicado, principalmente agora. Quando eu me descobri Trans, não tinha essa questão de binário, não-binário, não tinha tantas caixinhas dentro do Trans, era, você é Trans homem ou você é Trans mulher.

André aborda a questão das “caixinhas”, e que é exatamente o que a teoria *queer* sempre quis evitar (Miskolci, 2012), essa excessiva rotulação, que é uma consequência do pensamento hegemônico patriarcal, onde é imprescindível que todos/as tenham uma definição bem clara. Ele relembra também que, há poucos anos, era difícil que as pessoas compreendessem o que era ser homem/mulher trans, a informação ainda era limitada. Segundo André: “a maior dificuldade era porque tinha gente que achava que Trans homem era a mulher Trans e vice-versa, era uma confusão”.

Partindo da evidência de novas formas de vivenciar o sexo e o gênero, a teoria *queer* tem buscado ampliar seus estudos e, através das Associações, através da internet, de novelas, filmes e redes sociais têm tentado levar informações a todas as

peessoas. Porém, ainda é um assunto novo e em construção, até mesmo para André: “hoje a gente tem que lidar com a pessoa que é Trans e não binário, binário; e como que ela se chama; e tantas coisas; e para mim até confunde. Toda hora tem que pesquisar para não errar”.

4.1.2 Os Corpos Trans

A imagem dos nossos corpos é o que nos faz únicos, mesmo com genitálias semelhantes, cada característica física que trazemos é singular. Em nossa sociedade ocidental, a cultura da beleza incentiva a (trans)formação dos corpos para o modelo padrão: corpos magros, definidos, pele perfeita, uso de silicone, de botox... um padrão de beleza que tenta fazer com que todos/as tenham características semelhantes. Um corpo que não segue esses padrões acaba por ser criticado, uma vez que “melhorá-lo” está se tornando natural e quase uma obrigação.

Cada pessoa Trans expressa sua identidade de gênero da maneira que lhe parece mais adequada, por isso, o corpo Trans, na maioria das vezes, precisa ser modificado, não para seguir o alto padrão de beleza social, mas para se adequar à auto percepção identitária. A inadequação identitária de pessoas Trans faz com que o corpo seja motivo de constrangimento, por isso, todos/as os/as participantes deste estudo expuseram que as transformações corporais são muito importantes para a sua vivência. Algumas pessoas modificam roupas, cabelo, fazem uso de maquiagem, recorrem a hormônios e até mesmo cirurgia.

De entre os entrevistados, apenas Daniel não fez uso de hormônios ainda, segundo ele: “Eu participava do Adolescentro, minha amiga me passou a ideia de eu conversar com a endocrinologista que tem lá, para ela poder me auxiliar com essas coisas de hormônio, mas aí chegou essa pandemia né, aí estragou com tudo”.

A maioria das pessoas Trans sofrem ao se olhar no espelho, veem um corpo que não expressa sua verdadeira identidade. André relata: “eu sofro muito com disforia na minha cabeça”. Pedro não é diferente, a questão do corpo incomoda bastante, tanto que ele menciona um facto íntimo, de quando começou a se relacionar com outra pessoa:

Eu já tive muita disforia com meu corpo, hoje em dia nem tanto, ainda tenho um pouco, mas nada se compara ao logo no início. Quando eu comecei a me relacionar, para você ter uma ideia, eu tomava banho de camiseta e de cueca, porque eu não gostava da aparência que eu tinha, não queria mostrar aquilo ali pra pessoa com quem eu estava.

A hormonização é a principal forma de adequar o corpo ao gênero com o qual se reconhece, porém, é comum encontrarmos pessoas que o fazem, sem a devida assistência médica. Andreia, que explica que sempre foi mulher, só com a genital que não lhe corresponde, fala com alegria do momento em que descobriu que poderia ter a aparência desejada:

Eu comecei com 14 anos por conta própria e com o médico eu comecei com 17 anos, porque foi aí que descobri que existia hormônio e tudo mais, então eu falei: ah! Eu quero isso pra mim, então eu comecei por conta própria, só depois que foi com o médico, hoje meu acompanhamento é pelo SUS, a cada 6 meses né, eu faço no Getúlio Vargas, aqui de Teresina (Andreia).

Uma das principais formas de obter informação sobre como mudar o corpo é através das amizades, que indicam o hormônio e como usá-lo, e que, na maioria das vezes, também foi indicado por outros/as, sem a prescrição médica:

Eu comecei a tomar a primeira dose de hormônio em 2018, só que eu comecei a tomar e passaram uns 6 meses e parei. Minhas amigas que me indicaram o hormônio, no começo, a gente tomava assim, toda sexta feira a gente se aplicava, aí, como estava muito, muito forte né, ficou de 15 em 15 dias. Depois, passou a ser de mês em mês, porque tem algumas que é de 3 meses né, o efeito dura até 3 meses, é o hormônio progesterona, aí tem 2 meses que parei de tomar (Fernanda).

Vários fatores levam à auto prescrição hormonal, entre eles, o anseio em legitimar a sua identidade representada pelo corpo. A falta de aceitação por parte dos genitores também é outro motivo, muitos ainda estão lutando dentro do seu lar, com os seus genitores, para a aprovação de sua identidade e, sendo menores de idade, precisam dos responsáveis para serem atendidos nos serviços de saúde.

Eu comecei a tomar hormônio por conta própria, comprei uma daquelas coisas de marombeiro de academia, não sabia bem que tipo era, mas injetava, aí aumentou um pouco os pêlos do rosto, mas só tomei 6 meses. Foi tipo, entre os 16 e 17 anos, que foi quando eu comecei a me entender melhor, só que minha mãe não aceitou muito, então eu decidi fazer por conta própria. Aí com 18 anos eu consegui acompanhamento pelo HUB, lá tinha um grupo de pessoas Trans que eles atendiam. Tanto que na época até o psiquiatra era um homem Trans, lá já foi tudo bem mais tranquilo. Lá eles me encaminharam para o Endócrino, Psicólogo e Psiquiatra, tanto que eu voltei a tomar hormônio 8 dias depois que eu fiz 18 anos. Eu fiquei lá por quase 3 anos e então eu fui encaminhado para o Ambulatório Trans, no Hospital Dia (Fábio).

A hormonização é muito difundida nas redes sociais, sem a explicação dos efeitos colaterais e dos perigos de se automedicar. Pedro começou a sua transição um pouco mais tarde e mesmo assim se automedicou, conseguindo informações

sobre hormônios na internet e somente depois de um ano é que procurou atendimento médico:

Eu tomei hormônio por conta própria durante 1 ano. Aí, depois de 1 ano, eu procurei tratamento. Eu faço tratamento hoje no hospital Dia, no Ambulatório Trans de Brasília. na 508 sul, hoje eu sou acompanhado e assistido por eles. Passei por todos eles, Psicólogos, Psiquiatras, Endocrinologista.

André explana que começou a sua mudança corporal pelas roupas e pelo cabelo, que passou a usar bem curto. Ele conta que tinha paciência para esperar a maioridade: “nunca quis me hormonizar ilegalmente, tanto que eu demorei muito, na verdade, todos os meus processos foram meio demorados”. Outro fator importante é que ele “não tinha tanta gana pelo resultado, tem muito homem Trans que quer o resultado logo, eu tinha tranquilidade, eu sabia que as coisas iam acontecer”, embora como já descrito, ele sofresse com a imagem do seu corpo.

Parece ser contraditório que alguém que tenha disforia com o corpo tenha tranquilidade para esperar os processos acontecerem, na verdade, André explica melhor essa questão:

Então, por muito tempo, antes de eu estar me hormonizando, eu ficava me perguntando: - Será que a pessoa pensa que eu sou menino? – Será que a pessoa entende que eu sou um homem? E aí, depois de já estar com processo de hormonização, eu ainda tenho isso, porque na minha mente, eu já sou um homem totalmente completo, porém, quando eu vou para a mente do outro é que minha disforia começa, quando eu vejo o olhar diferente do outro.

Não são somente pessoas Trans que se preocupam com o olhar do outro sobre o próprio corpo, isso acontece com quase todas as pessoas, por isso, a cultura da beleza tem tanta força, todos querem ser aceites. André, que hoje tem 25 anos, conta a história para conseguir fazer sua hormonização legalmente, todo esforço que teve que fazer para isto, pois na época, em 2015, esse atendimento na saúde era muito precário, ficando limitado aos Hospitais Universitários, porém, esse serviço ainda não era divulgado e a maioria não tinha conhecimento. No serviço de saúde privado, poucos médicos atendiam pessoas Trans e esse acompanhamento tinha um alto custo, limitando muito o acesso de pessoas Trans.

Depois que eu terminei o Ensino Médio, depois de 2 ou 3 anos eu comecei a procurar um Endócrino. Aí eu dava aula de reforço, juntava uns R\$200,00 – R\$300,00 reais, que era o valor da consulta. É até engraçado porque eu juntava o dinheiro para a

consulta, aí eu me consultava, o médico passava os exames, passava o remédio, mas eu não tinha mais dinheiro porque tinha sido gasto todo na consulta. Teve meses que eu peguei emprestado, que meus amigos me ajudaram e tinha meses que eu tinha juntado o dinheiro da consulta, chegava lá e tinham aumentado o preço, aí tinha que arrumar emprestado. Mas chegou ao ponto de a consulta chegar aos R\$400,00 e eu não consegui mais pagar.

Ele descreve como foi difícil encontrar um/a médico/a que atendesse pessoas Trans, pois a maioria era ainda muito despreparada/o, sem conhecimento e, por vezes, preconceituosa/o, se recusando a atender, então só “havia um único endocrinologista em Brasília que atendia homens Trans, (...) porque vários outros/as médicos/as se recusaram, bateram à porta na cara”.

A situação económica influenciou muito na continuidade da hormonização de André: “Então eu sempre fiz tratamento acompanhado por médicos, teve períodos que eu não me hormonizei por falta de recurso financeiro, mas outras vezes foi por ser relapso”.

Há poucos anos atrás, a falta de informação era muito grande, as campanhas dos movimentos LGBTQIA+ eram ainda muito tímidas, o acesso ao serviço de internet também era precário para a maioria da população Trans. Além disso, a oferta de serviços de saúde para Trans era quase inexistente, além do facto de que pessoas Trans têm dificuldade de empregabilidade. A falta de informação correta também prejudica o processo de transição e o acesso aos recursos necessários. André descreve como usava seu hormônio e o medo que sentia dos efeitos no seu organismo:

No começo, meu amigo do Guará era quem aplicava o hormônio em mim, aí eu descobri que ele não sabia aplicar porque ficava tudo roxo e fiquei aplicando com ele por mais de um ano. Depois, eu comecei a aplicar hormônio em mim mesmo porque não aplicava em farmácia, na verdade, eu não sabia que aplicava em farmácia, naquela época, eu não sabia de muita coisa. Eu tinha medo de agulha então, a aplicação era um dilema, eu aplicava em mim mesmo, mas com medo de morrer, eu ficava umas três horas pensando: - É agora, eu vou morrer! Mas tudo isso na legalidade, eu gastei muito dinheiro nas consultas e Trans já não têm dinheiro para muita coisa, por conta da falta de acessibilidade de emprego, e principalmente naquela época.

O uso de hormônios consiste em um recurso importante nos diferentes modos de subjetivação que perfazem as experiências Trans, porém não é o único, já que muitos/as optam também por algum tipo de cirurgia. Nem todas as pessoas Trans se

sentem desconfortáveis com seu corpo e com seu órgão genital, Daniel não tem problemas com o seu corpo, mas compreende bem quem não é como ele: “acho a ideia de cirurgia e o processo muito importantes, pois existem muitas pessoas transexuais que têm uma grande disforia em relação a isso”.

André deixa claro o que para ele é muito importante: “tem homens Trans que não se importam, tudo bem sem cirurgia, mas para mim, para eu me sentir bem como homem Trans, eu preciso sim estar adequado, com físico tal”, assim como Fábio, que disse que a cirurgia “é importante para eu viver bem”.

Pedro, que já sofreu muito com a disforia corporal, exprime a ansiedade em fazer a mastectomia masculinizadora: “Já estou agoniado já, já estou há 3 anos fazendo tratamento, quero me livrar, não vejo a hora de fazer”. Andreia também fica ansiosa por isso, apesar de ter completado 18 anos recentemente: “eu já não aceito meu órgão genital, eu já vou passar pelo procedimento da cirurgia de redesignação sexual”. Ao questionar Andreia se o processo já estava adiantado, ela explicou que não, na verdade ainda não começou:

Na época em que eu fui ao médico, eu era menor, eu tinha 17 anos e eles não puderam me passar para o Hospital Universitário para eu começar todo o tratamento completo, psicólogo, endocrinologista e tudo mais, já para a cirurgia. Por conta da pandemia eu ainda não consegui ir para esse laboratório Trans, mas brevemente eu vou, e eu quero mesmo fazer uma cirurgia.

A pandemia impactou significativamente o acesso de pessoas Trans aos serviços públicos, inclusive de saúde. Fernanda foi vítima disso em dois momentos, na mudança dos documentos e no atendimento à saúde. Daniel também deixou de ser atendido na saúde por causa da pandemia. Segundo reportagem da ANTRA no site *Gênero e número, no Brasil*

[e]m 2020, o número de atendimentos no processo transexualizador, que é o processo de transição de gênero, no SUS caiu drasticamente: as cirurgias diminuíram em 70% e a terapia hormonal em 6,5% em comparação com o ano anterior, segundo dados do DataSus até novembro de 2020 (*Gênero e número, 2021*).

Outro facto relevante é que, para procedimentos cirúrgicos, no Brasil, pelo SUS, a idade mínima é de 21 anos. Tendo uma extensa fila, a realização da cirurgia poderá demorar até 10 anos, segundo informação da reportagem acima.

Fernanda sempre se auto medicou, nunca foi a um endocrinologista, mas tem sofrido com as consequências de um tratamento inadequado, e ainda, como ela mesma contou, não tem continuidade, às vezes toma hormônio, outras vezes, fica um tempo sem tomar:

Eu sempre tomei [hormônio] por conta própria, por isso que deu um negócio errado aí, porque afeta muito o psicológico, ele mexe com tudo, às vezes a gente coloca coisa na cabeça da gente também e acontece... (silêncio, olha para baixo). Na verdade, eu fui só numa consulta, porque tinha mexido muito com a minha cabeça, e eu estava naquela coisa de não querer mais ... (silêncio) é, como é o nome que fala, Transtorno de gênero parece, porque eu não me aceitava mais, entendeu! Ver minhas coisas tudo no masculino, e queria mudar tudo né, aí mexia muito comigo, aí eu fui só numa consulta, porque eu tinha que ir ao Psicólogo, ao Psiquiatra, eu fui só no Psiquiatra, foi há 5 meses já, e nunca tinha ido.

Fernanda alega ainda que pretende fazer cirurgia e percebe-se, pelo seu testemunho, o sofrimento que o seu corpo, sem mudança, ocasiona: “Acho que vou me sentir melhor né! Eu pergunto: - Te incomoda olhar no espelho? Resposta: – É, eu fiquei doente por causa disso... (silêncio), a gente sente a rejeição, né” (olhando para baixo).

Fábio, Pedro e André são adeptos apenas da mastectomia, sendo que Fábio e Pedro já a realizaram em Hospitais privados. Embora já tenha profissionais de Endocrinologia, Psiquiatria e Psicologia, os procedimentos cirúrgicos pelo SUS são bem demorados, Fábio explica: “Aqui, em Brasília, para fazer pelo SUS, é muito demorado e, para eu fazer a mastectomia, minha mãe me ajudou e eu fiz umas vaquinhas, fiz rifa”.

Realizar a cirurgia em Hospital privado é dispendioso e, além do valor gasto com o hospital, há também gastos com a roupa pós cirurgia, gasto com massagem profissional na região operada e com medicamentos, por isso, André ainda não conseguiu realizar a sua: “Eu ainda não fiz a cirurgia, eu estou juntando dinheiro para fazer a cirurgia mastectomia masculinizadora. Eu não quero fazer todas as cirurgias, mas eu quero fazer pelo menos essa, porque vai me fazer sentir muito bem”.

O corpo é a expressão da identidade e, muitas vezes, o corpo de um Trans é o primeiro lugar da exclusão. Fábio, mesmo já tomando hormônios há alguns anos, sofria com a aparência:

Mesmo com barba, antes de fazer a mastectomia, minha barba é grande e a voz já bem masculina, mesmo assim, tem gente que me trata por senhora, por causa do peito. Porque eu tinha um seio muito grande, então, era muito constrangedor. Era muito difícil pra mim sair de casa, eu só saía se fosse mesmo muito necessário.

Fábio conta alegremente como estava realizado com a cirurgia: “Eu já comprei umas roupas agora que fiz a cirurgia, era um sonho de muitos anos usar as camisetas de times de futebol”!

“Ser normativo para mim é importante” - André se preocupa com a sua aparência, passa por sofrimento no corpo para mantê-la:

Aqui nesse calor do Brasil você ter que usar um binder⁷ que te comprime, e eu trabalhando como vendedor é muito agonizante, tem dia que eu tenho vontade de pegar e jogar tudo para o alto e falar: - eu não vou fazer mais nada, eu não mereço isso! E além do desconforto, às vezes, você sente dor mesmo, dor física por estar com binder e mesmo com o binder, ainda tenho isso mesmo com barba, mesmo com o corpo tudo ok, você fica pensando que não está com passabilidade, que é um problema, para mim é muito sério essa questão de passabilidade.

André, assim como muitas outras pessoas Trans, tem a preocupação em ser lido como uma pessoa não-Trans. Passabilidade é o mesmo que ser normativo, é ser reconhecido na vida cotidiana como alguém que está de acordo com as normas binárias de gênero. Embora a transgeneridade seja considerada um gênero que subverte a norma, essa aparência Trans traz uma marca corpórea que determina a classificação e valorização desigual, promovendo formas bem particulares de exclusão.

André pontua que, quando se transiciona, as relações de poder e de status social mudam. Antes, ele tinha um lugar determinado, mas perante a sociedade, como Trans, não existe mais um lugar, pois não se encaixa no binarismo biológico exigido socialmente, por isso: “você ser transexual e homem, você precisa ser um estereótipo, você tinha que performar um homem em todo o seu jeito, porque só assim você conseguiria os alvos, respeito, atendimento”. Essa performance se dá através do desenvolvimento de traços físicos e modificações corporais, como o uso de hormônios, roupas, cabelo, gestos e comportamentos que se enquadram à norma

⁷ Colete usado para comprimir as mamas.

binária, ao gênero assumido. A necessidade que André sente em normativo é explicada pela autora transexual Viviane V. (2015):

Ser visível enquanto pessoa Trans significa, no mais das vezes, ser alvo de ridicularizações, estranhamentos, exotificações⁸ e outras violências, fazendo com que a invisibilidade — equivalente ao ‘passar-se como pessoa cisgênera’, ou, em termos mais problemáticos, ao ‘parecer homem ou mulher de verdade’ — acabe se tornando um objetivo muito importante para muitas pessoas Trans (p. 214).

Portanto, ter a aparência de homem ou mulher Cis, que são considerados ‘de verdade’, previne a possibilidade de serem considerados/as abjetos, de serem marginalizado/a/s, de serem alvos de violência. André nos conta que, por muito tempo, não se revelava como Trans porque “eu já fui tão atacado pela transfobia que eu já não me importo mais com quem é transfóbico, eu antes me ocultava, eu não me assumia como homem Trans. Eu era um homem Cis para qualquer um que visse, então ninguém sabia.

Ter uma aparência “passável” abre muitas portas, porém não muda a opinião das pessoas, não há uma resistência; então, quando descobertos/as acabam sendo vítimas de ódio, de transfobia, que foi o que aconteceu com André:

Hoje, eu assumo que eu sou um homem Trans porque já tive muitos problemas com pessoas me desmascarando, querendo me expor. Então se quer me expor vai lá no Instagram, vai lá, tá lá, óh! Homem Trans! Pronto, descobriu, parabéns! Se as pessoas vierem me perguntar, eu falo que sou homem Trans. Hoje eu já sou resolvido e assim, a única coisa que eu quero é ter a aparência que está na minha mente, que está no meu ideal e é minha (André).

Embora ter passabilidade seja uma poderosa tática de sobrevivência, principalmente no Brasil, antagonicamente, a passabilidade reforça e reproduz a Cisheteronormatividade e seus mecanismos de exclusão, ratificando que se se é lido como “normal”, mais aceitabilidade terá, e colaborando para a perpetuação de ódio e violência aos considerados “diferentes” (Lanz, 2015; Pontes & Silva, 2017).

⁸ Tratado como exótico.

4.1.3 Mudança de documentos

Ao nascer, todos/as nós recebemos um nome de acordo com o gênero pelo qual os/as outros/as nos identificam, seguindo a lógica da genitália, e que é registrado no nosso primeiro documento - a Certidão de Nascimento. Para a pessoa Trans, o nome de nascimento é um fardo, um aborrecimento, é sinónimo de sofrimento. Fernanda exprime que ver os seus documentos com uma identidade com a qual ela não se identifica, com uma foto que lhe lembra algo e um tempo da sua trajetória de vida, deveria estar esquecido para sempre, porque lhe traz muita dor: “ver meus documentos, minhas coisas tudo no masculino, e queria mudar tudo né, (pausa... suspiro} aí mexia muito comigo” (Fernanda, 22). Ela ainda não mudou seus documentos por falta de informação correta.

Segundo Preciado (2014), toda a pessoa Trans tem dois nomes, o de nascimento e o escolhido por si mesmo/a para identificar o gênero com o qual se reconhece. Elaine Rabinovich e colegas (2011) contribuem muito ao explicar todo o legado que o nome traz consigo: “[p]elo nome nasce um tríplice inscrição: a pessoa em relação à sociedade, a pessoa em relação à família e a pessoa em relação a si própria” (Rabinovich, 2011, p. 8). Nesta perspectiva, para a pessoa Trans, a mudança do nome marca a consolidação do início de uma nova vida, um novo nascimento.

Na entrevista, Pedro refere que já tinha mudado os documentos: - “Sim, já mudei todos os meus documentos, inclusive, já mudei na certidão do meu filho né, porque, quando ele nasceu, ainda eram duas mães, já troquei tudo. Inclusive, eu troquei até [nos documentos] do meu divórcio”. Por este relato, compreendemos como é importante para a pessoa Trans ser reconhecido/a pelo nome por ele/a escolhido e que reflete a sua identidade. Pedro não deixou que nada lhe lembrasse a ‘velha vida’ ou a ‘falecida’ como ele mesmo expressa, referindo-se ao passado.

O nome, além de identificar a pessoa, aponta para uma essência individual única que, a cada chamamento, é evidenciada e reconhecida socialmente, por isso, é tão significativo adequá-la ao seu pertencimento identitário. Depois da aprovação da lei, que facilita a mudança de documentos das pessoas Trans, ainda se faz

necessário alguns passos e é onerosa a implementação das alterações. André nos detalhou bem o processo:

Antes de a lei sair, eu já estava com todos os meus documentos certinhos, eu já tinha dormido na fila... então, já tinha arrumado tudo. Antes da lei era muito difícil, tinha que arrumar advogado... Eu só fui conseguir a mudança de nome porque a Presidenta Dilma sancionou uma lei que facilitava a mudança de nome, em 2016, se eu não me engano. Ela fez a lei, eu fui para o cartório e consegui a mudança, pronto. Eu troquei o meu nome em todos os documentos, paguei tudo, haja dinheiro.

Fábio também conseguiu mudar todos os documentos, porém alegou, assim como André, que não mudaram o gênero:

Já mudei todos os meus documentos, só que eu ainda tenho que mudar o gênero, aí teria que pagar tudo de novo para arrumar isso, mas eu não vou fazer de novo. Então, eu tenho o nome masculino e gênero feminino. Tem que fazer outra solicitação e não vai mudar nada no meu documento de identidade, só vai mudar no arquivo do computador do governo, porque, nos documentos, não aparece o gênero, só o nome e a foto. (André)

Só não mudei o gênero, ficou o nome masculino, mas o gênero ainda é feminino, e quando eu dou meu documento eles nem olham o gênero, olham o nome, a foto e já colocam masculino (Fábio).

Ao perguntar a Fábio o motivo de ele não ter mudado o gênero, ele apontou para uma questão muito séria que as pessoas Trans sofrem diariamente, o medo da violência: “Eu fiquei com medo por causa da obrigatoriedade do alistamento [militar], tem umas histórias de estupro, aí, não quis mudar”.

Em uma sociedade heteronormativa, sexista e transfóbica, esse medo tem fundamento. O Brasil é o país que mais assassina transexuais no mundo. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), em 2020, houve 175 assassinatos de pessoas Trans no Brasil, sendo que não existem dados oficiais, somente os noticiados às Associações LGBTQIA+.

Em tempos normais, já é complicado obter fluidez nos serviços públicos, então, durante uma pandemia, complica um pouco mais. Foi o caso da Andreia, a pandemia do Covid19 atrapalhou na mudança de seus documentos:

Ainda não mudei os meus documentos, principalmente por conta da pandemia, está faltando só o meu título de eleitor, está sendo pela internet, está sendo horrível. Porque, primeiro, eu tenho que ter todos os meus documentos com o nome de nascimento. Eu vou começar a mudança pela minha certidão de nascimento. Primeiro, vou mudar o nome e o sexo e, depois, eu vou mudar os outros documentos, e eu tenho

que ter, né, todos os meus documentos, eu estou muito ansiosa para mudar. Mas esse ano eu consigo, com fé em Deus, mudar tudo. (Andreia)

É visível a ansiedade de Andreia em mudar todos os documentos o mais rapidamente possível. É perceptível, em sua voz, a sensação de bem-estar e contentamento quando ela diz que este ano conseguirá mudar tudo.

O nome é um elemento da personalidade na esfera do seu *self*, da sua essência e subjetividade. Todas as pessoas têm necessidade de assegurar a sua individualidade, distinguindo-se dos/as outros/as, para ser reconhecido por quem é. Andreia expressou o seu anseio para mudar todos os documentos e esse facto se deve aos embaraços que ela ainda sofre: “o único constrangimento que eu passo é só por conta do meu nome, porque ainda é o meu nome de nascimento, só que eu já estou começando o processo para resolver isso e parar de passar constrangimento”.

Segundo Leide Queiroz (2018), “o nome que busca refletir a real identidade do ser humano, não se constrói sozinho, necessitando da luta de quem o busca, para que, torne-se identificação do seu ser” (Queiroz, 2018, p. 306). É essa a luta das pessoas Trans, um nome que reflete sua identidade, e, aos poucos, vão conseguindo vencer os entraves sociais e se afirmando como homem e mulher Trans e gozando de todas as prerrogativas legais de proteção individual e de dignidade humana.

4.1.4 Consequências na saúde mental

Pessoas Trans são constantemente excluídas, na maioria dos contextos em que circulam, sendo excluídas nos lugares da identidade, do corpo, do trabalho, nos contextos da família e da escola. Desafiam as normas para assumir sua verdadeira identidade, seja na família, seja em outros contextos sociais; buscam os seus direitos para adequar seus documentos; enfrentam muitos obstáculos na escola; a possibilidade de conseguir emprego é significativamente menor do que para pessoas Cis; enfim, há inúmeras situações problemáticas enfrentadas pelos/as Trans dentro do contexto social: o preconceito familiar, escolar, afetivo, profissional. Tudo isso corrobora para o agravamento da saúde mental.

Fernanda, atualmente diagnosticada com depressão, em vários momentos da entrevista destaca seu sofrimento psicológico:

(...) afeta muito o psicológico, ele mexe com tudo, as vezes a gente coloca coisa na cabeça da gente também e acontece (...).

Eu fiquei doente por causa disso! (...) mexia muito comigo...

(...) porque tinha mexido muito com a minha cabeça né!

Daniel também passou por momentos muito sofridos, além de afetar a sua saúde mental, ainda o prejudicou no rendimento escolar: “Eu reprovei o nono ano por umas questões aí, de depressão, por conta que eu estava passando esse processo de me assumir, aí, na minha família estava dando muita coisa, aí, acabei ficando com depressão”.

Uma parte significativa de mulheres e homens Trans vive um conflito interno por não se ajustarem aos seus corpos; e um conflito social, por seus pensamentos e desejos não corresponderem ao binarismo sexual frente às expectativas do que é ser homem ou mulher de acordo com o que a sociedade determina.

André não compreendia, na infância, o que ele performava, ele sabia que era diferente, porém não tinha ainda nenhum conhecimento sobre isso e sofria muito:

Nunca tinha visto ninguém transexual, nem um homem Trans, nem uma mulher Trans, eu não entendia direito a existência Trans, então eu não sabia o quê que era aquilo.

Eu não sabia que existia, eu pensava que ia viver minha vida sofrendo, e aquilo não era viver... Eu entrei numa depressão por conta disso.

Fábio declara que sofreu muito por não se compreender e acabou adoecendo pelo sofrimento que passava, provocado pela indefinição de sua identidade e pelo preconceito que sofria na escola: “eu passei 7 anos me cortando”, esse adoecimento ocorreu ainda na infância: “eu tenho depressão desde os 10 anos de idade”. A situação se agravou muito e ele acabou perdendo o ano escolar: “Quando eu estava no oitavo ano, eu acabei reprovando, porque eu estava com uma depressão muito forte”.

Em um estudo realizado no Brasil, Maria Rita Lerri et al (2017) constataram que 98% dos/as participantes Trans apresentaram quadro de ansiedade e 82% apresentaram depressão. Segundo a ANTRA (2018), estimava-se que 42% da população Trans já tentaram suicídio. Os principais motivos do adoecimento são: a falta de compreensão da família, o preconceito da sociedade que muitas vezes se manifesta de forma bastante violenta, a exclusão e preconceito sofridos na escola e, ainda, a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho formal. Ainda vale acrescentar que, através das histórias de vida narradas neste estudo, a falta de informação/conhecimento por parte de todos os agentes envolvidos na lide, promovem medo, sofrimento e adoecimento em crianças e adolescentes que já performam diferente do esperado.

Após se assumir e ser atendido por um médico, que o medicou corretamente, Fábio começa a ver a transformação do seu corpo. Ele expõe que, quando isso aconteceu, parou de se cortar e “não tomo mais a quantidade de remédios para depressão, que eu tomava antes, então, eu melhorei bastante”.

Outro aspecto que contribui para o adoecimento é o despreparo de profissionais de saúde:

Aí na época eu era atendido por um psiquiatra também, eu cheguei a questionar algumas coisas, mas ele falou assim, eu atendo algumas pessoas trans, mas você não é Trans. Ele falou que pela idade eu ainda não sabia o que eu queria, isso eu tinha uns 15 anos (Fábio, 23).

O primeiro profissional de saúde a que eu fui não foi pela minha vontade e nem pela minha escolha, foi uma psicóloga... Mas foi uma experiência ruim porque eu contei toda minha história para psicóloga e ela contou tudo para os meus pais. A minha última

sessão com ela foi tão ruim, que eu falei que nunca mais voltava lá e não voltei! (André, 25).

Fernanda foi ao psiquiatra por estar com sintomas de depressão, principalmente causada pelo sofrimento de não ser reconhecida pelos outros e nem mesmo por si, já que não reconhecia o próprio corpo e os seus documentos civis ainda continuam expressando uma identidade oposta à sua. O despreparo e a desinformação são tão desconcertantes, que tem profissional que fornece informações desatualizadas e, ao invés de ajudar, promove um terrorismo e foi o que aconteceu à Fernanda: “Quando fui ao psiquiatra, ele falou que em torno de 10 anos eu conseguiria fazer isso [Mudança de nome]”.

Segundo informações da ANTRA⁹, uma das grandes preocupações de pessoas Trans está relacionada à falta de preparo de médicos/as para atender essa população.

⁹ Instagran : @antra.oficial, publicação de 21/04/2021.

4.2. Trajetórias de vida

4.2.1 O descortinar da identidade

Segundo Louro (2008) “[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino [...]” (p. 18). A grande maioria de pessoas Trans performam sua identidade de gênero ainda na infância, porém se torna mais latente na adolescência, por ser a fase da transformação corporal. Daniel relembra que:

Tudo começou ali pela infância quando eu não gostava muito de brincadeiras consideradas femininas, aquilo não me cabia e não me alegrava tanto quanto brincar com coisas masculinas... pelo facto de eu ser criança eu não entendia e não sabia lidar, só vim começar a aceitar isso e a entender na adolescência.

Fernanda analisa que sua expressão corporal era completamente feminina desde a infância:

Eu sempre gostava de tudo assim, de menina, desde criancinha, essas coisas tudo, pra mim não foi nada de diferente não, agora querer mudar o jeito de se vestir assim, foi na adolescência, com uns 16 anos. Eu já era muito afeminado né, no começo a gente começa muito afeminado, aí tem aquela questão de trocar tudo, aí eu fui me acostumando aos poucos.

A infância é, geralmente, marcada por comportamentos considerados diferentes e pelo cerceamento do/a/s adulto/a/s na tentativa de fazer com que sigam a norma.

Eu me assumi com 15 anos, mas desde os 5 anos, desde que eu me entendo assim, por gente, desde que eu sei escolher as coisas eu performo uma identidade masculina, mas que minha mãe sempre maquiou, sempre falou: não! Você vai gostar disso, daquilo... (André).

Na verdade, desde criança, mas assim, que eu vim estudar e saber o que era transgênero, eu tinha 16 anos. Então, eu sempre preferi coisas de menino e eu não gostava de boneca, eu sempre queria carrinho e minha mãe não deixava, mas meu pai às vezes me dava. Mas quando chegou entre os 8 e 9 anos eu queria só roupa de menino (Fábio).

Pedro e Andreia alegaram que, mesmo sem entender na infância, a sua identidade de gênero era diferente do atribuído no nascimento:

Olha, talvez eu não me ligasse ao termo Trans porque eu era criança e não conhecia. Mas desde criança, com 5 anos eu já gostava das meninas, desde criança mesmo, os meninos pra mim era só pra brincar, só pra amigos, desde de 5 anos eu já gostava de meninas (Pedro).

Desde os meus 2 anos, eu já mostrava características diferentes, minha mãe fala, minha avó, mas quando eu me assumi realmente foi com os meus 13 anos. Comecei

a entender com a minha prima [Trans]... ela já é mais velha que eu e quando ela se assumiu eu tinha em torno de 11 a 12 anos, só que eu já sabia que eu gostava de feminino, pra mim era feminino (Andreia).

Em algum momento da vida, a maioria de nós já se questionou: Quem Sou Eu? Para as pessoas Trans, esta é uma pergunta que fica sem resposta por um tempo, que traz insatisfação e angústia por não compreender ainda porque se sente 'diferente', mesmo sendo ensinados e até forçados a serem 'iguais':

Eu comecei a performar algo que as pessoas não esperavam, por exemplo, eu ainda criança, uns 5 anos, minha mãe falava: - não, vamos comprar esse aqui! E eu falava: - não, eu quero esse outro aqui. Eu entendia que o que eu estava escolhendo era errado, pelo gesto das pessoas, por elas falarem que não, que aquilo não era coisa de uma pessoa como eu escolher, e eu queria aquilo e ao ver a reação das pessoas, eu ia vendo que eu era uma coisa errada pela performance que eu estava agindo na sociedade (André).

Percebemos pelos relatos que, desde a infância, eles e elas não tinham dúvidas a respeito do gênero que queriam expressar e, pelo dispositivo da normatividade ser acionado de forma recorrente, percebiam que essa expressão era lida negativamente:

Minha mãe comprava roupa de menina e queria me vestir, era uma briga lá em casa porque eu não queria arrumar, não queria fazer cachinhos, não queria fazer essas coisas de menininha, entendeu? Dava briga. Não gostava de boneca, xiii, era briga! Quando a gente estava em casa ela me deixava bem à vontade pra me vestir de short, camiseta. Mas quando a gente ia sair, ela queria que eu vestisse roupinhas mais femininas, várias vezes eu saía com eles chorando, eu não queria. À medida que eu fui crescendo, minha mãe falava bem assim: - se não vestir o vestido, não vai! E eu preferia ficar, ficava em casa, mas eu não ia vestir daquele jeito. Mas assim, ela também não me obrigava a ir né, aí a medida que eu fui crescendo, eu fui escolhendo minhas roupas (Pedro).

Ninguém espera que a natureza biológica seja diferente da natureza psíquica e o corpo é uma evidência “palpável” e material do biológico, porém o corpo Trans transcende o biológico e escapa da matriz heterossexual (Butler, 2003). Fábio relata que não se via como menina e que acreditava que era um menino, por isso, esperava ansiosamente o nascimento do seu pênis:

Tem um facto marcante que eu lembro, de quando eu tinha mais ou menos 4, 5 anos, eu perguntei à minha irmã mais velha quando nasceria um pinto em mim. Eu ficava esperando que ia nascer. Eu só fazia xixi em pé.

André e Pedro também tinham convicção, desde a infância, que eram meninos:

Eu me assumi com 15 anos, mas desde que eu me entendo assim, por gente, desde que eu sei escolher as coisas eu performo uma identidade masculina (André).

Eu não tinha noção do que era sexo, nem nada para as pessoas falarem, não tinha essa malícia, então por isso que é uma coisa que eu acho que já é pertencente, não tem essa questão de já virou ou não virou, não existe isso pra mim, já sempre foi (Pedro).

A narrativa de Pedro explica muito bem o que é ser Trans, se sentir pertencente a um gênero oposto ao de nascimento, porém praticamente desde o nascimento, “sempre já foi”, é algo normal e natural para o/a Trans. André relembra que foi muito dolorido descobrir que não podia ser quem era:

Eu pegava roupas do meu pai, me vestia e ficava olhando no espelho... eu brincava de me fantasiar de menino com meus primos e eu fiquei brincando assim até muito tarde, até com 12 anos, até o ponto de eles virarem para mim e falarem: - você não pode mais brincar disso! -Isso já é estranho, é estranho você brincar disso. E eu lembro como foi dolorido para mim descobrir aquilo.

A todo momento, principalmente na infância e adolescência, pessoas Trans são submetidas a um “heteroterrorismo” (Bento, 2011), que é uma tentativa de extinguir esse comportamento dissidente através da punição, ou mesmo da bronca, não pode, não deve, isso não é coisa de menino/menina.

Segundo Sandra Saleiro (2013, p. 224) é comum que crianças e adolescentes Trans tenham alguma fuga para viver seu gênero, através de jogos, sonhos etc.

Jogos como The Sims, jogos onde eu poderia escolher outra personalidade, eu sempre escolhia masculina e eu nunca entendi... Eu mesmo criei uma válvula de escape, uma solução (...) quando eu tinha uns 11, 12 anos eu idealizava que tinha uma máquina, onde eu entraria de um jeito e sairia de outro. Entraria mulher e ia sair homem e eu idealizava essa máquina que existia em algum lugar, eu não sabia onde. (...) Então eu cheguei a me isolar e a ficar a maior parte do dia dormindo, porque no sonho eu poderia ser quem eu queria ser (André).

Essa fantasia ou melhor, essa esperança de André foi ainda alimentada por uma novela que ele via nessa época e que foi destruída quando aconteceu a menarca:

Teve uma novela que me impactou muito que foi a Chocolate com Pimenta, que tinha uma personagem chamada Bernadete, ela na verdade era Bernardo, então eu por muito tempo sonhei que eu ia a um médico, e ele descobria que tinha algo de errado comigo e todo mundo ia saber que eu era um menino, que todo mundo estava enganado e todo mundo ia descobrir porque na novela tinha esse contexto. A Bernadete foi vestida de mulher por muito tempo e aí se descobriu um homem, era um engano.

A adolescência Trans é marcada pela descoberta do “Quem eu sou”, pois, eles e elas já perceberam que não seguem as normas. O percurso de assumir a identidade passa por diversas fases, para muitos, no princípio, acham que são gays ou lésbicas, pensando se tratar apenas de identidade sexual, porém percebem que essa ainda não é a resposta, conforme os relatos abaixo:

A princípio, e eu acho que é que acontece com a maioria dos transgêneros que seja masculino ou feminino, é achar que é gay ou lésbica, correto? Só que a medida que o tempo foi passando eu vi que não era isso também que eu queria (Pedro).

Eu não consegui me enquadrar num termo LGBT, eu nem sabia o que isso significava, mas por ver alguns personagens lésbicos, eu me identificava muito, e aí eu, com 15 anos, 14 para 15, eu descobri a questão lésbico, gay, essas coisas, e durante 3 meses eu disse que eu era lésbica, porque era o termo que eu vi, que eu encontrei... quando eu descobri o termo lésbico eu só fiquei na filosofia comigo mesmo. – Então eu sou lésbica, então eu uma mulher que gosta de outra mulher! Eu fiquei nesse termo e não se encaixava. Eu não conseguia me encaixar, eu não conseguia me ver feliz, eu não conseguia me ver completo (André).

A maioria delas começa sendo Gay, aí vai percebendo que não era só aquilo (Fernanda).

Por volta dos 12 anos... eu pensei, já que está tudo ferrado mesmo, eu vou mudar tudo, aí fui, estava sozinho em casa, cortei o cabelo. Aí eu falei: - mãe, não quero mais essas roupas aí não, só vou usar roupa de menino agora. Só que até então, ela me via como lésbica (Fábio).

A história de Pedro é muito interessante, passou anos em um relacionamento lésbico, mas não se sentia realizado, faltava algo, quando descobriu o que era ser Trans, se identificou:

Eu casei com 18 anos. Hoje, não somos mais casados, mas eu fiquei casado com ela quase 10 anos e, em 2015, a gente procurou tratamento, ela fez inseminação e ficou grávida. Em 2016, nosso filho nasceu, mas foi ela quem engravidou, eu nunca tive essa vontade de ser mãe, só pai. Eu não gostava do meu corpo do jeito que era antes (...) então descobri o que era ser Trans, falei rapaz é isso mesmo, eu nunca fui sapatão, lésbica igual o pessoal fala, porque eu sempre me senti homem, eu sou homem! (...). E nisso meu filho já tinha nascido e já estava começando a querer falar. Aí, como que eu quero que meu filho me chame? Cara, pensava sempre na minha cabeça: mãe? Não, mãe não, nada a ver isso, nada a ver mesmo. Aí quando eu fui atrás de tratamento e comecei a ensinar meu filho a me chamar de pai, pai, pai e foi assim, cresceu e começou a falar e me chamar de pai, desde então eu tenho feito tratamento, desde 2017. Quando o meu filho começou a falar, eu me separei porque não estava dando mais certo, então eu voltei para a casa dos meus pais.

A falta de informação sobre identidades que desafiam a norma ainda é grande e, quando André estava buscando se entender, era mais precário ainda, o que se dizia era sobre gays, lésbicas e bissexuais (LGB) e o ‘T’ era conhecido somente como travesti, que era sinônimo de prostituição. Então, para se conhecer realmente o

significado de transexual ou transgénero, tinha que pesquisar mais profundamente.

André expressa com alegria como foi se identificar como Trans:

Eu fui andando nas letras LGBT e teve um facto que me impactou bastante foi que eu contei para minha amiga que eu achava que gostava de meninas, mas 2 a 3 semanas depois eu falei que era Trans porque eu vi a letra T e procurei o significado de transexual e eu me senti feliz, eu me senti realizado, eu fiz testes no google e orando para que esses testes dessem certo, me confirmassem, me auto-validassem como Trans. Então, assim, foi muito forte descobrir que sou Trans e foi muito fácil para mim me entender como Trans.

4.2.2 A relação com a família

Quando pensamos em família, pensamos em amor, acolhimento, proteção, segurança. A relação familiar de pessoas Trans, quando começam a se entender como subversivos da norma, pode ser muito conflituosa.

No primeiro ano que eu comecei hormônio certinho, meus pais ficavam só brigando, falando que não aceitavam, que não iam me respeitar como pessoa Trans e tais (Fábio).

O processo de aceitação por parte da família é muito difícil para a maioria dos homens e das mulheres Trans e é marcado por muitos conflitos e muito sofrimento, tanto para eles/as quanto para a família:

Minha mãe falava para mim que nunca, que ela ia morrer, mas ela não ia me chamar de André. Que André era um demônio e que eu queria matá-la toda vez que eu cortava o cabelo e esse relacionamento foi mudando com muito diálogo, com resiliência, minha noiva me ajudou muito nesse processo (André).

Esse processo de aceitação e de me assumir foi bem marcante pelo facto do preconceito vindo da família. (...) eu estava passando esse processo de me assumir, aí na minha família estava dando muita coisa... Eu me mudei recentemente para morar sozinho... (Daniel, 17)

Daniel foi muito incompreendido em casa e acabou decidindo morar sozinho, sendo uma decisão difícil para um adolescente que buscava apenas a aceitação da família, embora não tenha sido expulso de forma direta, não ser reconhecido em seu lar é uma forma cruel de exclusão. Para a família, também não é fácil compreender e aceitar o que está se passando e fazem de tudo para evitar que seu filho/a venha performar de forma diferente ao esperado:

Então eu, quando eu comecei a sentir essa puxada, e minha mãe teve muito papel nisso, porque ela sempre me puxou, me freou, talvez eu tivesse me assumido muito mais cedo. Mas minha mãe sempre teve uma rédea nas coisas que eu queria, então nas coisas que eu conseguia escapar dela, era aí onde eu era muito feliz (André, 25)

(...) Mãe e pai nenhum querem. Eles sabem o que está acontecendo, tapam a visão para não querer ver, não querem enxergar. Mas não tinha briga, acho que minha mãe ficava chateada porque ela queria, tipo assim, ela queria mostrar para as amigas a filhinha, arrumadinha. Só que assim, ela já teve outras duas princesinhas, não precisava de mais uma (Pedro).

André alega que, apesar das dificuldades de relacionamento, ainda tinha um lar e que muitos de seus amigos Trans não tiveram a mesma sorte:

Desde que eu me assumi Trans ela [mãe] falou: - Eu nunca vou te deixar na rua, eu nunca vou te expulsar de casa, mesmo que eu não entenda, você tem um lar e nunca vai perder esse lar. Muitos dos meus amigos perderam os lares, muitos não tem ninguém por eles.

Fernanda foi criada pela avó materna que faleceu quando já tinha se assumido Trans, elas tinham um bom relacionamento. Após o falecimento da avó, foi morar com o avô paterno que não a aceitava, por isso, ela acabou se mudando de cidade, indo morar com uma tia materna. Segundo ela, o relacionamento nessa casa é tranquilo, e a mãe, que mora na mesma cidade, agora a aceita:

Minha mãe agora me aceita. Quase todo fim de semana ela aparece aqui, de vez em quando eu vou lá também. Com meus tios e primos é tranquilo, eu tenho dois primos gays, um que mora aqui, da parte da minha mãe, um da parte do meu pai que mora lá, no Piauí e tem minha prima que é Trans, que é sobrinha do meu pai.

Pedro passou por dois processos de aceitação da família. O primeiro, ainda na adolescência, quando começou a se relacionar como lésbica:

Logo que eu comecei a namorar não foi bem aceito pela mãe nem pelo meu pai. Mais pelo meu pai, minha mãe era mais flexível. Meu pai queria ver o Satanás, mas não queria ver minha namorada, foi bem difícil assim no início, porque meu pai não aceitava muito bem, não. Com o tempo, eles viram que era isso mesmo e que não ia mudar e começaram a aceitar. Aí veio o casamento, eles viram que era uma pessoa bacana né, que era uma pessoa séria, começaram a gostar dela, aí ficou tranquilo.

Depois, já na fase adulta, quando assumiu sua identidade Trans: “No início foi um choque para os dois, né, porque eles continuavam me chamando pelo nome da falecida, eu falava que eu não queria”.

A história de Andreia, em muitos aspectos difere da maioria, incluindo a relação familiar, ela teve o que todas as pessoas Trans deveriam ter, o apoio dentro de casa:

A relação com minha família sempre foi normal, eles acompanharam comigo, com minha cabeça e mente o que eu era, o que eu queria ser, porque com 2 a 3 anos eu já mostrava que eu ia ser diferente, eu já era afeminada. Então desde sempre todos eles já estavam conscientes né, do que eu poderia me tornar, então tudo foi tranquilo e depois quando eu me identifiquei uma menina também foi tudo tranquilo, não teve nenhuma surpresa para ninguém.

Mesmo com muitas dores, esse processo de ser aceite e respeitado pela família pode ser demorado, mas é possível, como os participantes demonstraram:

Apesar da minha mãe não ter me apoiado no início, hoje ela é quem mais me apoia. Minha mãe fala assim: Filho, a gente vai juntar dinheiro para tirar seus peitos, para fazer tudo o que precisa para você viver bem, porque eu quero ver você bem, formado, uma pessoa feliz (Fábio).

Graças a Deus, hoje aceitam tranquilo o que eu sou. Não é nem a minha decisão, o que eu sou, me chamam pelo meu gênero, falam: - Oi meu filho, está tudo bem! Sempre ele, ele. Hoje está bem tranquilo, Graças a Deus! Minhas irmãs sempre aceitaram, independente da minha decisão, quando eu achava que era outra coisa que eu não era, sendo o que eu sou hoje. Sempre as duas me apoiaram bastante, e me ajudaram muito (Pedro).

Para André, assumir sua verdadeira identidade era penoso porque se preocupava muito com seus pais, não queria decepcioná-los profundamente:

Eu já tinha uma ideia do que eu poderia ser, de que eu teria que me assumir em algum momento, mas eu não me assumia por causa dos meus pais, para não entristecê-los, porque minha mãe já tinha tido depressão uma vez e eu ficava com medo de ser um peso e tudo...

André também sofreu abuso na infância, facto que ocorreu dos 8 aos 11 anos, por uma pessoa da família que morava ao lado da casa dele. Esse facto causado por um abusador originou muito sofrimento e o adoeceu, ele teve depressão e síndrome do pânico:

Porque eu sentia raiva, eu sentia ódio dele, eu direcionava muitas coisas para ele, e além do facto da minha disforia de gênero, então misturava um monte de coisa. Naquela época, mais do que nunca, eu me isolei no meu mundo, e tinha esse medo, acordava cedo para trancar tudo.

André sempre se preocupou com a sua família, principalmente com sua mãe, fazia de tudo para não os decepcionar, contudo, a forma como lidaram quando descobriram o abuso foi um divisor para ele, mudou a forma como ele via a sua família:

Quando meus pais e todo mundo descobriram(...) eles se reuniram, conversaram entre eles, e aí me chamaram no quarto, e falaram assim: - Olha, nós conversamos aqui e resolvemos deixar em família essa situação. O meu mundo acabou ali, eu cortei um laço. Naquele momento eu entendi que, se for para alguém lutar por mim, tem que ser eu mesmo, que ninguém iria lutar por mim. Eu quebrei algo muito forte com eles quando eu ouvi do meu pai e da minha mãe, (...) ouvir eles falando isso depois de ter passado por tanto tempo sofrendo e abuso, destruiu, destruiu totalmente o meu mundo e foi naquele momento que eu decidi ser quem eu era, eu vou procurar o que eu sou, eu vou lutar por isso.

Segundo André, essa decisão acabou sendo um fardo para sua mãe e para ele, porque eles continuavam convivendo com o abusador, e sua mãe acabou tendo um surto psicótico ficando um ano internada: “Eu fiquei um ano sem a minha mãe, um ano conversando com ela e ela olhando para o nada e não sabia quem era eu”.

André cita que, quando sua mãe se recuperou, ele já sabia que era Trans e já tinha decidido viver conforme o gênero com que se identificava: “mãe, eu não vou mais fazer o que vocês querem que eu faça, agora eu vou ser eu”! Mesmo assim, a pedido da mãe, André realizou a festa de 15 anos como uma debutante:

E a gente fez a festa de 15 anos, teve vídeo clipe, teve álbum de fotos, teve príncipe, teve carruagem, teve tudo, tudo, tudo. E ela estava lá, feliz, vivendo aquele momento e eu dei esse presente para ela (...). No dia da festa, eu falei no discurso que eu estava realizando o sonho da minha mãe.

Após a festa, André enfrentou sua família, assumiu sua identidade verdadeira, decidindo buscar a sua felicidade:

(...) depois dessa festa, eu não vou mais ser quem vocês querem que eu seja, eu vou ser quem eu quero ser. E foi a partir desse dia: eu cortei meu cabelo e comecei a correr atrás de quem eu sou, do André, de ser feliz, de não viver mais dormindo, eu não queria mais me realizar por sonho, eu queria viver a minha vida como eu sou.

Essa decisão foi muito difícil, André morava em uma chácara com vários familiares. No meio de tudo isso, o caso do seu abuso se tornou público, mas não houve justiça:

Nesse meio tempo teve pessoas que descobriram o que aconteceu e denunciaram, o processo correu na justiça, mas não deu em nada, porque ele alegou que eu tinha consciência do que eu estava fazendo e não tinha ninguém para lutar por mim, não tinha ninguém.

Este é um exemplo muito relevante de como a cultura patriarcal perpetua as violências. Um homem adulto conseguiu ser inocentado por violar uma menina que ainda estava na infância, colocando a culpa sobre ela. Porém, essa ainda não foi a única injustiça sofrida por André, as pessoas não pouparam esforços para o condenar quando ele assumiu sua identidade:

Eu tomei muito tapa na cara por causa disso, muitas pessoas falaram que eu ia adoecer minha mãe novamente. As pessoas pegaram mais pesado com o facto de eu querer ser quem eu sou, do que com a pessoa que me machucou durante tanto tempo. Eu senti isso, muitas pessoas pegando pesado por eu estar sendo verdadeiro com quem eu sou, do que com o facto de ter sido vítima de abuso por tanto tempo.

Cada um/a tem uma experiência diferente, mas todos/as têm uma história de sofrimentos, acusações, exclusões que demandam uma grande resiliência para não desistir de viver:

Foi esse o começo da minha história e Graças a Deus eu não parei, Deus me deu forças e graças a Deus eu consegui construir muitas coisas. É uma história que eu resumi, mas foi basicamente isso o estopim de eu ter me assumido, talvez até demorasse mais, se não tivesse acontecido tanta coisa, mas eu aprendi muito, muito com tudo o que eu vivi até hoje.

Como muitos/as outros/as Trans, a história de André foi muita sofrida e muito solitária. A cultura patriarcal é muito forte, suas raízes são profundas, por isso, a família preferiu se calar a defender o filho. Embora não tenham expressado em palavras, foi o mesmo que dizer que, o que André passou não foi nada, ou até mesmo, que ele era merecedor do abuso (Butler, 200). Ao se calar diante de um abuso, essa ação glorifica o abusador e reforça ainda mais o poder patriarcal, perpetuando a desigualdade, o preconceito e o sofrimento.

Mesmo sendo vítima, André foi tratado como um criminoso, o pensamento hegemônico de que o homem é o dominador e pode fazer o que quiser com a mulher, faz com que as pessoas tenham um preconceito tão grande, que o facto de ser Trans era pior do que ser um estuprador. André usou o seu sofrimento como propulsor da resiliência, usou toda a sua força interior e decidiu lutar por si, pelo seu reconhecimento, mesmo entendendo que só poderia contar consigo mesmo, não desistiu. Depois de um longo processo e até mesmo de uma mediação de conflito oferecida pelo Tribunal de Justiça, André, enfim, foi reconhecido e respeitado pela sua família:

Eu participei de um projeto da justiça, eles chamaram a minha família (Pai, mãe e irmãos) e a gente conversou sobre coisas que a gente nunca tinha falado antes, foram dois encontros assim. Depois disso tudo mudou, minha mãe começou a entender, começou a aceitar, começou a perder o medo de ser julgada pelos outros por me aceitar. E ela viu, depois de eu sofrer muita transfobia que se ela não me aceitasse, a pessoa da rua não iria me aceitar, que se eu não tivesse aceitação na minha casa onde eu iria ter? Hoje ela me ama incondicionalmente.

Infelizmente, ainda é muito comum para pessoas Trans sofrerem com a rejeição da família, o que os tornam vulneráveis a problemas de saúde mental. Eles já não podem contar com o acolhimento social, e sem família, é como se tirassem a base de sustentação. Com suas bases emocionais fragilizadas, é necessária muita força de vontade para se reerguer, para lutar pelos seus direitos dentro e fora de casa, para lidar com a discriminação rigorosa e persistente.

4.3. Em busca de um lugar: a experiência Trans na escola

4.3.1 Escola na Infância

As lembranças são essenciais para a nossa existência, só sabemos quem somos por causa da nossa memória. Segundo Jacques Le Goff (1990)

[a] memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o/a homem/ *mulher* pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele/ela representa como passadas (Le Goff, 1990, P. 423).

A memória dá significado à nossa vida, mas, às vezes, as lembranças se tornam vagas, outras vezes desaparecem completamente. Talvez, como forma de autodefesa, agimos para ignorar e/ou restringir situações dolorosas e constrangedoras do nosso passado. A escola na infância é rememorada na fala desses/as jovens Trans, no entanto dois participantes declararam que não possuem nenhuma memória da infância na escola, embora tenham estudado.

Quando revisitamos o passado nos lembramos de cheiros, de sabores, de sons e de sentimentos que podem nos trazer alegria, sensação de bem-estar, mas, também, podem despertar em nós tristeza, dor, revolta, por isso, nem sempre é fácil nos lembrarmos do passado. Dentre os que guardam memórias da escola temos André, que descreveu vários episódios de sua infância, alguns ruins, outros não. A primeira história que veio à sua mente exprime os bons momentos que viveu na sua infância escolar. Ele conta que brincava com os meninos e não sofria preconceito, por isso, segundo André: “quando eu fui para a primeira série, na infância, eu andava com um grupo de meninos, a gente brincava junto e tudo bem”.

Berenice Bento (2011) nos explica acerca dos papéis de gênero, que são os comportamentos determinados para a menina e para o menino. André narra os momentos que viveu com seu melhor amigo, um menino:

Eu tinha um melhor amigo, e a gente estava sempre junto, eu ia na casa dele, a gente colecionava revistinha e ele gostava muito de uma banda de mulheres que fazia muito sucesso na época, banda rouge, ele sabia dançar todas as coreografias.

Ao contar esta história, André lembra que “esse meu amigo, depois de alguns anos, quando eu fiz a minha transição, ele também assumiu que era uma Drag, que performava”. André (na época da infância ainda era reconhecido como menina) só brincava com os meninos e o seu melhor amigo, por sua vez, gostava de uma banda feminina que apresentava músicas dançantes em que o corpo se movia de forma muito feminina, e que, muitos anos depois, se performou Drag. Essa narrativa de André demonstra que eles já fugiam dos padrões impostos pela sociedade heteronormativa.

André, ao trazer à memória essa fase da infância, percebe que, desde muito criança, não era como os outros e, por isso, por subverter a norma, era excluído e acabava por se relacionar também com quem era diferente, que fugia aos papéis pré-determinados, pois eram considerados abjetos e como tal eram tratados: “É muito interessante essa amizade porque eu sempre me relacionei com as pessoas excluídas da sala e eu era sempre perseguido porque eu fazia parte do grupo dos excluídos” (André).

André e Fábio falam de suas escolhas, de seus gostos nessa fase da vida ainda muito infantil, pois, geralmente, as idades das crianças do Jardim de Infância variam entre 4 e 5 anos e, mesmo em tenra idade, já se nota a preferência por coisas masculinas, contrárias ao seu sexo de nascimento: “Eu gostava de brincar só de brincadeiras masculinas” (Fábio).

Meu estojo de pintar, minha lancheirinha, minha toalhinha de colocar na mesa era tudo da Disney, de personagens voltados para o público masculino. Eu não suportava aquela coisa de rosinha, tudo rosa (André).

“Eu sofri preconceito desde essa época da infância só por ter outro gosto” (André).

Hoje, ao relembrar a infância, com a maturidade e vivência adquiridas com o tempo, André faz uma análise que, na época, para ele, ainda não era perceptível. Por ter gostos diferentes, os colegas se afastavam de André e ele ressalta que a sua única amiga também era excluída só por andar com ele e por fazerem Karatê juntos. Observa-se que as crianças já reproduzem os papéis de gênero ensinados pela família e reafirmados pela sociedade, e a escola, por sua vez, assegura essa

perpetuação através de discursos e de incentivos aos comportamentos heterossexuais, não permitindo assim, que quem desobedeça seja aceito.

No jardim de infância eu gostava muito de Karatê, mas só eu de menina queria participar do Karatê. Então, tem a minha foto lá com a turma do karatê e minha melhor amiga, que também era excluída porque compactuava comigo, também fazia karatê, nós duas lutando e todos os outros eram meninos, e eu não estava nem aí, eu queria estar lá. (André)

É interessante que a primeira memória de André sobre a escola foi positiva e isso também aconteceu com Andreia. Segundo ela: “a nossa brincadeira era mais assim de correr, de pega-pega, mas também não dava para brincar de muita coisa, era só correr mesmo assim, uma atrás da outra”. Embora ambos tenham histórias marcadas pelo preconceito, ele e ela se esforçam para trazer à memória factos positivos, procurando guardar as pequenas e significativas boas lembranças.

Fernanda e Andreia se lembram de seus comportamentos na infância e relatam que, desde sempre, as suas atitudes se mostravam diferentes do que era esperado, mesmo sendo crianças que ainda não compreendiam o seu papel diante da sociedade, não percebiam ainda o que era identidade de género, não controlavam seus corpos, as suas naturezas eram espontaneamente diferentes: “era muito menininha (risos), afeminado” (Fernanda); “eu sempre fui assim, já nasci afeminado e tudo mais, na creche, na escola, eu sempre brincava com as meninas, sempre, sempre” (Andreia).

Louro (2000) afirma que a escola tem uma grande preocupação em moldar, vigiar, construir corpos de meninas e de meninos seguindo o padrão hegemônico da heterossexualidade compulsória. Os corpos Trans escapam à norma, não são moldados, por isso sofrem muito, são renegados, subjugados, humilhados, sofrem violência física e psicológica. Fábio foi sujeitado à violência física ainda na infância: “Eu queria sempre andar com os meninos, mas a maioria não aceitava e ficava querendo me bater. E na verdade aconteceu de uma vez eu apanhar dos meninos porque eu queria brincar com eles e eles não queriam deixar”.

Fernanda e Andreia também tiveram a sua infância escolar marcada pelo sofrimento de não serem aceites, sofrendo preconceito, humilhação, mas, mesmo assim, procuram um lado bom na escola:

Eu sofria bullying pra caramba, foi um tempo (silêncio, olhando para baixo) ... foi bom e foi ruim. (Fernanda)

Mas, assim, na minha infância, na fase da escola, sempre tinha aquelas crianças que me ofendiam, né, que falavam coisas ofensivas, mas são coisas de criança também! (Andreia)

Andreia relativiza as ofensas, dizendo ser “coisas de criança”, porém, esse pensamento de normalizar a ofensa, normalizar o preconceito por quem é diferente, por quem vive à margem, é fruto de uma cultura familiar e social patriarcal, em que o sofrimento dos/as considerados/as minorias é atenuado, considerado irrelevante e que não deve incomodar. Essa criação de Andreia e de todos/as em uma sociedade patriarcal cis heterossexual é focada na manutenção do poder da maioria, que se considera normal e a única possibilidade de existência.

Percebemos que, em nenhuma das narrativas, houve algum/a professor/a, algum/a profissional de educação que os/as defendesse, demonstrando que, aos olhos deles/as, essas crianças eram merecedoras do sofrimento pois desafiavam a norma ao existirem (Louro, 2004). Essas crianças só contavam consigo mesmas e tiveram que ser fortes e resilientes, mas ficaram marcadas profundamente. Concluindo, a reflexão que Paul Preciado (2014b) nos traz, evidencia o quanto ainda precisamos lutar para que as diferenças não sejam excluídas, mas entendidas e incluídas:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (p.1)

4.3.2 O Nome social

Ser reconhecido pelo nosso nome desperta em nós um sentimento de pertencimento, nos sentimos aceitos/as, integrados/as, reconhecidos/as e, geralmente, o nome também identifica o nosso gênero. Todas as pessoas Trans têm dois nomes, o de nascimento e o que se auto identifica e isto é natural para o/a Trans (Preciado, 2014). O uso do nome social – nome que identifica a pessoa Trans – no Brasil é legal, é um direito e, portanto, deve ser respeitado; porém, infelizmente, existe ainda muita desinformação, seja por parte dos/as estudantes seja por parte dos/as profissionais das escolas. Na fala de Daniel, percebemos bem isso:

Quando eu fui para escola em Taguatinga, no nono ano, eu já tinha visto os vídeos de como fazer com o nome social e essas coisas, mas eu não tinha muito conhecimento, cheguei na escola e era para ter avisado para diretoria primeiro, mas eu só avisei aos professores, porque eu não sabia. Depois, a direção me chamou lá para assinar um termo do nome social e, aí, assinei direitinho.

Além da desinformação, existe também, de forma bem intensa, falta de humanidade, de boa vontade e de empatia para com as pessoas Trans nessa questão do respeito às suas identidades e, essas atitudes, como pude observar, geram um sentimento de revolta nas pessoas que as sofrem. Pessoas Trans enfrentam muitos obstáculos ao longo da vida e na escola não é diferente. A escola, na maioria das vezes, não é um lugar prazeroso e passar por tantos constrangimentos e, principalmente, não ser respeitado em um direito básico como o nome, faz com que muitos/muitas Trans abandonem a vida escolar. Fábio traz uma narrativa marcada pela dor e pela frustração:

Eu já cheguei a largar a escola por causa disso, os professores respeitavam meu nome social, meu nome masculino, porém, a Direção não quis me respeitar, respeitar a minha identidade e só me chamava no feminino. Aí, eu larguei a escola porque a Direção não aceitou usar meu nome social, e tipo, já tinha saído a lei, mas não deixaram. Eu perdi muitos anos por causa disso, não queria ter que passar por essas coisas na escola.

Segundo Berenice Bento (2014), podemos inferir que falas como a de Fábio são comuns. No Estado onde o facto acima mencionado ocorreu, 10 anos se passaram desde que esse direito foi consolidado e é lamentável que ainda existam gestores/as e profissionais de Educação que não se interessam em obedecer a lei, negligenciando o direito de cidadania. Percebi que a história de Fábio foi marcada

negativamente por parte da escola, o que praticamente o empurrou para fora da mesma:

Quando eu mudei de nome eu estava fazendo supletivo¹⁰, porque, antes, eu tinha parado de estudar. Aí já estava com 18 anos, fui para o supletivo para adiantar. Eu fui lá para eles mudarem o nome e eles não queriam mudar, fui várias vezes pedir para mudarem meu nome, cheguei a fazer duas provas com meu nome errado, passando aquele constrangimento com nome feminino, aí, já tinha um pouco de barba, já estava mais masculino e do nada chamava lá, oh fulano! E eu ficava muito constrangido, ia na Direção, falava sobre isso, e ela falava: - ah! você vai ter que esperar a secretaria conseguir arrumar. Tinha que esperar a boa vontade deles, não se importavam com o que eu sentia e o que eu estava passando. E, como eles não arrumaram, eu acabei parando de estudar de novo. Eu fui na secretaria 5 vezes e não adiantou nada.

Todos/as nós queremos nos sentir respeitados/as, valorizados/as. O/a Jovem Trans só quer poder transitar na escola sem sofrer preconceitos e assistir às aulas sem ter medo de ser chamado pelo nome que traz à memória um passado de dor e angústia. O que Fábio passou é uma verdadeira tortura, isso promove indignação, raiva, sentimento de impotência, de insignificância. Segundo Daniel, a sua experiência escolar foi semelhante à de Fábio, embora eles estudassem em escolas diferentes.

Em nenhum momento, o pessoal da direção respeitava meu pronome e identidade de gênero, o tempo todo errando e, sabe, não se desculpavam, tudo despreparado, os professores sim, eles sempre foram, pelo menos naquela escola, sempre foram respeitosos com o nome, a não ser na chamada porque ficam os dois nomes lá e eles acabam errando mesmo, né? Uma coisa muito chata. (Daniel)

Falas como as de Daniel e Fábio trazem à tona o desinteresse, a negação da dignidade, a negligência da cidadania. Em nenhum momento, os/as profissionais de Educação se importaram em compreender a carga emocional que está por trás do nome social, esse nome que faz parte da construção da identidade Trans. Daniel nos conta que alguma coisa aconteceu no sistema e, no momento da chamada, o nome social não era mais tão visível, dificultando que alunos/as Trans tivessem seu direito garantido.

Essa questão de o nome ter ficado dessa forma, aí, aumentou muito mais o constrangimento dentro de sala, porque, antes, os professores erravam tipo, bem às vezes, bem às vezes mesmo, acho em uma semana assim, umas três vezes eles erravam, só que quando começou com essa coisa que teve no sistema, começou a

¹⁰ Supletivo, agora conhecido como Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade de ensino brasileiro criada com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas que, por diferentes motivos, não concluíram o ensino fundamental e médio na idade adequada e possibilitando cursar duas séries em um único ano letivo.

ficar muito frequente os erros, tipo, todo o santo dia era ouvindo seu nome de registro, sempre, sempre, sempre e eles não acostumavam, não sei o que é isso! Mas enfim, a escola para Transgênero é muito sofrida. (Daniel)

Cabe-nos questionar se esse tratamento inadequado é uma falha do sistema de matrícula (software) ou da gestão pública, por não dar o treinamento adequado aos/às seus/suas profissionais. Qualquer que seja a conclusão, não isenta os/as profissionais envolvidos/as da notória falta de empatia para com as pessoas trans.

André e Andreia tiveram experiências diferentes de Daniel e Fábio quanto ao uso do nome social. As experiências dele e dela constituem o que a luta do movimento Trans considerava ideal e que, após a aprovação da lei, em 2018, deveria ser acatado como padrão em todas as escolas.

Porque o nome social pode ser usado mesmo que você não tenha trocado seus documentos ainda, é lei, é um direito. Tinha uns professores que já colocavam na chamada o meu nome social, me chamavam pelo meu gênero já e pelo meu nome masculino. (André)

Depois que me assumi como menina Trans, acho que, com meus 15 anos, aí eu comecei a usar meu nome social, que foi no primeiro ano do Ensino Médio¹¹, foi muito tranquilo, o diretor me ajudou em tudo, na escola, foi tranquilo (Andreia).

O nome social não pode ser visto e/ou entendido como um capricho, mas sim como uma viabilização de existência, a confirmação da visibilidade Trans. Ser ou não ser reconhecido pelo nome social é a afirmação ou negação da construção das identidades Trans. Toda a resistência, oriunda de diversos setores, em dar o tratamento correto à pessoa Trans quanto ao seu nome social, recheiam as narrativas de lembranças que deveriam ser esquecidas para sempre por serem profundamente traumáticas. São memórias de um tempo em que não se era compreendido quanto à sua identidade e seu gênero. E o que temos mais a lamentar é que a escola – que deveria ser o espaço educativo, plural e inclusivo – imprime-lhes mais uma marca dolorosa ao negar-lhes esse direito. Portanto, realçamos que a ação em que a escola promove ao usar o nome civil de nascimento é um elemento marcante para despertar sentimentos de raiva, frustração, revolta e angústia.

¹¹ Secundário em Portugal

4.3.3 O uso do banheiro na escola

Em qual dos banheiros devo entrar? Um dos aspectos mais polêmicos para as pessoas Trans na vida social é o uso do banheiro. Há inúmeros relatos de discriminação, violência e até abusos em banheiros. A polêmica é grande tanto no Brasil quanto em Portugal. Pessoas Cis se sentem desconfortáveis com pessoas Trans usando o espaço e pessoas Trans se sentem incomodadas por causa dos olhares, das agressões verbais e até físicas. Não poder usar banheiro, principalmente na escola, é ser violentado, punido nas necessidades mais básicas do ser humano, facto que gera um sofrimento ainda maior às pessoas Trans:

Uma vez eu acabei indo, era no início da minha transição e eu decidi ir ao banheiro feminino e fui abordado por uma mulher que falou que eu não podia estar ali, porque eu era um menino e eu simplesmente saí (André).

Muitos Trans decidem não usar o banheiro na escola, pois é um espaço rígido de marcação binária de género biológico, onde a norma cis heterossexual é constantemente reiterada:

Eu nunca usei o banheiro da escola depois da transição, tanto que eu tenho muitos problemas no trabalho, em qualquer lugar, eu nunca uso os banheiros (André).

Na verdade, nessa escola eu só usei o banheiro uma vez, só pra testar mesmo, porque eu tenho muita insegurança em banheiro masculino, mas, nunca usei o banheiro feminino de escola não, a não ser antes, quando eu não tinha me assumido Trans, depois que eu me assumi, eu comecei a usar só masculino, beeem raro, poucas vezes mesmo. (Daniel)

A escola para pessoas Trans é um ambiente hostil, a grande maioria sofre a violência velada, feita através de olhares, afastamento, e também, a violência anunciada por palavras, gestos e até agressão. O espaço do banheiro é visto, pelas pessoas Trans, como um local inseguro pois a possibilidade de sofrer mais discriminação ainda se torna maior, pois estão em um local bem privativo.

Mas o meu maior medo mesmo é ir no banheiro masculino(...) no masculino tinha um outro problema porque é um medo enorme de assédio, estupro, qualquer coisa assim, eu não queria correr o risco. Hoje eu já uso o banheiro masculino, mas eu ainda tenho medo, eu ainda fico olhando se tem alguma possibilidade de alguém ver alguma coisa. Porque infelizmente, o que acontece com os homens Trans ao usar o banheiro e são descobertos e também acontece com as mulheres Trans, é muito feio, as pessoas podem ser desumanas demais com a gente. Estar num espaço onde, infelizmente, os homens cis tem um estereótipo de agressão, de violência sexual, e eu não quero nem

pagar para ver o que qualquer um deles pode fazer, porque eu não confio, não confio mesmo (André).

Quando pensamos em violência lembramos, na maioria das vezes, da violência física, mas existe outras formas de violência que causam um sofrimento tão grande quanto o físico. Olhares de censura, murmúrios desagradáveis, expressões faciais que demonstram que a pessoa é indesejada fazem parte da vida da maioria das pessoas Trans:

A gente que é Trans fica no maior medo de usar o banheiro, porque eu tenho muito medo né, porque quando eu mudei de escola, eu ia usar o banheiro, entrava só pra lavar a mão e tals, eu recebia uns olhares assim e quando eu passava no corredor da escola ficavam: - ahin, isso aí não é homem, é menina. - Que que é esse homem? essas coisas e eu ficava com muito medo de entrar no banheiro, entrava quando não tinha ninguém, ninguém mesmo (Daniel).

Eu ia no feminino, todo mundo ficava me olhando torto. Aí eu ficava me sentindo mal com isso e então já não ia mais em nenhum, ficava segurando até chegar em casa. Ou quando não tinha ninguém, eu entrava, mas morrendo de medo. Inclusive teve dois ENEM que eu fiz isso, segurei, fiquei muito apertado, mas só fui ao banheiro em casa. A gente passa por muita coisa (Fábio).

O uso do banheiro na escola é objeto de discussão e reclamação há muito tempo, ele não é apenas um espaço reservado à realização de necessidades fisiológicas, “ele é parte fundamental do processo de construção de identidades e reprodução das diferenças, e é neste espaço que as/os estudantes Trans passam por constrangimentos, aversões e diversas outras formas de agressão e segregação” (Oliveira Junior & Maio, 2016, p. 167). Uma das consequências de não se usar o banheiro é acabar tendo problemas de saúde, principalmente porque deixam de beber água:

Fico segurando assim a aula toda, até chegar em casa, muitos tem infecção urinária por causa dessas coisas aí (Daniel).

Na escola eu realmente não usava, ficava segurando, não bebia água, aí vem infecção de urina. Meus rins - só outra vida para compensar o que eu já fiz com ele (risos). Hoje eu já cuido mais e sei que a população Trans tem uma questão de vida muito crítica, né? Nossa expectativa de vida é muito baixa e a gente tem que mudar isso (André).

Em Portugal, o Despacho n.º 7247/2019 assegura em seu artigo 5º, que: “As escolas devem garantir que a criança ou jovem, no exercício dos seus direitos, aceda às casas de banho e balneários, tendo sempre em consideração a sua vontade expressa e assegurando a sua intimidade e singularidade”. No Brasil, em 2015, o

CNCD/LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) promulgou a Resolução 12, que declara em seu artigo 6º: “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”. Esse despacho deveria ser seguido por todas as escolas, porém, poucas conseguiram garantir aos estudantes Trans, a tranquilidade de usar o banheiro de acordo com a sua identidade, sem sofrer constrangimento e violência. A escola que Andreia estudou era bem preparada para lidar com a multiculturalidade e a diversidade de gênero, seus alunos eram muito conscientes e, por isso, eram acolhedores e compreensivos:

A partir do nono ano, eu comecei a usar o banheiro feminino. Foi uma coisa muito tranquila e foi uma coisa normal entre eu e as meninas, não tinha nada assim, como eu posso dizer, demais, a gente se trocava na frente uma da outra e tudo mais, era uma coisa muito normal, se tratava mesmo como meninas, né! (Andreia).

Muitas escolas ainda estão completamente despreparadas para lidar com a diversidade de gênero, não promoveram debates com seus estudantes sobre esse assunto, permitindo que atos de discriminação e violência ainda existam. Para contornar a situação, tentam mascarar o obstáculo, gerando mais exclusão, mais segregação, na tentativa de garantir a invisibilidade do problema. Para resolver a questão do banheiro com Daniel, a escola oferece uma alternativa que o ofendeu, na verdade, o que ele esperava é que pudesse frequentar o banheiro do seu gênero, sem ter medo:

(...) essa psicóloga, lá da escola, (...) chegou e falou pra mim, tanto ela, quanto a Direção da escola, chegaram e me falaram que eu não poderia usar o banheiro masculino e eu poderia sim usar o feminino ou o dos deficientes, como se eu fosse deficiente né, daí começou a falar que eu podia e que ia passar a chave para mim ou o dos professores, disse que estava fazendo isso com medo de eu apanhar, mó coisa, eu fiquei, nossa que horrível! (Daniel).

Assim como os/as profissionais da escola de Daniel tinham medo do que poderia acontecer com ele, na escola de Fábio também, os/as docentes e gestores temiam pelo seu bem estar físico: “Eu queria usar o banheiro masculino, mas eles não deixavam”. A escola está indo por um caminho errado e sem saída. A questão da violência, do preconceito, da exclusão só será resolvida com o conhecimento. Esse

tema precisa ser alvo de muitos debates na escola, só assim haverá uma real e significativa mudança.

Nos relatos percebemos que pessoas Trans não tem um lugar, não se sentem seguros, nem no banheiro masculino, nem no feminino. O homem Trans é visto como fêmea no banheiro masculino, onde pode ser vítima de abuso, de violência; no banheiro feminino pode ser acusado de constranger as mulheres que lá frequentam, e sofrer com a discriminação. Fernanda teve uma experiência bem diferente dos/as demais, ela já não gostava de usar o banheiro feminino, preferia o masculino que era mais animado: “A única coisa que tinha era que eu não usava o banheiro feminino, eu usava o banheiro dos meninos, algumas vezes, quando estava muito cheio, eu entrava e saía rapidão”.

O banheiro é um local de insubmissão às normas, já que os olhares de controle não o percorrem com a mesma frequência que nos outros espaços escolares, como expresso por Fernanda: “Na maioria das vezes a gente ia pro banheiro pra fazer [muitos risos] bagunça!”. Essa ausência de vigilância disciplinar faz com que as pessoas tenham liberdade para expressar e fazer o que sentem vontade, com a certeza de que não serão descobertos e punidos. O anonimato que o banheiro traz, também permite outras formas de subversão, como os descritos por Fernanda:

Era muita bagunça [risos], muito movimento [risos]. Acontecia muitas coisas [risos]. Os meninos gostam muito de brincar né, tipo quando voltavam da Educação Física sempre com brincadeiras, o banheiro ficava muito cheio né, aquelas coisas de adolescente mesmo, aquela fase só hormônio, puro fogo. Acontecia de os meninos darem em cima de mim, meus amigos gays também [risos]. Na escola também acontecia assim, tipo, as pessoas falavam que acontecia coisas no banheiro. [risos] Tipo assim, sempre aquelas brincadeiras de me pegar no banheiro, mas só assim, oral mesmo. Rolava umas paquerinhas. [risos] Teve uma vez que eu estava lá no banheiro com meu amigo, arrumando o cabelo, passando batom, aí nem percebi que tinha gente no banheiro. Aí o menino saiu do box já armado né, (com pau duro pra fora), aí eu fui lá né, mas foi só oral.

Luma de Andrade, primeira doutora travesti do Brasil, expõe muitos casos semelhantes em sua Tese de Doutorado. Segundo ela:

vejo o banheiro da escola funcionando como um mecanismo afrodisíaco, perigoso e subversivo, estimulador dos desejos sexuais que não se abandonam pelo sexo confortável, mais à vontade, sem riscos de interrupção (...), pois tem seus atrativos insubstituíveis. A ideia de subverter a disciplina, a ordem e o controle impostos pela escola me parece ser o maior atrativo do — esquema do banheiro (...) (2012, p. 167).

4.3.4 As aulas de Educação Física

De acordo com Helena Altmann e amigas (2011), a divisão de grupos em razão de gênero, nas aulas de Educação Física, caiu em desuso desde a década de 1990, com isso, a participação de pessoas Trans nessas aulas deveria ser tranquila. As experiências aqui relatadas são diversas. Andreia nos conta que nunca passou por situações constrangedoras nas aulas de desporto: “sempre foi tranquilo, eu nunca passei nenhum constrangimento assim”. Fernanda não participava muito das aulas práticas, não por sofrer alguma discriminação, preferia ver os meninos jogando, geralmente sem camisa: “nem gostava muito, quando era vôlei eu gostava, quando era futebol eu gostava de ficar torcendo, assistindo ao jogo”.

André descreve com entusiasmo a sua vivência, pois era um craque do futebol:

Então, quando eu estava jogando futebol na escola eu me sentia totalmente completo, o craque, eu jogava e gostava de me mostrar, era super-perfeito, fazia muitos gols, ganhava medalha, então sempre gostei de desporto. O único problema é quando chegava algum limitador como: as meninas não vão jogar; meninas verso meninos; essas baboseiras aí virava uma coisa desagradável, que não me deixava muito à vontade. Fora isso não tive problemas.

Pedro, embora não tenha feito sua transição na escola, gostava muito de atividades consideradas masculinas e participava das aulas, amava jogar futebol e era bem aceito na sua turma, porém, quando tinha que se relacionar com outras turmas, sofria preconceito: “eu jogava futsal com os meninos da minha turma e era tranquilo. O problema não era com os meninos da minha sala, era os de outras salas, de outras turmas”.

Para os homens, praticar atividades esportivas durante a vida escolar é muito natural (Louro,1997), e, em se tratando de futebol no Brasil, é quase uma obrigação. Apesar de muitas mulheres terem se destacado neste esporte, ele ainda é visto como um esporte masculino. Pedro e André, na época mencionada, ainda eram identificados como mulheres, porém conseguiram quebrar as barreiras e serem aceites nesse “lugar só para homens”, tendo seu talento reconhecido.

Daniel nos conta que não sofreu preconceito vindo de colegas nas aulas de desporto, porém foi exposto por um professor, o que o envergonhou bastante, e a partir desse episódio, deixou de frequentar essa disciplina:

Teve um professor de Educação Física que me constrangeu bastante. Ele estava fazendo chamada e aí, eu não sei o que deu, que esse ano o nome de registro está vindo em primeiro lugar, antes do nome social, ele pegou e leu em voz alta lá pra todo mundo ouvir e depois deu o nome social e começou a explicar a lei pra mim, como se eu não soubesse né, pra todo mundo e a sala toda me olhando. Eu fiquei naquele momento assim de desespero, e ele em momento nenhum me pediu desculpa ou coisa do tipo, eu tenho muita raiva disso porque o pessoal da escola que era pra ser superpreparado, eles não são, sabem, fazem pouco caso, não ajudam.

A escola mais vez imprime uma marca corpórea em Daniel, lembrando-o que ele é diferente, que o seu corpo escapa ao processo de re/produção dos géneros inteligíveis e imutáveis e da dicotomia hierarquizante (Bento, 2011). Geralmente a violência preconizada pelos/as docentes é velada, porém, quando se é explícita, como neste caso, tem um peso maior ainda e contribui muito para a expulsão de pessoas Trans da escola (Bento, 2011). A falta de preparação dos/as profissionais da escola, mais uma vez, se revela aqui.

Embora Fábio não tivesse sofrido uma violência explícita por parte de seus/suas professores/as, a violência é personificada na forma de omissão quando, não promovem a aceitação pelos colegas e ainda, reforçam a binariedade homem/mulher, não aceitando sua identidade de género:

Eu não participava. Eu ficava meio constrangido porque eles queriam que eu ficasse com as meninas, aí não dava muito certo, os meninos não deixavam, então eu preferia fazer os trabalhos escritos do que as aulas práticas, era melhor, menos constrangimento.

4.3.5 Preconceito na escola

A escola é um dos piores lugares para assumir uma identidade de gênero fora da norma (Louro, 1999). Dos seis participantes da pesquisa, apenas um não fez sua transição no tempo da escola. Percebemos que, para alguns, foi mais difícil que para outros, e isso se deve a forma como a comunidade escolar reagiu. Pedro não fez sua transição de gênero na escola, mas só de ser diferente, gostar de coisas consideradas masculinas, sofria muito preconceito:

Como desde criança eu brincava com os meninos, porque eu cresci jogando bola, participava dos times de futsal da escola, então sempre tem um idiota, aqueles engraçadinhos da escola, que faziam piadinha né, várias vezes me chamavam de Maria-macho, macho-fêmea, essas coisas assim bem pejorativas!

As crianças aprendem, desde a mais tenra idade, a identificar quem não segue os padrões da sociedade e aprendem a fazer piadinhas, gozações, colocam apelidos que difamam e trazem sofrimento. Assim como Pedro, André também sofreu na escola, desde a infância: “Então, já na infância, tinha uma perseguiçõzinha por ser diferente, na verdade tinha muito bullying”.

Daniel, assim como vários Trans, passou por alguns processos na busca da sua identidade e tudo isso foi vivenciado também na escola:

Olha, quando eu estudava lá na escola do Recanto das Emas, acho que eu estava no oitavo ano, comecei a me descobrir (...) aí, desse tempo que eu estava lá no oitavo ano, eu sofri discriminação, preconceito numa escola, porque eu estava ficando com uma menina, e aí chegou um menino lá e falou uma parada, uma ameaça que ia me bater, eu fiquei com muito medo né, claro(...).

A escola é implacável em sua punição, porque a aceitação da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade (Louro, 1999). Percebemos aqui uma violência anunciada por parte das/os estudantes e, como veremos a seguir, uma violência velada protagonizada pelo corpo docente, que se omite e permite a discriminação:

A diretora chamou a mim e a esse menino que me ameaçou, super despreparada, chamou a gente lá, conversou com a gente, não deu uma punição, não deu nada pra ele sabe? Por isso que as pessoas continuam fazendo de novo e de novo, porque não acontece nada, a diretora só falou que ele você fizesse isso de novo, aí iria acontecer tal e tal coisa, mas nunca acontece (Daniel).

Ele noticia ainda que muitas vezes as provocações e apelidos pejorativos eram feitos na sala de aula, em voz alta, com a presença de professor/a:

(...) os professores viam também as atitudes deles, que ficavam me chamando pelo nome de registro pra me provocar e coisa e tals, mas os professores nunca foram de fazer nada e nunca falaram sobre, dando palestra sobre essas questões de gênero e de sexualidade.

Percebemos na fala de Daniel o quanto ele se sente desamparado pela escola, e esse sentimento de não-pertencimento, de solidão, de ser algo que merece ser excluído é muito frequente na vida de um/uma Trans. A melhor forma de resistir e conseguir continuar frequentando a escola é se unir aos subalternizados, aos que por raça, sexo ou gênero, não se encaixam e são excluídos, foi o que André fez:

Eu era sempre perseguido porque eu fazia parte do grupo dos excluídos e então, a discriminação, xingamentos, opressão, perseguição, enfim o bullying 'corria solto'. Eu nunca fui uma pessoa popular, sempre era perseguido e apedrejado pelos outros.

Daniel, ao mudar de escola, à princípio, não se identificou como Trans, e aos poucos procurou apoio em colegas, sempre com muita cautela porque já havia sofrido muito e continuava sendo vítima de perseguição, piadinhas, etc.:

Por causa dos professores ficarem errando toda vez o nome é... um menino, que foi o meu primeiro amigo de sala quando eu cheguei lá na escola, eu era novato, ele foi meu colega de sala né, ele começou a estranhar e começou a ficar fazendo piadinha até um tempo que, eu fui contando pra poucas pessoas que eu confiava, que eu era Trans e tals e aí esse pessoal me defendia...

As experiências que Fábio teve na escola foram terríveis e ele se via completamente desamparado. A escola está sempre alerta para punir qualquer deslize às normas, não importando os motivos:

Às vezes, eu não estava muito bem e eu já me cortava. Como não dava pra me cortar na sala, eu riscava meu braço com força. Aí me deram uma advertência por causa disso, nem perguntaram o que eu sentia.

Fábio explica que estudou na mesma escola, do jardim de infância ao nono ano, e era uma escola de pessoas religiosas. Infelizmente, algumas correntes da religião Cristã, que deveria seguir os passos de seu grande exemplo, Jesus, andam

em direção contrária a tudo o que Ele ensinou. O amor ao próximo, que resume todos os outros mandamentos, é a base cristã, porém é desprezado. Jesus só condenou uma classe de pessoas: os que condenam os outros a partir de suas convicções, e é esta classe que, em nome de uma religião, exclui, condena e alimenta a prática da discriminação. Fábio fez sua transição nesta escola:

Foi no final do ano que eu cortei o cabelo e mudei minhas roupas para o masculino. Aí no ano seguinte, era todo mundo me xingando, falando coisas, me tratando mal, os que eram meus amigos, se afastaram, aí eu acabei ficando bem isolado. Na minha escola, a maioria era tudo religioso, então pra eles, eu estava errado. E a Direção e os professores também pensavam assim, mesmo vendo o que os outros faziam comigo, eles não faziam nada por mim. Aí teve uma pessoa que mora aqui perto de casa, que as filhas estudavam comigo a vida toda, depois que eu me assumi, ela proibiu as meninas de falarem comigo, nunca mais falaram comigo. Para eles, se eu mudei de gênero, então sou outra pessoa.

A escola reproduz e produz a desigualdade, a diferença, o preconceito, a discriminação. Além de sofrer intimidação, perseguição, agressão, violência, opressão, assédio, ameaça e provocação pelos seus pares, muitos ainda sofrem tudo isto pelos/as professores/as:

Eu sempre estudei em escola privada e isso é um determinante para você ser aceito ou não. Escola privada é um lugar horrível para você se assumir, horrível, horrível, um lugar horrível. As pessoas, os professores lá não têm muita humanização, eu também sofri muito bullying por parte dos professores no Ensino Fundamental (André).

André explana que, principalmente na fase de transição, foi muito perseguido na escola e muito humilhado também: “teve muitas pessoas apontando na minha cara, eu cortei o cabelo e aí uma pessoa da minha turma se achou no direito de apontar o dedo na minha cara e falou assim: - você nunca vai ser um homem de verdade!

Fernanda diz que as brincadeiras de mal gosto nunca a afetaram:

Alguns me chamavam de gay, viado, chamavam tudo na gíria das travestis, que tudo eu levava na brincadeira, mas eu não ligava não, levava tudo na esportiva, agora quando era uma coisa mais séria assim, brincadeira de mau gosto, às vezes, mas eu não ligava não.

Esta decisão de não se importar com a opinião dos outros é uma forma de se proteger, de não deixar que isso te incomode ao ponto de te desanimar, te entristecer e até te adoecer, é uma forma de resistência.

Para tentar vencer o dia a dia difícil da escola, muitos buscam outras alternativas. André, Daniel e Fábio mudaram de escola. Fábio continuou enfrentando muitos obstáculos, inclusive com relação ao uso do nome social. Daniel chegou na nova escola já como homem e, de início, não contou a ninguém que era Trans:

Quando virou o ano, em janeiro, já cheguei na minha psicóloga me assumindo Trans e tals, me assumindo Trans pra todo mundo e pra isso eu achei muito melhor trocar de cidade, estudar lá o nono ano. Eu queria que todos me conhecessem como Daniel, não queria mais esse povo antigo aqui, me chamando pelo nome de registro porque, nossa, isso é muito rolê pra fazer eles mudarem, aí eu decidi mudar de escola e de cidade para estudar...

Um dos benefícios que Daniel tem, é a possibilidade de não chamar a atenção para a sua aparência, que se passa muito bem como um homem Cis. Mesmo ainda não tomando hormônio, ele tem uma aparência e uma voz bem masculina e não se percebe nada dos seios. Já André, enfrentou alguns obstáculos, mas, conseguiu vencê-los:

Quando eu fui para o ensino médio, eu fui para a escola pública. No primeiro ano eu dialoguei com vários professores e eles eram ainda um pouco mente fechada, tanto que eu sofri um pouco de bullying por estar transacionando. Mas quando eu fui para o segundo ano, eu fui mais mudado, eu já estava vestido como um homem e com cabelo curto, sempre cortando. Eu passei todo o Ensino Médio com a mesma turma, então a turma que me viu entrando com o gênero feminino, me viu saindo com o gênero masculino, totalmente transicionado (André).

Outra estratégia de sobrevivência, ou melhor, uma tentativa de se sentir aceite, pertencente ao grupo é negar a sua própria identidade e fazer o que as pessoas esperam que seja feito. Há uma grande resistência em admitir o que é diferente, é algo que desperta o pior nas pessoas, que agem com ódio e intolerância. No caso de André, ele precisou mudar completamente, e funcionou, ele foi incluído:

Teve um período, que foi o mais difícil da minha vida, no oitavo ano, foi quando eu entendi que sofri abuso, e também foi o mais difícil na escola com relação a bullying. Quando eu cheguei na escola, eu escolhi um uniforme com calça de tãtel bem folgada, camiseta bem grande, (...) e eu tinha o cabelo comprido. Aí o pessoal da minha sala, por eu não me arrumar, (...) me apelidaram de Tarzan, faziam piadinhas comigo, falando que eu era feia, me excluía. Então, eu decidi ser o que eles queriam, aí eu

me maquiei, arrumei meu cabelo, coloquei um vestido e fui do jeito que eles queriam e eles me aceitaram.

André percebeu que a maior violência era o que ele estava fazendo consigo mesmo, ao se negar, porque para essas pessoas, ele só teria um lugar, só seria aceito se fosse igual a eles/elas, e isso significava se negar para o resto da vida:

Fiquei uns três meses assim, tentando fazer o que as pessoas esperavam que eu fizesse e foi horrível. Foi um bullying tão grande, que eu sofri na escola, que me fez mudar quem eu era, e isso foi um divisor de águas, tanto que, essa turma, eu encontrei uma página no Facebook, e nesse grupo eles perguntavam: - cadê o fulano, como que ele está? E fazendo piadinhas sobre mim lá no grupo.

André encontrou pessoas muito cruéis, desumanas até, ao longo de sua vida. Essa crueldade é fruto de uma cultura patriarcal que premia a opressão das minorias, que dissemina o ódio e a intolerância, e é muito triste essa realidade. Isso aconteceu com André e continua acontecendo todos os dias em nossa sociedade, principalmente com quem é homossexual, lésbica, Trans...

Fábio foi vítima de preconceito até por gays e lésbicas da sua escola, é um facto curioso já que todos fogem a norma heterossexual. Na verdade, o movimento queer se desenvolveu por se sentir excluído pelo movimento gay e lésbico (Miskolci, 2012):

Na época era uma galerinha de gays e lésbicas, na adolescência, e quando eu me assumi Trans, no geral se afastaram, mesmo eles sendo gays, lésbicas se afastaram. É porque, querendo ou não, ainda tem muito preconceito na população LGBT com pessoas Trans, até entre Trans também. Uma curiosidade, mulher Trans tem preconceito com homem Trans, e muitos homens Trans tem preconceito com mulher Trans, eu vejo muito isso no Facebook e na vida real, tem muito preconceito por causa do genital, isso não deveria acontecer porque afinal, querendo ou não a gente também está trocado, e não tem lógica, mas tem muita gente Trans assim (Fábio).

Felizmente, Daniel encontrou uma escola na qual se sente acolhido e respeitado: “agora que eu estou estudando nessa escola, que eu estou fazendo o segundo ano, está sendo mais de boa”. Cada pessoa tem uma experiência única na escola, embora muitos/as sofram com o preconceito e a exclusão, a forma de reagir difere: “para cada transgênero na escola é uma realidade diferente, às vezes pode chegar a ser um pouquinho igual, mas às vezes é mais dolorido, às vezes é mais de boa, às vezes uma coisa média” (Daniel).

Fábio não suportou a escola, a falta de amigos, a falta de apoio familiar, adoeceu e “abandonou” a escola, na verdade não foi um abandono, foi uma expulsão pelo sistema heteronormativo da escola que fez de tudo para que ele desistisse de estudar, pois a intenção é eliminar quem ‘contamina’ o sistema (Bento, 2011). Para concluir o Ensino Médio, ele fez uma prova oferecida pelo governo, o Encceja¹², e conseguiu ser aprovado. Ao entrar no Ensino Superior, optou pelo Ensino a Distância, a fim de evitar mais sofrimento no convívio universitário.

Andreia relata que sua experiência na escola tem sido muito tranquila, segundo ela, são escolas que se preocupam com o bem-estar do aluno Trans, do aluno homossexual, do aluno negro e não permite preconceito, piadinhas ou discriminação:

A escola em que eu estudava, até por conta do Diretor, ele ajudava muito a gente, ele se preocupava muito com a gente, a escola não permitia discriminação. Quando eu entrei pro Ensino Médio, já foi tudo tranquilo, as pessoas me respeitavam né, porque da mesma forma que eu as respeitava, eu exigia respeito, até hoje! Aí eu tive que mudar de escola, que foi em 2020, para uma escola mais perto da minha casa, e lá teve assim um pouquinho de, como eu posso dizer, foi assim um pouquinho mais difícil, mas cada um me compreendeu e deu tudo certo, só que eu praticamente não estudei na escola, por causa da pandemia.

Andreia, ao ser questionada de que forma ela reflete sobre a sua experiência Trans, já que é praticamente uma exceção, pois foi compreendida pela família desde a infância, não sofreu discriminação na escola e nem em outros espaços sociais, responde:

Eu agradeço muito a Deus por eu nunca ter tido problemas assim na escola, com amigos, com meus familiares porque algumas Trans, elas até se suicidam por conta disso, por causa do desprezo da sociedade, da família, da escola, isso é muito difícil. Eu acho que era Deus, tive sempre a presença de Deus na minha vida e é por isso que eu nunca tive problema, por isso que eu nunca passei por nenhum problema, o que eu teria de diferente né? é nada! O que eu tive foi a presença de Deus em mim, mas eu, a gente sempre lamenta por elas, por passarem por isso, porque é muito difícil a gente ser desprezado só por uma coisa que a gente realmente é, e nós todas somos seres humanos.

¹² Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, é uma prova do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para obtenção dos certificados do Ensino fundamental e Médio.

4.3.6 É possível falar sobre diversidade de gênero na escola?

A escola é um bom lugar para trabalhar a diversidade e a multiculturalidade (hooks, 2013). Mesmo que este tema não faça parte do Projeto Político e Pedagógico da escola, um/a ou outro/a profissional escolar acaba abordando-o nas aulas. Nas escolas que Andreia estudou, o tema era sempre debatido: “(...) teve aulas dos professores e até do diretor também, sobre diversidade sexual, sobre respeito às diferenças, respeito a qualquer tipo de pessoa também. Sempre colocavam vários temas”.

Daniel menciona que em nenhuma das escolas que estudou, esse assunto foi abordado, porém “é possível sim, falar disso e eles devem estar mais do que preparados”. E faz uma crítica ao dizer que, se os/as profissionais de educação não conseguem falar sobre isso, “então quem poderá? se na escola é o local melhor para isso acontecer, o lugar do saber, né”.

Fábio reflete que todos os/as professores/as são capazes de trazer este assunto para o debate. Na sua experiência em sala de aula, ele diz que uma única aula, muito simples, já mudou a forma como os/as colegas de sala de aula olhavam para ele:

Só em uma escola, eu tive uma professora no oitavo ano, e em uma aula ela falou com a gente. Ela falava que tem pessoas que são diferentes, tem pessoas que são gays, que são lésbicas, ela não falava de Trans, mas já falava do LGB, ela explicava pra gente, e ela falava de forma tranquila, sem expor nada sexual, só falava do respeito às diferenças e já fez muita mudança na sala, coisas que aconteciam de discriminação, parou. Começaram a olhar para gente como pessoas normais, não tinha mais aquele olhar esquisito pra gente.

Esta fala: “olhar para gente como pessoas normais, diz muito, tem um profundo significado. Quando entramos em um lugar e não somos aceitos e somos alvos de olhares que nos menosprezam, a nossa tendência é sair desse lugar, porque isto nos causa mal-estar, tristeza. Quando isto acontece na escola, não há lugar para ir, só resta ficar e enfrentar. É difícil compreender que pessoas que se dediquem à

Educação possam fechar os olhos e tapar os ouvidos para isto, não existe mais respeito, compaixão e alteridade.

Fernanda exemplifica que: “nas escolas que eu estudei falavam e hoje em dia é possível falar mais, tem muito mais informações, mas nem todas as escolas estão preparadas, têm essa visão para acolher”.

André teve uma experiência muito interessante. Através da sua explicitação percebemos duas realidades:

Na escola particular não, eles não estavam preparados, a mentalidade deles era muito fechada para isso. Quando eu fui para a escola pública, no meu primeiro ano, ainda não tinha nada sobre isso e eu sofri um pouco. No segundo ano, eu encontrei um corpo de professores que me acolheu de uma forma tão grande, que eles chegaram a passar filmes LGBT para conscientizar as pessoas, eles me conscientizaram sobre o nome social, que eu tinha direito.

Para fazer uma grande diferença na vida dessas pessoas que são diferentes, bastam pequenos gestos. Fábio explicou anteriormente que bastou um momento, e a fala do/a professor/a mudou o comportamento das pessoas para melhor. O poder e a influência que esses profissionais exercem é imenso. O sucesso ou fracasso de um/a estudante depende muito da forma como a escola age. André viveu momentos de imensa dor e sofrimento na escola, mas ele também foi resgatado, acolhido e empoderado na escola:

Esses professores/as me construíram politicamente, eu não era um ser político. Eles me transformaram em um ser político, ciente dos meus direitos, ciente de tudo. Então foi um “Bum” de empoderamento e foi o que muito me deu força e eu criei uma confiança em mim mesmo. Os/as professores/as lá falavam que eu tinha capacidade de conseguir coisas muito melhores para mim, e isso foi me fazendo acreditar muito em mim, algo que eu nunca tinha tido, então eu fui muito acolhido na escola.

A vida de uma pessoa Trans é muita sofrida e nos dois lugares que ela passa a maior parte de seu tempo: a família e a escola, na maioria das vezes, ela é excluída. Quando a escola enxerga a invisibilidade do aluno/a Trans e promove um ambiente acolhedor, ela demarca um lugar para ele/a, e eles/as passam a se sentir pertencentes, se sentir gente:

No último ano, que foi um ano muito significativo, eu já estava dando palestra em algumas turmas sobre o facto de ser Trans. Eu participei de um concurso de poesia de todo o Distrito Federal e minha poesia foi selecionada entre as cinco melhores. Os professores me chamaram na sala dos professores, me abraçaram, me

parabenizaram, disseram que era extraordinário porque ninguém da escola tinha conseguido esse feito ainda.

O que essas pessoas fizeram pelo André foi extraordinário, elas mudaram o sentido da vida dele e o deram nova direção, nova visão, nova capacidade:

Então eu saí da escola preparado para o que viria, acreditando que eu tinha potencial, que eu poderia alcançar coisas muito grandes, independente dos desafios que aparecessem, eu iria vencer. Então, se não fosse essa escola que eu estudei, esses/as professores/as, essa turma que me viu crescer, do momento em que aquela turma me desrespeitou, até o término, que tinha muito respeito por quem eu era, eu não aguentaria todo o baque que eu tive que lidar sozinho depois da escola, porque eu me senti totalmente desamparado depois que eu terminei o Ensino Médio. Você tem que arrumar um rumo e que rumo você vai arrumar se não tem emprego, se você não passou no vestibular e não tem nada. Então eu saí da escola muito confiante em mim mesmo, com a certeza da minha capacidade, sabendo quem eu era, o suficiente para não deixar ninguém me diminuir por ser quem eu sou.

4.4 Com quem contar?

4.4.1 Influência das mídias sociais e redes de apoio.

“Nessa época, não tinha pessoas influentes na mídia, na TV, lutando pelos direitos Trans, nenhum tipo de mobilização por visibilidade Trans, era você por você mesmo e pronto”. Nesta fala de André, percebemos o quanto a internet, a TV e as redes sociais são importantes para pessoas Trans. Como vivem excluídos, com poucos amigos, a internet, a TV, e as redes sociais são a principal fonte de conhecimento e uma forma de apoio, de não se sentirem completamente sozinhos/as.

Daniel revela que quando percebeu que não era só lésbica e que “tinha algo mais” foi pesquisar e recorreu a internet: “Meu primeiro contato com esse assunto foi pela internet vendo vídeos no Youtube”. Fernanda coloca que as informações que ela teve foram “mais com amigos dos meus amigos e também comecei a ver um canal no Youtube, assim, tem vários canais que falam disso mais explicado”.

Fábio não teve nenhuma rede de amigos para lhe indicar o caminho, para ajudar a conhecer e compreender o que é ser Trans e foi também “pesquisar na internet mas, a maioria dos artigos eram todos em inglês, então eu ia traduzindo de pouquinho em pouquinho até conseguir ler tudo”. Ao ser questionado sobre o porquê não procurou nas redes sociais, ele respondeu que “não sabia, por isso que tive muito trabalho”, mas, segundo ele, “ter uma resposta era o mais importante”.

Pedro obteve mais informações sobre Trans primeiramente por um amigo, depois começou a seguir a página do facebook de um ator e modelo Trans famoso: “Meu amigo pesquisava mais e já seguia o Tarso Brant. Aí eu comecei a ver e comecei a me identificar com ele”. Ele disse que na mesma época começou a assistir à novela da Rede Globo, “Força do Querer, que tinha uma pessoa Trans, me identifiquei mais ainda”. As novelas tem um grande alcance e muitas pessoas que não se compreendiam, se identificaram com a/o personagem Trans Ivana/Ivan.

O caminho para o autoconhecimento de André também foi pelas redes sociais e pela TV.

Eu decidi pesquisar o quê que eu tinha, e existia um programa chamado Tabu, no National Geographic, e tinha lá o termo Trans e foi a primeira vez que ouvi alguma coisa relacionado a Trans aqui no Brasil. Eu conheci o John Nelri e a história dele, ele também não tinha se assumido antes, então assim, o homem Trans não tinha muito espaço. Aí eu achei um grupo de apoio no orkut, um grupo de pessoas Trans. Então eu encontrei um amigo, aqui do Guará, que participava desse grupo, e eu pedi ajuda para ele. Porque eu sempre fui muito contido, eu nunca fui e ainda não sou muito militante, então eu criei vínculo com ele e com mais ninguém. Eu tinha uma amiga minha lésbica que me ajudou, porque eu falei para ela que eu era Trans.

É curioso o facto destes/as amigos/as mencionados por André serem novas pessoas que não faziam parte do seu círculo de amizade, mas que o apoiaram em todo o processo e mesmo sendo somente virtual, André se sentiu acolhido e fortalecido por eles/as:

Enfim, quem me ajudou nesse processo foram esses dois amigos que eu encontrei na internet, uma amiga de São Paulo e um amigo aqui do Guará, e eu fiquei com amizade com eles durante 5 anos, sem vê-los, só pela internet, mas eles me ajudaram por todo o processo de transição, à distância.

Um facto importante da vida dessas pessoas e de muitos Trans é a solidão. Fábio refere que: “Nessa época, pode dizer assim, eu estava sem amigos, então eu passei essa fase mesmo sozinho e depois que eu transicionei muita gente se afastou, então eu quase não tenho amigos hoje em dia”.

Assim como Fábio, André também teve somente seus novos amigos virtuais para o apoiar, concordando com o que Fábio disse ele complementa: “Quando a gente transiciona, eu sinto que a amizade morre, porque eu não consigo chegar numa pessoa que eu tinha amizade naquela época e falar que agora eu sou o André, eu me transformei e tal, eu não consigo, eu simplesmente deixo a amizade morrer”.

Dentre os participantes, apenas Andreia relatou que teve o apoio da família e de amigos. Daniel, que sofreu muito por causa da não aceitação de sua família, explica que: “eu não caminhei nisso sozinho, tive amigos por mim e para me ajudar. A relação com alguns amigos mudou e alguns se afastaram, mas outros continuaram ao meu lado, me apoiando em tudo.

4.4.2 Apoio da rede de saúde

No Brasil, o movimento civil organizado de Travestis e Transexuais conquistou diversos avanços em relação às políticas públicas de saúde, embora ainda esteja aquém do ideal. Cinco estados não possuem nenhum atendimento específico para pessoas Trans e os estados que já possuem, são praticamente limitados à capital. No caso dos participantes deste estudo, apenas dois estados estão representados.

No Distrito Federal, existem centros preparados para atenderem adolescentes Trans, com uma rede de apoio multidisciplinar. Daniel era atendido lá e nos explica melhor:

Eu participava do Adolescento, mas não era muito frequente não, quem era mais frequente assim era a minha amiga, acho que foi por ela que eu descobri. Lá é bem legal, tem uma rede de apoio, eu participava de reuniões com um grupo de adolescentes Trans, era com psicólogo. Lá também tem psiquiatra, hebiatra, endocrinologista, assistente social, um monte de gente.

Além disso, Brasília conta com o Ambulatório de Gênero do Hospital da Universidade de Brasília, que funciona desde 2016. Fábio começou seu tratamento lá e depois mudou para o Hospital Dia, por causa da distância:

“Eu consegui acompanhamento pelo HUB, lá tinha um grupo de pessoas Trans que eles atendiam né. Tanto que, na época, até o psiquiatra era um homem Trans e lá foi tudo mais tranquilo. Lá eles me encaminharam para o endócrino, psicólogo e psiquiatra. Eu fiquei lá por quase 3 anos.

Pedro faz acompanhamento do Ambulatório Trans do Hospital Dia, um serviço oferecido pelo Governo Estadual desde agosto de 2017. Ele gosta muito do atendimento e já foi atendido “por todos eles, psicólogos, psiquiatras, endocrinologista. Lá tem acompanhamento, tem ajuda, tem Assistente Social, bem completo, bem bacana mesmo, os psicólogos são muito bons, a psiquiatria é muito boa”.

Esse ambulatório Trans é muito elogiado pela comunidade Trans. André, que realiza seu acompanhamento na rede privada, já utilizou um dos serviços oferecidos: “eu sofri transfobia e fui lá no Ambulatório, eles me ajudaram a registrar ocorrência,

fizeram um parecer. Segundo Pedro, além disso, “é oferecido apoio para mudança de documentos, apoio social no caso de violência, apoio no caso de falta de recursos para alimentação, fazem de tudo pelos Trans”. André ressalta que “aqui em Brasília, o Trans não passa essa necessidade, se ele precisar, ele tem aquele acesso a tudo, tudo”!

No estado do Piauí, Andreia faz acompanhamento no ambulatório Trans do Hospital Getúlio Vargas, que foi inaugurado em janeiro de 2020. Segundo ela, o atendimento é realizado de forma multidisciplinar, que além dos apoios de psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, contam também com ginecologista e urologista.

O acesso ao atendimento especializado de saúde é muito relevante para a população Trans porque, na maioria dos locais, existe um despreparo para receber uma pessoa Trans, geralmente, não respeitando o nome social, trazendo constrangimento. Além disso, há também uma resistência no acolhimento, pois alguns profissionais se recusam a atendê-los/as ou ainda, quando o fazem, são humilhados/as, é uma violência institucionalizada.

A vida das pessoas Trans é cercada pela negação dos direitos. O direito à saúde não permite que os hospitais recusem atendimento a uma pessoa, sob nenhuma justificativa. Todavia, os/as profissionais que atuam na saúde não são capacitados/as para lidar com a diversidade de gênero e com as especificidades da população Trans. Se tivéssemos uma educação voltada para a diversidade de gênero, desde a educação básica, todos os profissionais, independente dos lugares que ocupam, saberiam respeitar e permitir que pessoas diferentes usufruam da dignidade que lhes é devida.

4.5 Recomendações nas vozes dos/as participantes

Existem muitos estudos que discutem, problematizam e descrevem o que se pode fazer para amenizar o sofrimento de pessoas Trans na escola. Além de grandes teóricos, as vozes de quem vivencia na pele são muito importantes pois demonstram como eles e elas refletem sobre o sofrimento vivido na escola. Louro (2008b) propõe uma pedagogia que coloca a diferença como tema central, não para que seja apenas tolerada, mas valorizada e problematizada:

A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (p.48,49).

Concordando com Louro (idem), André afirma que “precisa ser um assunto debatido na escola com as crianças, com adolescentes, com jovens”. Andreia reforça ao dizer que:

Todos os professores deveriam falar mais sobre isso porque quase todas escolas têm pelo menos uma ou mais pessoas que são LGBT. Então, todos os professores e diretores deveriam ter esse conhecimento, para que nenhum/a aluno/a tenha que sofrer essa discriminação por outro/a colega em sala e de Diretor/a também.

Cada um/a sugere algo de acordo com a sua experiência, lembrando-se do que mais o/a incomodou ou ainda incomoda na escola. Dessa forma, Daniel gostaria que além do debate, a escola fosse mais segura e mais justa e promovesse o respeito:

Poderiam melhorar mais a segurança dessas pessoas que são LGBTQ+ nas escolas, passarem confiança para que eles se sintam à vontade de ir na diretoria registrar um caso de preconceito e a pessoa ser punida para que fique de exemplo, ter palestras e falarem mais sobre nós e pregar o respeito na escola e sendo assim iria diminuir e as pessoas iriam ter mais o senso de não fazer coisas do tipo e haveria mais respeito.

Fernanda fala sobre a questão dos banheiros e sugere que a escola fosse mais democrática: “Podia ter um banheiro para as travestis e no conselho de classe, que tem a participação de alguns/mas alunos/as e de alguns pais, podiam falar sobre isso né, sobre diversidade de gênero. Tem muita coisa que a escola pode fazer”.

Pedro também se lembra do banheiro, que é um assunto complicado porque a cultura patriarcal que só enxerga homem/pênis e mulher/vagina ainda é muito

arraigada, mas, para ele, o mais importante é falar sobre diversidade de gênero, diferenças, preconceito:

É um tema que deveria ser falado mais né, porque ainda é bem tabu dentro da escola e não, como eu posso dizer, não rotular as coisas como plaquinha de banheiro masculino e feminino, banheiro ser banheiro e pronto, sem rotular. Ou faz um banheiro feminino, um masculino e um não binário, que é outra saída, né, não sei. Eu acho que primeiro de tudo tem que ser muito falado a respeito, porque não adianta nada fazer uma mudança dessa e as pessoas não terem respeito, não saber do que se trata. Acho que tem que ser um assunto que precisa ser muito falado, e mesmo muito falado sempre ainda vai ter o pessoal mente fechada, mas eu acredito que seja muito difícil para pessoas Trans hoje em dia nessa fase escolar.

André alerta que a escola tem o poder de mudar a opinião e a forma como as pessoas veem um Trans, porque ela traz o conhecimento e ainda que este tema dificilmente será debatido em casa:

Tem que ser debatido na escola porque isso não vai ser debatido em casa. A escola ainda é um lugar que não ensina só conteúdo, ela também faz o papel de ensinar para a vida, se não existir esse ensinamento na escola como vamos ter mais respeito, menos intolerância?

Fábio pensa que, se esse tema fosse trazido para escola, haveria muito menos intolerância, ele sugere:

Algumas palestras sobre inclusão seriam bacana, filmes como "Meu Nome é Ray", como o filme "Tomboy", e é muito bom discutir sobre o filme. Seria muito bom para as pessoas entenderem e não estarem discriminando. O Tomboy por exemplo, ninguém sabia que ele era menina e não discriminavam, aí depois, ninguém mais quis brincar com ele, e isso acontece muito, não só na escola, mas em todos os lugares.

Fábio destaca uma questão muito importante, que contribui muito para uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa, é começar a ensinar na infância, entretanto sabemos que há uma grande resistência social quanto a isso, pois acham que, falar sobre diversidade de gênero na infância é o mesmo que doutriná-los/as e incentivá-los/as a serem Trans.

Seria muito importante esse entendimento por parte das pessoas, ainda mais se começar a ensinar quando criança, porque criança entende muito mais rápido. Eu falo assim porque, na época que eu escolhi o nome, eu cheguei e conversei com meus sobrinhos e eles super entenderam, fácil assim, tá bom, então agora você é o tio Fábio. Enquanto que os adultos até hoje, tem adultos da família que não me respeitam. As crianças são mais abertas à inclusão de gênero.

André lembra que no atual momento histórico e político brasileiro, os extremistas conservadores ameaçam, não só os direitos conquistados pelas pessoas Trans, mas a sua própria existência, contribuindo muito para o aumento de manifestações de ódio e violência. Talvez por isso, muitos jovens anseiem pelo debate, para entenderem melhor o que está acontecendo e para saberem se concordam ou não:

No Brasil, está sendo difícil ultimamente porque a gente está regredindo, mas o debate é muito importante. Eu dei aula como Educador social e dava aula de matemática. Eu também trazia temas para os alunos debaterem. Eram 10 alunos, na aula de matemática tinham apenas 2, na aula de debate que eu criei, que era totalmente livre, eles não precisavam assistir, tinham 10 alunos. E debatemos esses temas polêmicos e eles participavam, expunham seus medos, seus sentimentos. Uma música, uma história, um livro, um teatro, um filme, uma novela, tudo isso traz coisas para pensar e debater, para ouvir e ser ouvido.

Ele ressalta o quanto o facto de se conhecer melhor sobre o que é ser Trans pode promover uma vida mais digna e com menos sofrimento para uma pessoa Trans:

Se alguém encontra uma pessoa Trans na rua, e ela nunca debateu, ela nunca falou sobre isso e a única coisa que ela escutou foi que era errado ser dessa forma, ela vai reproduzir o que se espera, ela vai julgar e achar que a pessoa Trans é errada. Porém, se ela conversou sobre, se ela já viu um filme, ouviu uma história, conheceu a realidade de uma pessoa Trans, já conversou com alguém que é amigo de uma pessoa Trans, ou ouviu um professor falar sobre o tema, quando ela encontrar uma pessoa Trans ela não vai falar: - Olha o traveco! Ela não vai tratar com desrespeito, ela não vai perguntar para pessoa Trans qual o nome de registro, nem chamar do género atribuído no nascimento.

Conclusões

Existe um lugar para as pessoas Trans na escola? Ao longo deste estudo, esta foi uma indagação constante, sempre com a esperança de encontrar respostas positivas e caminhos possíveis. O sistema heteronormativo presente na nossa sociedade constitui-se como um grave problema para aqueles/as que não o seguem, por isso, os/as jovens Trans precisam buscar formas para resistir, principalmente na escola. Para auxiliar nesta busca de respostas sobre o lugar dos/as jovens Trans na escola, outras questões são pertinentes e suas abordagens nos ajudam a construir este caminho.

Dentro da escola, como é o relacionamento com os seus pares e com os/as profissionais de educação? Quais são os constrangimentos e limitações que porventura sofrem na escola? Quais são as possibilidades de resistência de estudantes Trans diante do sistema heteronormativo da escola?

Este estudo teve como metodologia a abordagem qualitativa biográfica de histórias de vida, que é centrado no sujeito e suas subjetividades, dando relevo às experiências, permitindo a construção e a reconstrução dos significados através da linguagem, empoderando as vozes dos/as seus/suas contadores/as por meio das análises. É salutar ressaltar que o este estudo não tem a intenção de tornar os resultados aqui encontrados como uma única verdade e muito menos generalizar, pois contamos com apenas 6 colaboradores/as.

Embora dar voz as/os jovens Trans seja o aspecto mais importante deste estudo, é necessário um enquadramento teórico para que a análise seja melhor compreendida, contextualizada e bem fundamentada. Por isso, iniciamos o primeiro capítulo com o patriarcado e sua influência para a perpetuação da violência de gênero e normatização da heterossexualidade compulsória e hierarquizando os gêneros de acordo com a supremacia masculina. Abordamos os movimentos feministas e suas contribuições, que, ao se organizarem e lutarem contra a opressão promovida principalmente pelo patriarcado, introduziram o conceito de gênero, de heteronormatividade e de binaridade normatizadora, o que permitiu muitos avanços e conquistas libertadoras.

Analizamos também o feminismo negro e sua contribuição para a análise das multi-opressões que são interseccionais e não somente na análise da opressão da mulher pelo homem, o que contribui muito para compreendermos melhor as pessoas Trans. Seguimos com o movimento *queer* e Trans, que voltaram seu olhar para os que estão fora da norma heterossexual e que vem conquistando a melhoria da qualidade de vida destas pessoas e possibilitando uma luta mais igualitária. Terminamos o primeiro capítulo com a construção das identidades *queer*, que acrescenta muito à compreensão das violências e opressões sofridas por pessoas Trans, pois analisa o género não como um constructo social, mas como performativo, fluido e plural e que foge a dicotomia masculino e feminino.

Concluimos a parte teórica com uma explanação da escola como um lugar de reprodução da cultura patriarcal e das opressões advindas disto, como um lugar de vigilância das normas heterossexuais, mas também, e principalmente, como um lugar de muitas possibilidades de resistência, de debate, de convivência plural e de libertação.

Conforme observamos ao longo das narrativas, pessoas Trans enfrentam muitos obstáculos ao longo da vida. Desde a infância, apresentam comportamentos e preferências que não se encaixam em os papéis esperados para homem e mulher, por isso, são constantemente cerceados e os dispositivos da matriz heterossexual são reiteradamente acionados, fazendo-os/as perceberem que algo está errado.

Confirmando as teorias (Bento, 2008, 2011; Louro, 1997), a escola continua se mostrando como um contexto que atua na manutenção da heterossexualidade, fazendo com que a criança vivencie experiências e reproduções do que é ser feminino e masculino. As performances das crianças são vistas como um parâmetro da construção de sua identidade de género e sexual. Neste sentido, a escola atua para a manutenção dessas performances quando condiz com o esperado ou pela eliminação, através de constantes estigmatizações e discriminações.

Nas narrativas, percebemos que, desde o jardim de infância, a escola já permite que as crianças sejam intolerantes com quem é diferente, pois valoriza somente quem segue os padrões normativos, fazendo com que essas crianças sejam

obrigadas a conviver com “piadinhas” e apelidos depreciativos, sendo constantemente repelidas. Em todos os relatos, meninos e meninas performaram algo inesperado (Butler, 2003) como preferências por um gênero diferente ao atribuído no nascimento, por isso foram excluídos/as e, desde cedo, aprenderam que não havia lugar para pessoas como eles e elas na escola. Com a puberdade isso se agrava ainda mais deixando marcas profundas nos/nas jovens Trans.

É na adolescência que a maioria dos meninos e meninas compreendem a sua identidade e procuram adequar a sua aparência ao que se entende ser. Esta busca pela transformação corporal é potencializada, principalmente, pela mudança que a puberdade provoca no corpo. Ao observarmos as narrativas, percebemos que a adolescência é uma fase muito difícil para o/a jovem Trans, em todos os contextos que circulam.

André, Andreia, Fábio, Fernanda e Daniel tinham esperança que seus corpos seguiriam suas mentes e eles seriam aquilo que desejavam. A puberdade destruiu esse sonho e, nesse momento, eles/as foram em busca de informação para descobrir porque eram dessa forma. O facto de buscarem informações para descobrirem suas verdadeiras identidades está ligada à nossa cultura patriarcal, onde só existe homem-pênis e mulher-vagina (Louro, 2004; Bento, 2011) e tudo o que foge a isto não pode nem mesmo ser pronunciado. Essa falta de conhecimento e até de informações básicas acabam provocando muito sofrimento.

Na família, eles/elas enfrentaram também muitas adversidades. Em muitos estudos, as pessoas Trans são expulsas de casa, porém, neste estudo, isto não aconteceu com nenhum/a dos participantes de forma direta. Para a família, lidar com essa novidade é também muito difícil, embora todos/as referiram que desde a infância já eram diferentes, que eram corrigidos em casa e que a família já sabia, porém, o que os/as pais/mães/avós/avôs desejam é que seus/suas filhos/as continuem com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Percebemos que durante a transição os conflitos são imensos dentro de casa, porém depois de um tempo, a família acaba aceitando seus/suas filhos/as.

Pedro, que fez sua transição mais tarde, entendeu o processo que seu pai e sua mãe viveram, segundo ele foi um luto porque morreu a filhinha deles e, de certa forma, Pedro era o culpado. Nesta fase, toda a família vive um processo de luto, é difícil para eles compreenderem o que está acontecendo. Além da falta de conhecimento, a família foi educada em uma cultura machista, onde só existe uma possibilidade e toda e qualquer transgressão não é tolerada. A família sofre pela perda do/a filho/a e sofre por saber que a sociedade não os/as aceita e que tal rejeição será dolorida para eles/as.

Antagonicamente, enquanto a família vive o luto, o/a jovem Trans está ansioso/a para renascer no corpo que está na sua mente e busca todos os meios para que isso aconteça. Nesta busca mudam o cabelo, as roupas, os gestos, a forma de andar, mas, a maior mudança corporal é realizada através da hormonização e, assim como em outros estudos (Bento, 2003), a maioria dos/as jovens Trans que aqui participaram, começaram a usar hormônio sem ir a uma consulta médica e sem receituário. Ansiosos com os resultados, pesquisam na internet ou se informam com amigos/as e tomam quantidades erradas, tipo de hormônios errados, o que faz com que sofram bastante com os efeitos colaterais, com aparência indefinida e ainda podem ter danos futuros na sua saúde.

No meio desse processo de busca por aceitação da família e início da transição de gênero, está a escola. Dos/as seis participantes deste estudo, cinco fizeram sua transição enquanto estudavam. Para todos/as nós, a fase da puberdade, geralmente, já é cheia de complicações e para um/a adolescente Trans a complicação se multiplica, a aparência fica duvidosa e por causa do binarismo determinante as pessoas não sabem como identificá-los/as e reagem de diversas formas: ameaçando, xingando, agredindo, excluindo.

Observamos que, para as pessoas Trans continuarem estudando, é necessário um grande esforço porque a escola heteronormativa usa todo o seu poder para excluí-los/as. As violências são constantes, do momento em que chegam para as aulas ao momento em que saem. Olhares de deboche, olhares que constrangem, piadinhas, apelidos pejorativos são constantes e não são as únicas formas de violência (Louro, 1997). Muitos ainda sofrem por não serem respeitados quanto à sua

identidade de gênero, pois muitas escolas ainda negam o direito ao nome social e usam pronomes inadequados. A mudança de nome faz parte da construção da identidade Trans (Preciado, 2014) e ao rejeitar o nome, a escola está negando a existência Trans, o direito à individualidade, à dignidade, em uma tentativa de eliminá-los/as do convívio escolar.

A questão da aceitação do Nome Social é muito séria e muito importante para a pessoa Trans. Neste estudo, Fábio explicou que mudou de escola duas vezes por causa da não aceitação do seu nome e isso lhe trouxe muito sofrimento pois não era respeitado. Fábio era constantemente agredido na sua dignidade, sentindo que não era bem-vindo na escola, o que acabou culminando na desistência de continuar a estudar e indo parar nas estatísticas da evasão. Analisando, percebemos que na verdade a escola o expulsou (Bento, 2011) quando permitiu que ele fosse tratado de forma desumana, quando não lhe garantiu direitos essenciais, quando não preveniu ou coibiu a violência contra ele.

Cada pessoa tem uma forma de resistir e de lutar. Constatamos nos relatos que fazer a transição na mesma escola onde já se era conhecido com outro gênero é muito difícil, pois sofrem uma rejeição generalizada, de todos/as da escola (Louro, 1997), tornando o convívio diário insuportável. Ao serem subalternizados e rejeitados esses/as jovens, mesmos fragilizados, são resilientes e continuam buscando o seu lugar, não se permitindo desistir de tentar. Assim, umas das formas encontradas é a mudança de escola, e neste estudo três jovens Trans decidiram mudar de escola para que fossem conhecidos somente com o gênero que se identificam e, desta forma, conseguissem ser aceites.

Embora seja alvo de controvérsias, a aparência determina muito a forma que serão tratados/as (Viviane V, 2015; Lanz, 2015; Pontes & Silva, 2017). A sociedade costuma aceitar Gays que não são afeminados, lésbicas não masculinizadas e toleram também homens e mulheres Trans que não são estereotipados/as. Aqueles/as que conseguem se passar por 'normais', extinguindo a sua marca corpórea Trans (Bento, 2017), sofrem menos violência e acabam sendo aceites.

O uso do banheiro na escola continua sendo polêmico e acrescenta a lista dos lugares de exclusão da pessoa Trans. Neste estudo, as mulheres Trans não sofreram nenhum tipo de constrangimento ao usar o banheiro feminino na escola; porém, os homens Trans sim, que por medo, não o usavam, o que trouxe consequências na saúde e mais sofrimento, uma vez que não podiam gozar de um direito inerente ao ser humano, que é satisfazer suas necessidades fisiológicas. Esta rejeição ao homem Trans se explica porque vivemos em uma cultura patriarcal onde há um policiamento de gênero, não permitindo serem reconhecidas outras categorias que não seja homem-pênis (Bento, 2008, 2011).

Neste estudo, tivemos duas situações diferentes das demais, com as duas mulheres Trans. Andreia tem a aparência de uma bela mulher Cis e talvez por isso, por ser passável, nunca foi alvo de hostilidades na rua ou na escola; ela também relatou que foi compreendida e aceita pela família desde a infância, o que configura uma exceção. Fernanda, de todos os/as entrevistados/as, é a mais desfavorecida economicamente e, ao fazermos uma análise interseccional, compreendemos porque ela ainda não teve acesso aos serviços públicos, não conseguiu mudar os documentos, não conseguiu atendimento médico, não conhece seus direitos e não sabe como fazer tudo isso. A sua habitação é precária e, por muito tempo, ela não teve acesso à internet, só recentemente obteve um celular com uma internet que tem pouca durabilidade. As pessoas que a cercavam eram da mesma condição dela e por isso também não tinham muitas informações. Ela não tem nenhum conhecimento sobre as Associações, sobre o ambulatório Trans nem sobre a facilidade para mudar seus documentos civis porque a informação necessária não a alcança.

É notório que as Associações tiveram grandes conquistas de direitos para as pessoas Trans: os atendimentos médicos, a retirada dos transtornos de identidade de gênero do capítulo de doenças mentais do CID, a mudança de documentos e muitas outras questões, porém, percebemos, ao longo deste estudo, que as Associações LGBTQIA+ não fazem parte diretamente da vida destes/as participantes, não alcançando quem mais precisa, como por exemplo, Fernanda. Suas atuações ainda estão limitadas e seu alcance se faz principalmente através da internet e que grande parte da população vulnerável socialmente ainda tem dificuldade em acessar.

Ao longo de toda a narração destas histórias de vida percebemos que a maioria tem uma vida inteira marcada por muito preconceito, muito sofrimento. Quando algumas pessoas são excluídas em alguns lugares por outras discriminações, elas podem buscar outro lugar e, com alguma luta, o encontram. Todavia, as pessoas Trans não têm, ainda, um lugar para onde possam ir sem serem excluídas, mesmo resistindo, lutando, suas vidas são marcadas pela exclusão permanente. Entretanto, entendemos pelos relatos e pelas próprias sugestões dos/as jovens Trans que a escola tem o poder de mudar essa realidade.

Talvez o/a docente não dimensione o poder que tem em suas mãos, como eles/as podem fazer a diferença na vida de todos/as, principalmente, o poder de mudar a realidade das minorias que sofrem preconceito e exclusão na escola. Andreia, Fábio, Daniel e André expuseram situações em que, com a intervenção de um/a professor, a realidade de exclusão foi mudada.

A escola é um lugar muito rico para se falar de multiculturalidade e diversidade e quando se trazem esses temas para dentro dela se conseguem resultados incríveis. Quando se esclarece, quando se debate (hooks, 2013), quando se dá voz a todos/as, a repercussão é muito positiva. O relato de André sobre a postura dos/as professores que o acolheram é emocionante, o que eles/as fizeram foi formidável, ele foi compreendido, aceite, deram-lhe um lugar com dignidade e é o que gostaríamos de ver em todas as escolas.

Além disso, André elucidou que ele foi tão empoderado na escola que se sentiu muito mais forte e preparado para continuar resistindo, continuar lutando, continuar buscando o seu lugar na sociedade. Assim, embora a maioria das pessoas Trans ainda não tenham um lugar na escola, a vivência de André confirma que a escola tem o poder de mudar essa situação, que todas as pessoas Trans podem ter o seu lugar com dignidade e com respeito. A escola é o lugar das possibilidades, podendo promover o desenvolvimento de capacidades pessoais para que eles/as possam continuar acreditando em si e vencendo os obstáculos da vida.

Ademais, à medida que as pessoas que frequentam as escolas são esclarecidas e conscientizadas quanto a diversidade de gênero e diversidade sexual,

deixam de agir com preconceito e aos poucos podem mudar toda a escola, toda a comunidade, possibilitando que problemas como uso do banheiro, falta de respeito a autoidentificação de gênero, violência, ameaça, xingamentos, opressão deixem de existir pois seres humanos serão tratados como humanos.

Este estudo não se encerra em si mesmo pois ainda há muito o que explorar na relação das pessoas Trans com a escola desde a infância até a adultez. É necessário que as Ciências da Educação olhem para esta categoria e dê voz a eles e elas. Quanto mais se falar sobre isto, quanto mais estudos tivermos, maior será o alcance, maiores serão os resultados e com certeza poderão mudar a realidade da invisibilidade das pessoas Trans na escola e provocar uma mudança de atitude.

Este estudo foi todo construído em meio a pandemia, por isso os encontros foram virtuais. O momento do encontro impacta muito no resultado final, todos/as nós temos enfrentado dificuldades com a pandemia. Manter a mente saudável é um desafio para todos/as e para as/os Jovens que entrevistei também. Deste modo, o resultado deste estudo reflete este contexto pandêmico. Em outro momento, no futuro, em uma realidade sem pandemia, o aprofundamento desta temática pode ser realizado com diálogos presenciais, com convivência, com trocas muito mais pessoais e poderá trazer uma profundidade diferente. Uma outra alternativa de estudo no futuro poderá ser, também, a etnografia que permite um aprofundamento importante para compreender bem a identidade Trans e a relação com a escola. Portanto, este tema ainda pode e deve ser muito estudado, pois ainda existem muitas possibilidades a serem exploradas.

Referências Bibliográficas

- ABGLT (2016). Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>
- Akotirene, Carla. (2018). *O Que é Interseccionalidade*. Editora Letramento.
- Altmann, Helena; Ayoub, Helena & Amaral, Silvia Cristina Franco. (2011). Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? *Revista Estudos Feministas*. 19(2), 491-501. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200012>
- Almeida, Miguel Vale de. (1996). *Corpo Presente, treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oueiras: Celta Editora.
- Amado, João. (2014). *Manual de Investigação qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/35271>
- Andrade, Luma Nogueira de. (2012) *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado em Educação. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>
- ANTRA (2018). Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>
- ANTRA (2020). Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. <https://antrabrasil.org/noticias>
- Assis, Dayane. (2019). *Interseccionalidades*. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30892>
- Bardin, Laurence. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70
- Beauvoir, Simone de. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Difusão Europeia do Livro.

- Beauvoir, S. (2007). As Estruturas Elementares do Parentesco, de Claude Lévi-Strauss. Campos. *Revista de Antropologia*, 8(1).
<http://dx.doi.org/10.5380/cam.v8i1.9547>
- Bento, Berenice. (2003). *Transexuais, corpos e próteses*.
https://scholar.google.com/citations?user=BVYT_JYAAAAJ&hl=th
- Bento, Berenice. (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Garamond.
- Bento, Berenice. (2008). *O que é transexualidade*. Brasiliense.
- Bento, Berenice. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Revista Estudos Femininos*. 19(2), 548-559
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016
- Bento, Berenice. (2014). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, 4(1), 165-182.
- Bento, Berenice. (2017). *Transviad@S: Gênero, sexualidade e direitos humanos /brasil: do mito da democracia as violências sexual e de gênero*. EDUFBA.
- Butler, Judith. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (2. ed., 151-172) Autêntica
- Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. (2017). Alianças *Queer* e política anti-guerra. *Estudos Gays: Gêneros e sexualidades*, 11(16). Bagoas.
<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530>.
- Cambi, Franco. (1999). *História da Pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (Feu).
- Collins, Patricia Hill. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*,

31(1), 99-127. <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>

Crenshaw, Kimberlé. (1989). *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 538–554. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. 10(1) https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&lng=pt

Crenshaw, Kimberlé. (2012). *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>

Davis, Angela. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo. <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/ensino-emergencial/2020.1/outras-indicacoes/Angela%20Davis%20-%20Mulheres-%20raca%20e%20classe%20-Boitempo.pdf/view>

Dubar, Claude. (2006). *A Crise Das Identidades: A Interpretação De Uma Mutação*. Edições Afrontamento.

Esteves, Manuela. (2006). Análise de conteúdo. In: Lima, Jorge Avila & Pacheco, José Augusto. (orgs.). *Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. 105-126. Porto Editora.

Fausto, João Oliveira. (1846). *Acerca da Menstruação, Seguida de Regras Higiênicas Relativas às Mulheres Menstruadas*. Tese de Doutorado. Faculdade de <https://bdor.sibi.ufrrj.br/bitstream/doc/823/1/358196.pdf>

Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Paz e Terra.

Freire, Paulo. (1987b). *Educação como prática da Liberdade*. 14. ed. Paz e Terra.

Freire, Paulo. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

- Freire, Paulo. (2011). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.
- Foucault, Michael. (2004). *Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Vozes.
- Gênero e Número (2021). Reportagem sobre o atendimento à ANTRA: saúde de pessoas Trans durante a pandemia. <https://www.generonumero.media/saude-trans/>
- Grossi, Mirian Pillar. (1998). Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia*, 24, 1-14. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. http://bibliobase.sermis.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_de_genero_revisado.pdf
- Harding, Sandra (1986). From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism. In Harding, Sandra. *The science Question in Feminism* (pp.15-29). Cornell University Press.
- Harding, Sandra G. (1991). *Whose science? Whose knowledge? thinking from women's lives*. Cornell University Press.
- Hirata, Helena. (2014). Gênero, classe e raça. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 26(1), 61-73. <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>
- hooks, bell. (1995). Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, 3(2), 464-478. <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040029&forceview=1>
- hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.
- hooks, bell. (2014). *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo*. Tradução da Plataforma Gueto. https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf
- hooks, bell. (2015). Mulheres negras moldando uma teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* 16. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

- hooks, bell. (2018). Feminismo: uma política transformacional. In *Gênero E Performance*. Maria Manuel Baptista. 167 - 178.
https://ria.ua.pt/bitstream/10773/25237/1/GEFE_ebook.pdf
- ILGA. (2017). Intervenção lésbica, gay, bissexual, Trans e intersexo (Portugal).
https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/ILGA_ENAE_2016-2017.pdf
- Jesus, Jaqueline Gomes de. (2010). Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: Reflexões sobre o direito ao gênero. In *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares*. 80-89. Universidade de Brasília
- Jesus, Jaqueline Gomes de. (2012). *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos*. 2ª ed. Fundação Biblioteca Nacional.
- Lanz, Letícia. (2015). *O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFP.
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Laqueur, Thomas. (2001). *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução: Whately, Vera. Relume-Dumará.
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840778/mod_resource/content/0/Thomas-Laqueur-Inventando-o-Sexo\(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840778/mod_resource/content/0/Thomas-Laqueur-Inventando-o-Sexo(1).pdf)
- Lerri, Maria Rita; Romão, Adriana; Santos, Manoel Antônio; Giami, Alain; Ferriani, Rui Alberto; Lara, Lúcia Alves da Silva. (2017). Características clínicas de uma amostra de pessoas transexuais. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* 39(10), 545-551. <http://dx.doi.org/10.1055/s-0037-1604134>.
- Louro, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_g_enero_26_ago_15.pdf

- Louro, Guacira Lopes. (2000). *O Corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Autêntica. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100012
- Louro, Guacira Lopes. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Louro, Guacira Lopes. (2004). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Louro, Guacira Lopes. (2004b). Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. *Imagem e diversidade sexual*. 23-28. Nojosa.
- Louro, Guacira Lopes. (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. <https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>
- Magalhães, Maria José. (1998). *Movimento feminista e educação: Portugal, década de 70 e 80*. Celta editora.
- Magalhães, Maria José; Pinto, Helena & Tavares, Manuela. (2003). Os Feminismos e a UMR: Uma Reflexão a Propósito de Aprofundar a Democracia no Mundo da Vida. In: Magalhães, Maria José; Marques, Carmo Marques; Silva, Sofia Marques da. (Coord). *Impressões sobre feminismo: Pensar a democracia no mundo da vida*, 19 -29. UMR.
- Magalhães, Maria José. (2012). Construção do sujeito mulheres: subjectividades das vozes e dos silêncios. In Magalhães, Maria José et al. *Pelo Fio se vai a meada*. Ela por Ela.
- Magalhães, Maria José & Tavares, Manuela. (2018). Os contributos dos feminismos na luta contra a violência sobre as mulheres. In Isabel Dias (org.) *Violência doméstica e de género: Uma abordagem multidisciplinar*. 157-173. <https://hdl.handle.net/10216/117525>
- Manacorda, Mario Alighiero. (2001) *História da educação: Da antiguidade aos nossos dias*. 9ª Ed. Cortez.

- MEC. (2020). Plano Nacional de Educação <http://pne.mec.gov.br/>
- Ministério da Saúde. (2004). Programa Brasil sem homofobia. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf
- Miskolci, Richard. (2012) *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2^a ed. Autêntica.
- Narvaz, Martha Giudice & Koller, Silvia Helena. (2006). Famílias e Patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*; 18 (1), 49-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>
- Nicholson, Linda. (2000) Interpretando o Gênero. *Revista estudos feministas*.8(2) <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>
- Nogueira, Maria Luísa Magalhães; Barros, Vanessa Andrade de; Araújo, Adriana Dias Gomide & Pimenta, Denise Aparecida Oliveira. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466 -485.
- Oliveira Junior, Isaías Batista. de & Maio, Eliane Rose. (2016). Re/des/construindo in/diferenças: A expulsão compulsória de estudantes Trans do sistema escolar. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, 25(45), 159-172. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/viewFile/2292/1598>.
- Pontes, Júlia Clara & Silva, Cristiane Gonçalves. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: Deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periodicus*. 8(1), 393-417. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23211>
- Preciado, Paul Beatriz. (2014) *Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista*. <https://revistaforum.com.br/noticias/beatriz-preciado-desprivatizar-o-nome-proprio-desfazer-ficcao-individualista/>
- Preciado, Paul Beatriz. (2014b). Quem defende a criança queer?: <https://we.riseup.net/assets/123532/Preciado%2C+Beatriz+Quem+defende+a+crian%C3%A7a+queer%3F.pdf>

- Queiroz, Leide Fernanda de Oliveira (2018). Nome social x nome civil: Pela construção das identidades e cidadania da população trans. *Anais – 21ª SEMOC*. 303-315. Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018. <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1057>
- Rabinovich, Elaine; Silva, Carmelite; Souza, Cíntia & Torres, Ogvalda. (2011). *Nomes de família: Nomeação, pertencimento e identidades*. Fabep – Ucsal. <https://www.google.com/search?q=Por+inflex%C3%B5es+decoloniais+de+corpos+e+identidades+de+g%C3%AAnero+inconformes%3A&og=Por+inflex%C3%B5es+decoloniais+de+corpos+e+identidades+de+g%C3%AAnero+inconformes%3A+&ags=chrome..69i57.1102j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>
- Ribeiro, Djamila. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das letras. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300806&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Rich, Adrienne. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas Estudos gays: Gêneros e sexualidades*, 4(05). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>
- Rodrigues, Liliana Graciete Fonseca (2016). *Viagens trans(gênero) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação psicológica feminista crítica*. Tese de Doutorado. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87343>
- Rodrigues, Liliana; Carneiro, Nuno Santos & Nogueira, Conceição. (2018). Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans(gênero) no Brasil e em Portugal. *Seminário Múltiplas Discriminações*. 33-55. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/119122>
- Sacarrão, Germano da Fonseca. (1989). *Biologia e Sociedade*. Men Martins: Publicações Europa América.
- Saleiro, Sandra Palma. (2013). *Trans gênero: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero*. Tese de doutoramento. Instituto Universitário de

Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7848/1/tese%20Trans%20SandraSaleiro.pdf>

Santos, Boaventura de Sousa. (1990). *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento.

Saffioti, Heleieh. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo.

SECAD/MEC. (2007). Documento Gênero e Diversidade Sexual na Escola. https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_NA_ESCOLA.pdf

Silva, Tomaz Tadeu da. (2007) A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu da Silva (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Vozes. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000335&pid=S1679-3951201100020001100040&lng=en

Silva, Cristiane Rocha; Christo Gobbi, Beatriz Christo & Simão, Ana Adalgisa. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais Agroindustriais*, 7(1), 70-81. UFLavras, <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>

Singly. François de. (2011). *Sociologia da Família Contemporânea*. Papel Mundi.

Strauss, Claude Levi. (2012). *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. Companhia das Letras.

Unaid's (2018) Reportagem sobre a retirada da patologização da Identidade de gênero. <https://unaid's.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>

Uol. (2015). Reportagem sobre Ideologia de Gênero retirada do PNE. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>

Vergueiro, Viviane Simakawa. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia.

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%>

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Consentimento Informado

Fui convidado/a a participar no projeto de Mestrado de Viviane Costa Silva que se intitula “O Lugar dos jovens Trans na escola: Os percursos e experiências Trans na escola, a decorrer na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Magalhães. Este estudo tem como objetivo investigar o percurso educativo de jovens Trans na escola dando-os maior visibilidade.

Foram-me prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e os procedimentos do estudo e de que todas as minhas questões e dúvidas foram esclarecidas. Além disso, fui informado/a de que tenho o direito de recusar, em qualquer altura, a minha participação neste estudo. Fui informado/a, também, de que **todos os dados recolhidos no decorrer do estudo são totalmente confidenciais**, com garantia de anonimato e serão apenas usados para fins de investigação científica, de acordo com as Leis de Proteção de Dados de Portugal (Lei no 67/98 de 26 de outubro). Fui ainda informado/a que terei acesso a todas as publicações resultantes do Projeto e que se relacionem com a minha colaboração no mesmo.

Por tudo isto, aceito participar neste estudo, que consiste na resposta a uma entrevista. Viviane Costa Silva pode ser contactada no e-mail vivimisa@hotmail.com para esclarecimento de qualquer dúvida que possa existir.

Aceito, também, que as minhas respostas às entrevistas sejam posteriormente utilizadas para publicação científica, juntamente com os/as de outros/as participantes no estudo, desde que salvaguardadas todas as condições para a manutenção do sigilo e do anonimato sobre a minha vida e sobre a minha identidade pessoal (e sobre a vida e a identidade pessoal dos/as outros/as participantes).

Assinaturas:

Participante ou Responsável: _____

Local: _____ Data: _____

Investigadora: _____

Local: _____ Data: _____

APÊNDICE 2

Guião de Entrevista

Dados biográficos

Sexo atribuído ao nascimento:

Auto-identificação face ao género:

Auto-tratamento linguístico (no masculino ou no feminino):

Idade:

Naturalidade:

Local de residência atual:

Estado civil:

Com quem vive:

Identidade e Expressões de género

Vamos começar por falar da sua identidade de género e da forma de a expressar:

1. Sabemos que há várias designações ou nomes ligados à temática T (como transexuais, transgéneros, travestis ou outras), acha que estas designações fazem sentido?
2. Para você, escolher alguma ou várias destas designações fazem sentido? Porquê?
3. Quando é que começou a perceber que não se identificava com o género que lhe foi atribuído? Como interpretou isso?
4. Onde conseguiu informação sobre a existência de pessoas que não vivem a sua vida em conformidade com o sexo atribuído à nascença? (media, biografias, internet, filmes, etc.)
5. Já recorreu a algum profissional de saúde por motivos relacionados com a sua identidade/expressão de género? Se sim, quando é que consultou, pela primeira vez, um profissional de saúde por questões relacionadas com a identidade de género?
6. Para você ser transexual/ transgénero foi um processo contínuo na sua vida ou houve algum momento que marcou esse processo? Fale-me desse momento e/ ou desse processo. Como foi vivendo esse processo? Foi um caminho solitário ou com referências? Teve alguma rede de suporte?

Práticas de manipulação do corpo

1. Acha que as transformações corporais são essenciais para a vivência do género com que se identifica? Já procedeu a algum tipo de transformações físicas? Como foi tomada essa decisão? Com quem o fez? Alguém ajudou?
2. Que tipo de tratamentos/procedimentos de alteração corporal realiza neste momento? Toma hormônios? Se sim, fá-lo sob prescrição e/ou vigilância médica? Onde e como as adquire? Se não, já tomou? E em que condições? Com que periodicidade?

3. Qual a sua opinião sobre a cirurgia de redesignação de sexo?
4. Se ainda não a realizou a cirurgia de redesignação de sexo, pretende realizar essa cirurgia? Quais as razões? Se pretende realizar a cirurgia, daqui a quanto tempo espera realizá-la? Onde espera realizá-la? Quais as suas expectativas? Se não pretende realizar a cirurgia, quais as razões?
5. Alterações para além das físicas (mudança de nome, mudança de sexo no registo civil): Procedeu à alteração legal de nome? Como decorreu o processo? Procedeu à alteração da menção ao sexo nos documentos? Como decorreu o processo?

Percurso escolar

1. Grau de escolaridade?
2. Nos anos iniciais da escola, há algum facto que você recorda sobre sua postura em relação à sua orientação sexual?
3. [Amizades na escola nos vários graus de ensino] Na escola, como eram suas relações pessoais antes e depois de assumir sua identidade de género com: a) Colegas de sala? b) Com os demais alunos da escola? c) Com os professores? d) Com a direção da escola? e) Com os demais funcionários da escola?
4. Já se sentiu discriminado(a) na escola por razões ligadas à identidade/expressão de género?
5. Já aconteceu algum episódio de discriminação ao usar o banheiro? Por favor, escreva.
6. Já se sentiu constrangido(a) nas aulas de Educação Física por causa da sua identidade de género? Quer contar?
7. Em algum momento pensou em desistir ou desistiu de estudar por ser vítima de preconceito e/ou violência?
8. Existe(m) disciplina(s) e/ou evento(s) na escola que abordem a temática da sexualidade? Se sim, qual o enfoque?
9. Em sua opinião, é possível falar de diversidade sexual nas escolas? O espaço escolar está preparado para acolher toda e qualquer forma de diferença?
10. Você já participou de algum trabalho escolar que promovesse a inclusão sexual? Se sim, descreva.
11. A escola se preocupa com o seu bem-estar e promove um ambiente propício a aprendizagem? Por favor, dê exemplos, se sim ou se não.
12. O que você gostaria que a escola fizesse para que diferenças sexuais e de género não sejam alvo de discriminação?

Relações familiares (compreensão da família face ao sentimento e à expressão de género)

1. Com que frequência fala e está junto do pai, mãe e irmãos?

2. Se sente compreendido pela família relativamente à identidade de género?
3. Com que frequência fala e está junto de avós, tios, primos?
4. Se sente compreendido pela família alargada (avós, tios, primos) relativamente à identidade de género?

APÊNDICE 3

Categorias e subcategorias das entrevistas

Construção da identidade de gênero	• O Significado do “T” • Os Corpos Trans • Mudança de documentos • Consequências na saúde mental
Trajetórias de vida	• O descortinar da identidade • A relação com a família
Em busca de um lugar: a experiência Trans na escola	• A escola na infância • O Nome Social • O uso do banheiro na escola • As aulas de Educação física • Preconceito na escola • É possível falar de diversidade de gênero na escola?
Com quem contar?	• A influência das mídias sociais e redes de apoio • Apoio da rede de saúde
Recomendações nas vozes dos participantes	

APÊNDICE 4

Exemplo da categorização: discriminação/preconceito na escola

André	Na escola também teve perseguição, muitas pessoas apontando na minha cara, isso foi no final do primeiro ano (EM), eu cortei o cabelo e aí uma pessoa da minha turma se achou no direito de apontar o dedo na minha cara e falou assim: - você nunca vai ser um homem de verdade! Então já na infância tinha uma perseguiçãozinha por ser diferente, na verdade tinha muito <i>bullying</i>. É muito interessante essa amizade porque eu sempre me relacionei com as pessoas excluídas da sala e eu era sempre perseguido porque eu fazia parte do grupo dos excluídos e então, a discriminação, xingamentos, opressão, perseguição, enfim o <i>bullying</i> 'corria solto'. Eu nunca fui uma pessoa popular, sempre era perseguida e apedrejada pelos outros. Teve um período, que foi o mais difícil da minha vida, na sétima série, foi quando eu entendi que sofri abuso, e também foi o mais difícil na escola com relação a <i>bullying</i> porque quando eu cheguei na escola eu escolhi um uniforme com calça de tãtã bem folgada, camiseta bem grande porque eu não gostava que mostrasse o meu corpo e eu tinha o cabelo comprido. Aí o pessoal da minha sala, por eu não me arrumar, por não usar batom, maquiagem, por estar naquela fase da adolescência e não ser igual as meninas que se arrumavam para os garotos e tal, eles me apelidaram de Tarzan, faziam piadinhas comigo, falando que eu era feia, me excluía. Aí no final da sétima série eu decidi ser o que eles queriam, aí eu me maquiei, arrumei meu cabelo, coloquei um vestido e fui do jeito que eles queriam e eles me aceitaram. Fiquei uns três meses assim, tentando fazer o que as pessoas esperavam que eu fizesse e foi horrível. Foi um <i>bullying</i> que eu sofri na escola tão grande que me fez mudar quem eu era, e isso foi um divisor de águas, tanto que, essa turma, eu encontrei uma página no Facebook, e nesse grupo eles perguntavam: - cadê o fulano, como que ele está? E fazendo piadinhas sobre mim lá no grupo. Eu sempre estudei em escola privada e isso é um determinante para você ser aceito ou não. Escola privada é um lugar horrível para você se assumir, horrível, horrível, um lugar horrível. O professor lá não tem muita humanização, eu também sofri muito <i>bullying</i> por parte dos professores no Ensino Fundamental. Quando eu fui para o ensino médio, eu fui para a escola pública. No primeiro ano eu dialoguei com vários professores e eles eram ainda um pouco mente fechada, tanto que eu sofri um pouco de <i>bullying</i> por estar transicionando. Mas quando eu fui para o segundo ano eu fui mais mudado, eu já estava vestido como um homem e com cabelo curto, sempre cortando. Eu passei todo o Ensino médio (secundário) com a mesma turma, então a turma que me viu entrando com o gênero feminino me viu saindo com o gênero masculino totalmente transicionado.
Andreia	Depois que eu entrei pro Ensino médio, já foi tudo tranquilo, as pessoas me respeitavam né, porque da mesma forma que eu as respeitava eu exigia respeito, até hoje! Aí eu tive que mudar de escola, que foi em 2020, para uma escola mais perto da minha casa, e lá teve assim um pouquinho de, como eu posso dizer, foi assim um pouquinho mais difícil, mas cada um me compreendeu e deu tudo certo, só que eu praticamente não estudei na escola por causa da pandemia.

	Eu agradeço muito a Deus por eu nunca ter tido problemas assim na escola, com amigos, com meus familiares porque algumas trans, elas até se suicidam por conta disso, por causa do desprezo da sociedade, da família, da escolaridade, isso é muito difícil mas eu acho que era Deus, tive sempre a presença de Deus na minha vida e é por isso que eu nunca tive problema, por isso que eu nunca passei por nenhum problema, o que eu teria de diferente né? é nada! o que eu tive foi a presença de Deus em mim, mas eu, a gente sempre lamenta né, por elas, por passarem por isso, porque é muito difícil a gente ser desprezado só por uma coisa que a gente realmente é, e nós todas somos seres humanos. A escola que eu estudava ano passado sim, até por conta do Diretor, ele ajudava muito a gente, ele se preocupava muito com a gente, a escola não permitia discriminação.
Daniel	Olha, quando eu estudava lá na escola do Recanto das Emas, acho que eu estava no oitavo ano, comecei a me descobrir como, nem todos, mas a maioria dos transgêneros começam a descobrir como gay, lésbica e tais para depois se entender, no meio disso aí, desse tempo que eu estava lá no oitavo ano, eu sofri discriminação, preconceito numa escola, porque eu estava ficando com uma menina, e aí chegou um menino lá e falou uma parada, uma ameaça que ia me bater, eu fiquei com muito medo né, claro. A diretora chamou a mim e a esse menino lá na escola, super despreparada, chamou a gente lá, conversou com a gente, não deu uma punição, não deu nada pra ele sabe? Por isso que as pessoas continuam fazendo de novo e de novo, porque não acontece nada, a diretora só falou que se você fizer isso de novo, aí vai acontecer tal e tal coisa, mas nunca acontece. Dáí eu cheguei já me apresentando como Gabriel e não contei pra ninguém que eu era trans. E pelos professores ficarem errando toda vez o nome é... um menino que foi o meu primeiro amigo de sala quando eu cheguei lá na escola, eu era novato, ele foi meu colega de sala né, ele começou a estranhar e começou a ficar fazendo piadinha até um tempo que eu fui contando pra poucas pessoas que eu confiava que eu era trans e tais e aí esse pessoal me defendia sabe é... os professores viam também as atitudes dele ficava me chamando pelo nome de registro pra me provocar e coisa e tais, mas os professores nunca foram de fazer nada e nunca falaram sobre, dando palestra sobre essas questões de gênero e de sexualidade. E agora que eu estou estudando nesta escola que eu estou fazendo o segundo ano, está sendo mais de boa
Fábio	Depois que eu mudei muita gente se afastou, então eu quase não tenho amigos hoje em dia. Na época era uma galerinha LGBT, na adolescência, e quando eu me assumi trans, no geral se afastaram, mesmo eles sendo Gays, Lésbicas se afastaram. É porque querendo ou não ainda tem muito preconceito na população LGBT com pessoas trans, até entre trans também. Uma curiosidade, mulher trans tem preconceito com homem trans, e muitos homens trans tem preconceito com mulher trans, eu vejo muito isso no Facebook e na vida real, tem muito preconceito por causa do genital, isso não deveria acontecer porque afinal, querendo ou não a gente também está trocado, e não tem lógica, mas tem muita gente trans assim. Ai foi quando eu cortei o cabelo e mudei minhas roupas para o masculino. Aí no ano seguinte, era todo mundo me xingando, falando coisas, me tratando mal, que eram

	meus amigos, se afastaram, aí eu acabei ficando bem isolado. Na minha escola, a maioria era tudo religioso, então pra eles eu estava errado. E a Direção e os professores também pensavam assim, mesmo vendo o que os outros faziam comigo eles não faziam nada por mim. Eu estudei do jardim até o nono ano na mesma escola. Aí teve uma pessoa que mora aqui perto de casa, que as filhas estudavam comigo a vida toda, depois que eu me assumi ela proibiu as meninas de falarem comigo, nunca mais falaram comigo. Para eles eu mudei de gênero então sou outra pessoa. Não, no meu caso a escola estava muito despreparada, já começava a aula chamando meu nome errado. Às vezes eu não estava muito bem e eu já me cortava. Como não dava pra me cortar na sala eu riscava meu braço com força. Aí me deram uma advertência por causa disso, nem perguntaram o que eu sentia.
Fernanda	Alguns me chamavam de gay, chamavam tudo na gíria das travestis, que tudo eu levava na brincadeira, mas eu não ligava não, levava tudo na esportiva, agora quando era uma coisa mais séria assim, brincadeira de mau gosto, às vezes, mas eu não ligava não.
Pedro	Sim, como desde criança eu brincava com os meninos, porque eu cresci jogando bola, participava dos times de futsal da escola, então sempre tem um idiota, aqueles engraçadinhos da escola que faziam piadinha, várias vezes me chamavam de Maria-macho, macho-fêmea, essas coisas assim bem pejorativas né.